



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

ANA PAULA GOMES DE LIMA

**A MEMÓRIA CULTURAL CONSTRUÍDA PELO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE
AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

RIO DE JANEIRO

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

ANA PAULA GOMES DE LIMA

**A MEMÓRIA CULTURAL CONSTRUÍDA PELO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE
AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Memória Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Evelyn Goyannes Dill Orrico

RIO DE JANEIRO

2018

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

G732 GOMES DE LIMA, ANA PAULA
A MEMÓRIA CULTURAL CONSTRUÍDA PELO DISCURSO
MIDIÁTICO SOBRE AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA /
ANA PAULA GOMES DE LIMA. -- Rio de Janeiro, 2018.
160f

Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2018.

1. Memória Cultural. 2. Discurso. 3. Mídia. 4.
Formações Imaginárias. 5. Mulher em Situação de Rua.
I. Goyannes Dill Orrico , Evelyn, orient. II.
Título.

ANA PAULA GOMES DE LIMA

**A MEMÓRIA CULTURAL CONSTRUÍDA PELO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE
AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Memória Social.

Aprovada em 20 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Evelyn Goyannes Dill Orrico
(Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Lobélia da Silva Faceira
(Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Silmara Cristina Dela da Silva
(Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem – UFF)

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias
Suplente Interno
(Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Costa de Oliveira
Suplente Externo
(Telejornalismo e Criação Audiovisual no curso de Jornalismo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ)

À Eduarda e Bernardo,
simplesmente pelo que são...

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pelo cuidado e escuta constantes, pelo seu amor demonstrado a mim, e por ter me experienciado a Paz e o Amor que não são sentimentos, mas uma Pessoa: Jesus.

Aos meus pais, Elizabete e Antônio, pelo investimento que fizeram em mim, pelo cuidado e pelo amor incondicional.

Ao meu avô querido, Manoel Paulo Gomes, minha referência, pelo exemplo de ser humano que foi e que inspira até mesmo quando não está mais presente fisicamente.

À G, mulher em situação de rua que me inspirou a pesquisar essa temática, a quem sou grata por decidir compartilhar comigo suas inquietudes, seus sonhos, seus medos, seus traumas e sua trajetória de vida regada de esperança e de força.

Ao Programa de Pós Graduação em Memória Social pela experiência acadêmica proporcionada e às/aos professoras/es e colegas de turma, por me abrirem novos caminhos teóricos e por cada momento em que cresci intelectualmente e como pessoa.

À minha orientadora, Evelyn Goyannes Dill Orrico, por compartilhar seu conhecimento, pelas produtivas orientações, pelo olhar atento e paciência.

À Silmara Cristina Dela da Silva pelo pronto aceite em compor a banca e pelo crédito a mim, mesmo sem me conhecer, bem como pelas preciosas e precisas orientações sempre com muito carinho e competência no dizer.

À Lobélia da Silva Faceira, pelas maravilhosas aulas que tivemos e por aceitar gentilmente compor a banca de defesa.

À querida Jô Gondar pelo pronto aceite em compor a banca de qualificação e pelas suas ricas contribuições, pessoalmente, nas aulas e por meio de seus textos maravilhosos, especialmente pelos textos de Judith Butler.

Ao Francisco Ramos de Farias e à Maria de Fátima Costa de Oliveira pelo pronto aceite na composição da banca.

À querida Ana Elisa Bastos Figueiredo e colegas de turma da Fiocruz, pelas agradáveis horas de convivência e companheirismo que tivemos, conhecendo juntos a Análise de Discurso Francesa.

À Bethânia Sampaio Corrêa Mariani, Luiza Kátia Andrade Castello Branco e Rahael de Moraes da UFF, pelas agradáveis e produtivas tardes que tivemos no aprofundamento nas noções da Análise de discurso Francesa, bem como às/aos colegas por tornarem nossas tardes de aula engraçadas e muito agradáveis.

Ao querido amigo André da Costa Gonçalves, que o PPGMS me presenteou, pelas conversas super produtivas que tivemos em nossas viagens de trem.

A todas e todos que fizeram parte direta e indiretamente da minha vida e formação, especialmente a quem me ensinou as primeiras letras: minha querida professora Solange Góes.

“Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam - Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca: Isso é natural
A fim de que nada passe por imutável.”

Bertold Brecht

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar o papel da mídia no processo de construção da memória cultural sobre a mulher em situação de rua. São identificadas as imagens projetadas pela mídia sobre essas mulheres, evidenciando as formações imaginárias produzidas pelo discurso midiático sobre esse segmento social. A base teórico-metodológica utilizada foi a Análise de Discurso de vertente francesa, considerando que a linguagem é opaca e não transparente, mas embebida pela ideologia que impregna os discursos. Fazem parte do arcabouço teórico os conceitos de espaço, mídia, discurso, memória cultural e estigma, dentre outros. A relação entre espaço e a forma como as pessoas são tratadas depende da maneira como elas ocupam os espaços, sejam públicos ou privados. Essa ocupação espacial é capaz de produzir estigmas sobre as mulheres em situação de rua, que se materializam em construções discursivas que sedimentam um tipo de memória sobre elas. Com base nas análises do corpus, percebe-se que as mídias Portal G1 e Jornal O Globo produzem imagens que são projetadas socialmente que as insere no âmbito da insanidade/sanidade, ilegalidade/legalidade e da violência praticada/violência sofrida, permitindo um deslizamento de sentidos que as caracteriza como perigosas, ilegais e/ou insanas, fazendo crer que haja um apagamento desses sujeitos sociais. Conclui-se que há uma gestão de políticas de esquecimento em relação a esse grupo social por meio da marginalização e do apagamento discursivo.

Palavras-chave: Memória Cultural, Discurso, Mídia, Formações Imaginárias, Imagens, Mulher, Situação de rua, Estigma.

ABSTRACT

This research intends to analyze the media's role in the process of building cultural memory about homeless women. The images that are projected about these women put in evidence the imaginary formations produced by the media discourse about this social segment. Considering that the language is opaque and not transparent, but embedded by the ideology that permeates discourses, the theoretical-methodological basis used in this thesis is the French Speech Discourse Analysis. The concepts of space, media, discourse, cultural memory, stigma and others are part of the theoretical framework. The relation between the space and the way people are treated depends on how they occupy spaces, whether public or private. This spatial occupation is capable of generating stigmata on homeless women, which is materialized in discursive constructions that reinforce a certain type of memory about them. Based on the corpus analysis, it is noticed that both Portal G1 and Jornal O Globo are medias that produce socially projected images that insert them in the scope of insanity/sanity, illegality/legality, and the violence practiced/violence suffered, provoking a misjudgment, characterizing them as dangerous, illegal, and/or insane, making them believe that they're being erased as social beings. Therefore, it is concluded that the media has put in place a forgetfulness policy in relation to this social group through marginalization and discursive erasure.

Key-words: Cultural Memory, Discourse, Media, Imaginary Formation, Images, Women, Homeless, Stigma.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

ANEXO I - Figuras das reportagens do Jornal O Globo Digital

Figura 1 – Reportagem “Os problemas que moram ao lado”, de 21/01/2016.....	101
Figura 2 – Espaço ao leitor “Fala Niterói” - “População de rua”, de 20/03/2016, p. 2	102
Figura 3 – Reportagem “Calçada livre tem preço”, de 12/04/2016, p. 12.....	103
Figura 4 – Reportagem “Vizinhos sem teto da Casa Branca”, 29/05/2016, p. 39 ...	105
Figura 5 – Reportagem “Com o frio, cresce 30% busca por abrigo para moradores de rua”, de 16/06/2016, p. 15	107
Figura 6 – Reportagem “Visíveis aos olhos de quem ajuda”, de 31/07/2016, p. 10.....	109
Figura 7 – Reportagem “Jantar de gala para quem não tem o que comer”, de 13/08/2016, p. 16.....	110
Figura 8 – Reportagem “Grandes doses de amor em pequenos frascos”, de 10/09/2016, p. 5.....	111
Figura 9 – Reportagem “A vida nas ruas do Jardim Oceânico”, de 24/10/2016, p. 8.....	112

ANEXO II – Figuras das reportagens do Portal G1

Figura 1 – Reportagem “Moradora de rua dá à luz em banheiro do Mercado Aberto, em Goiânia”, de 21/01/2016	113
Figura 2 – Reportagem “Moradora de rua monta barraca e ocupa calçada de avenida no MA”, de 18/01/2016	114
Figura 3 – Reportagem “Moradora de rua é morta a pauladas no centro de Porto Velho”, de 02/01/2016	117
Figura 4 – Reportagem “Moradora de rua é achada morta em casa abandonada no Norte de SC”, de 02/02/2016	119
Figura 5 – Reportagem “Moradora de rua é morta a facadas no centro de Ceilândia, no DF”, de 23/02/2016	121
Figura 6 – Reportagem “Moradora de rua tem parte do corpo queimado em Vicente Pires, no DF”, de 08/02/2016	123
Figura 7 – Reportagem “Mulher fica ferida após ser agredida por moradora de rua em Brasília”, de 25/04/2016	124
Figura 8 – Reportagem “Moradora de rua é baleada na perna no centro de Salvador, diz polícia”, de 14/04/2016	126
Figura 9 – Reportagem “Moradora de rua dá à luz enquanto anda em calçada em Imperatriz, MA”, de 20/04/2016	127
Figura 10 – Reportagem “Moradora de rua tenta roubar bolsa de mulher e vai presa em Piracicaba, SP”, de 26/04/2016	129
Figura 11 – Reportagem “Moradora de rua confessa furto na Secretaria de Segurança do RS”, de 08/06/2016	130
Figura 12 – Reportagem “Moradora de rua é estuprada e suspeito é preso no Sertão da Paraíba”, de 29/07/2016	131
Figura 13 – Reportagem “Enfermeiros encontram R\$ 15 mil com moradora de rua internada no RS”, de 05/07/2016	132
Figura 14 – Reportagem “Foto de moradora de rua dormindo perto do cartaz da Olimpíada viraliza”, de 18/07/2016	135
Figura 15 – Reportagem “Homem joga moradora de rua em rio após agressão em Sorocaba, diz GCM”, de 17/07/2016	139
Figura 16 – Reportagem “Moradora de rua é morta com golpe de faca após confusão	

em Teresina”, de 13/07/2016	140
Figura 17 – Reportagem “Vídeo mostra momento em que moradora de rua é morta em Goiânia”, de 18/07/2016	142
Figura 18 – Reportagem “Moradora de rua é morta a pauladas na cracolândia de Picos, Sul do Piauí”, de 03/08/2016	146
Figura 19 – Reportagem “Vizinhos se unem e juntam R\$ 4,1 mil para enterro de moradora de rua”, de 19/08/2016	148
Figura 20 – Reportagem “‘Cuida bem dela’: Moradora de rua de São Carlos faz dupla com Juliano”, de 15/09/2016	152
Figura 21 – Reportagem “Moradora de rua é encontrada morta dentro de casa abandonada na capital”, de 16/09/2016	156
Figura 22 – Reportagem “Moradora de rua é encontrada morta na Zona Leste de Natal”, de 23/10/2016	158
Figura 23 – Reportagem “Policiais militares fazem parto de moradora de rua em Cariacica, ES”, de 24/11/2016	160

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 2 – MEMÓRIA E MÍDIA	23
2.1. Esquecimento e lembrança: as duas faces da Memória Cultural	23
2.2. Mídia e suas práticas.....	28
2.3 Espaço e estigma.....	33
CAPÍTULO 3 – AS PROJEÇÕES DE IMAGENS E OS APAGAMENTOS MEMORIAIS PELO DISCURSO MIDIÁTICO	38
3.1. Uma breve apresentação da Análise de Discurso Francesa... ..	36
3.2. Dialogando com o corpus... ..	44
3.2.1. Funcionamento de designação: o gesto de nomear	52
3.2.2. Formações Imaginárias e as imagens socialmente projetadas da mulher em situação de rua	55
3.2.3. Discurso sobre cidade e a significação do/no espaço.....	64
3.2.4. Memória discursiva e as redes de sentidos sobre as mulheres em situação de rua	67
3.2.5. O funcionamento do jornalismo <i>on line</i> e a escrita eletrônica	76
3.2.6. Proteção da precariedade: uma questão de escolha.....	79
3.2.7. O dizer e o não dizer em sua relação com a memória cultural	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	93
ANEXO I	101
ANEXO II	113

APRESENTAÇÃO

Rua, mulher e esquecimento. Eis a combinação, resultado de uma construção histórica brasileira, que leva os sujeitos femininos em situação de rua ao apagamento e à marginalização social, carregando em si diversos estigmas (GOFFMAN, 1975) e estereótipos atribuídos pelos ditos "normais".

Tomando a pergunta de Tiene (2004), que pesquisa mulheres em situação de rua, inquirimos também: "a rua é lugar para a gente morar?". Entendemos que não. Certo é que árduo é viver na rua tanto para homens quanto para mulheres, porém para estas se fazem presentes outras particularidades, como a maior exposição a diversas formas de violências e o ambiente historicamente masculinizado das ruas, que agravam suas vulnerabilidades, isso em um contexto de uma sociedade em que a rua é socialmente considerada como "espaço de homem", e a casa, "lugar de mulher", tal como discute DaMatta (1997), que enfoca o espaço como categoria sociológica para além da perspectiva de lugar físico, mas capaz de qualificar as pessoas de acordo com os espaços público ou privado que elas ocupam. Aqui se faz necessário pontuar que a concepção de a rua ser espaço destinado ao homem e a casa à mulher é também uma construção sócio-histórica, não sendo algo natural e que precisa ser desconstruído. Faz-se necessário romper com todas as formas de opressão e controle sobre as mulheres, sendo assim criticamos a inserção da mulher no espaço doméstico como algo naturalizado.

A partir da minha atuação como assistente social na Casa de Passagem Maria Lúcia Netto dos Santos, localizada no município de Belford Roxo, no Estado do Rio de Janeiro, unidade da Política de Assistência Social de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, voltada ao acolhimento de mulheres em situação de rua, inicialmente emergiu o interesse em pesquisar sobre esse grupo, especialmente sobre as projeções de imagens sobre as mulheres em situação de rua realizadas por meio do discurso midiático em sua relação com a memória cultural.

A partir dos atendimentos e da convivência com o segmento acolhido, instigaram-me a autculpabilização por parte das mulheres e a sua auto-imagem, geralmente retratada numa perspectiva negativa, depreciada e de auto-responsabilização por questões das quais, na verdade, são vítimas. Durante o

período de trabalho nessa instituição, que durou de fevereiro a outubro de 2015, pude perceber a diversidade do segmento feminino em situação de rua, grupo esse que, independentemente de gênero, não é homogêneo, mas caracterizado por suas singularidades. Dessa forma, interessou-me conhecer as imagens projetadas sobre o grupo, que, pressuponho, são trabalhadas socialmente pela mídia por meio de seu discurso, num processo de construção da memória cultural. A partir dessa motivação, surgiu o interesse em pesquisar esta temática academicamente, moldando assim o enfoque desta pesquisa.

A partir daí, empreendi pesquisas de trabalhos acadêmicos realizados sobre mulheres em situação de rua no entrelaçamento de imagem, memória, discurso e mídia, tendo em vista que pretendemos entender a relação da instituição midiática, por meio de seu discurso sobre as mulheres em situação de rua no processo de construção da memória cultural pela projeção de imagens sobre o segmento em questão. Após tais buscas, percebi que a produção acadêmica sobre o grupo ainda é incipiente, não sendo encontrado, por ora, um trabalho que englobasse o que esta pesquisa aborda, o que revela uma lacuna teórica.

Em novembro de 2017, foram utilizadas, nas buscas aos Bancos de Teses e Dissertações da Capes, as palavras-chave “mulher em situação de rua, imagem, mídia, memória social”, tendo sido exibidos 987.013 resultados, porém, filtrando-se esses trabalhos, foram localizadas seis pesquisas que se aproximam, parcialmente, da reflexão sobre a construção da memória cultural por meio do discurso midiático sobre as mulheres em situação de rua, por meio das projeções imaginárias trabalhadas pelo discurso, mas que se voltam mais especificamente para a construção de políticas públicas para pessoas em situação de rua, sobre política de saúde, ao atendimento socioassistencial e sobre suas condições, vivências e trajetórias de vida.

Os resultados mais próximos ao objeto desta pesquisa são o trabalho de Marta Aguiar da Silva, sob o título “Imaginários sociodiscursivos da mulher em situação de rua na mídia: uma análise discursiva de reportagens de jornais impressos de Minas Gerais e Rio de Janeiro”, em que se debruça sobre elas para analisar as imagens construídas pelo discurso, tomando como suporte a Teoria Semiolinguística de Charaudeau. No entanto, não discorre sobre as questões da memória e de formações imaginárias e nem o faz do âmbito da Análise de Discurso

Francesa. Outro resultado que estuda a situação de rua feminina é a tese de Anderson da Silva Rosa, sob o título “Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida”, porém, apesar de tratar das trajetórias de vida das mulheres em situação de rua, o enfoque se dá no âmbito da política de saúde, mais especificamente da Enfermagem. Há a pesquisa de Graziela Oliveira do Rosário, de título “Análise das condições e modos de vida de mulheres em situação de rua em Porto Alegre – RS”, porém voltada para o campo de estudos de políticas sociais, não abordando discurso, imagens e memória. Outra pesquisa que se aproxima da temática em questão é a de Maria Elaene Rodrigues Alves, “Vidas privadas espaços públicos: uma análise da violência contra a mulher moradora de rua Fortaleza”, que analisa o que significa para as mulheres estar em situação de rua e como tal condição agrava a relação de gênero na situação específica de violência gerada pelo contexto de rua e de ser mulher moradora de rua, com enfoque voltado para a construção de políticas sociais. Há também a pesquisa de Eriedna Santos Barbosa, “Populações invisíveis: Representações de Saúde da População Adulta em Situação de Rua”, que estuda sobre pessoas em situação de rua independentemente de gênero, sob o enfoque da política de saúde. Mencionamos o trabalho de Celma Oliveira Prado, “Memória e mulher que atua nas esferas do poder político: tensão entre lugares de subjetivação na mídia”, que estuda mídia, gênero e memória, mas não articula imagem, discurso e situação de rua.

Dessa forma, constatou-se uma lacuna nas discussões de memória cultural, imagem, mídia, discurso, mulher e situação de rua, que fundamenta nossa perspectiva de pesquisa. Assim, identificamos que este trabalho pode contribuir para cobrir uma lacuna importante no entrelaçamento dessas questões. Não somente uma lacuna decorrente de uma angústia pessoal, após a experiência profissional vivenciada junto às mulheres em situação de rua, como refletido na Apresentação, mas também uma lacuna relativa aos estudos da memória e identidade, ao se voltar para um grupo de pouca visibilidade social.

CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO

Tendo em vista o escopo da pesquisa, que é analisar a relação da mídia no processo de construção da memória cultural sobre a mulher em situação de rua, por meio da projeção de imagens sobre elas produzidas pelo discurso midiático, e o fato de a mídia funcionar como “[...] um dos principais articuladores de experiências sociais [...]” (BARBOSA E RIBEIRO, 2007, p. 113), constituindo-se em um canal de memória, e de seu discurso ser produtor/veiculador de imagens por meio de formações imaginárias, o corpus discursivo se constitui de reportagens sobre mulheres em situação de rua, optando-se pelo Portal da Rede Globo G1 e pelo Jornal O Globo ¹ em sua versão digitalizada, dada sua capilaridade social, de acordo com o sítio eletrônico Alexa (<http://www.alexa.com>), que realiza a medição de tráfego de dados na internet.

A coleta de dados foi delimitada ao ano de 2016, tendo em vista a ocorrência dos Jogos Olímpicos, em que partimos do pressuposto de que eventos como esses, historicamente, desencadeiam um processo de higienismo social, com expulsão das pessoas em situação de rua dos cartões-postais da cidade, e ainda que tal fenômeno poderia possibilitar maior presença desse segmento social nas discussões realizadas pela mídia. Fizemos a pesquisa nas mídias referidas totalizando o recorte de 32 reportagens sobre mulheres em situação de rua.

Dentro da perspectiva do discurso, para a análise do corpus, tomaremos a disciplina Análise de Discurso na vertente francesa, tomando como base a perspectiva de Michel Pêcheux, pois o discurso é revelador da ideologia e das condições de produção dos textos midiáticos, em que utilizaremos essa disciplina, para entendermos as produções de sentido por meio do Jornal O Globo digital e do Portal G1, por meio de marcas textuais e dos silenciamentos.

Esta pesquisa se voltará para os efeitos do discurso verbal nas reportagens produzidas pelas mídias citadas, bem como para os silenciamentos presentes nos textos, que se constituem em discurso não-verbal, em que nos debruçaremos sobre a categoria de silêncio fundador, pois nos interessa entender não apenas as marcas

¹ Utilizamos as mídias Jornal O Globo e Portal G1 tendo em vista a capilaridade social desses veículos, que se destinam a um público de classe média, dotados de credibilidade social como veículos de informação.

textuais pelas regularidades e raridades discursivas, mas também os silenciamentos, o que se cala por meio do texto e o que deixou de ser dito, o que foi esquecido, para que outras construções discursivas emergissem, pois a linguagem não é transparente e o silêncio também significa.

Considerando que a mídia é um canal de memória, como vimos com Barbosa e Ribeiro (2007), ao articular o que se experimenta socialmente, ela é capaz de produzir lembrança e esquecimento sobre segmentos sociais por meio de seu discurso. Dessa forma, faz-se necessário refletir sobre o esquecimento a partir de um ponto de vista que o tire do campo negativo e passivo para ser retratado como algo ativo e positivo no âmbito da memória social. De acordo com Huyssen (2014), temos como pressuposto o fato de que o esquecimento não é considerado como falha de memória ou algo que simplesmente acontece, mas que pode ser também um fato provocado, planejado e construído com vistas a marginalizar e apagar sujeitos sociais, processo esse que se dá no campo de disputas da memória social, com os grupos com seus divergentes interesses e pela disputa de poder.

Essa perspectiva de Andreas Huyssen (2014) retrata o esquecimento em outro ângulo, retirando-o do nebuloso campo que o considera como algo negativo, como falha de memória e algo que ocorre sem esforço, retirando-o do binarismo esquecimento e memória, para uma ação, um ato, com suas implicações políticas, sociais e éticas, que exige esforço para acontecer e que é gestado para atender interesses de memória, e que, assim, agrada a determinados grupos omitir a presença das mulheres em situação de rua, ou melhor, "esquecê-las" para que não se ponham em xeque outros acontecimentos. Assim retratado, o esquecimento apresenta função criadora, ao possibilitar a emergência da lembrança, podendo se constituir de forma positiva ou negativa, a depender dos interesses pelos quais é utilizado, servindo assim como um instrumento de poder sobre a memória.

Esse esquecimento pode ocorrer discursivamente, pois, como o discurso é um canal de construção de memória, ele provoca lembrança e também esquecimento, e, para isso, a Análise de Discurso Francesa será fundamental na análise do corpus, em que, para ela, o esquecimento é constitutivo da memória. Na análise do corpus, refletiremos sobre ele, tomando como base os estudos de Pêcheux.

Dessa forma, esta dissertação justifica-se por contribuir aos estudos da memória cultural, dada a ausência dessa relação nas pesquisas realizadas, bem

como, por meio do percurso que se fará, servir como instrumento que possibilite a reflexão contra o esquecimento social das mulheres em situação de rua.

Acredita-se na relevância social e acadêmica desta pesquisa, pois a produção sobre o segmento ainda é diminuta, precisando avançar com vistas a minorar o preconceito que se atribuiu ao grupo e a promover respeito baseado no princípio de dignidade da pessoa humana. Outra relevância da pesquisa é sua contribuição a esse tema ao estudar a relação entre mídia e o impacto sobre as mulheres em situação de rua. Ao buscar estudar a projeção de imagens sobre as mulheres em situação de rua, por meio do discurso midiático, no processo de construção da memória cultural, este estudo apresenta como relevância a produção de conhecimentos científicos a respeito da mulher em situação de rua, com vistas a contribuir para superar o saber pautado no senso comum, baseado no desconhecimento e no preconceito, tão presentes nas mais diversas instâncias da vida e das instituições sociais. Atribui-se ainda como relevância social aprofundar um assunto pouco debatido, inclusive em nível de Pós Graduação *Stricto Sensu*, tanto no que se refere aos estudos da memória cultural como no da situação de rua feminina.

No que se refere à contagem desse segmento populacional, segundo o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizado em 2008, das 27.633 pessoas entrevistadas, 82% são homens e 18% são mulheres. De acordo com o Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, datado de outubro de 2016, denominado Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil, projeta-se que haja 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil e, segundo o documento, “O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua”. Visando a superar tal conjuntura, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua) solicitou ao IBGE que incluísse a população de rua no Censo de 2020.

Considerando isso, nos debruçamos sobre esse segmento populacional feminino em situação de rua, uma minoria no espaço masculinizado das ruas, pois esse grupo apenas recentemente passou a ser contabilizado em âmbito nacional por meio da Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua, realizada em 2008, estando anteriormente excluído da contagem como brasileiras e brasileiros, pois o censo orienta-se pelo quesito casa, esquecendo-se, assim, das pessoas em

situação de rua, como que lhes negando simbolicamente a condição de cidadãos brasileiros, como seres que não são nem estrangeiros nem nativos, como apátridas em seu próprio solo.

Aqui faz-se necessário um aparte. No que se refere a este censo em que as pessoas em situação ficam de fora pela ausência de casa, quesito que orienta o censo, não somos a favor a uma política de controle social, mas pontuamos que a realização de censo demográfico que as desconsidere é reveladora da forma como estão invisibilizadas socialmente e para/pelo Estado.

Tendo como foco a lacuna teórica mencionada, este trabalho tem como objetivo geral analisar a relação da mídia no processo de construção da memória cultural sobre a mulher em situação de rua. A partir desse objetivo, emergiram dois objetivos específicos, que são: 1) identificar as imagens sobre as mulheres em situação de rua projetadas pela mídia e 2) identificar se nas formações imaginárias produzidas pelo discurso midiático constroem-se estigmas sobre as mulheres em situação de rua.

Como consequência da reflexão, surgiram algumas questões que buscaremos esclarecer ao longo do trabalho: Qual(is) é(são) a(s) imagem(ns) da mulher em situação de rua construídas discursivamente pela mídia? Há estigmas construídos pelo discurso? Qual é a relação das formações imaginárias no processo de construção da memória cultural? Há apagamento(s) possibilitado(s) pelo discurso sobre esse segmento social?

Aqui se faz necessário abrir um parêntese para explicar o motivo do uso da expressão mulher "em situação de rua" em vez de "moradora de rua". Compartilhando com Silva (2009), optou-se pela utilização da designação "em situação de rua" e não a de "moradora de rua", não pelo fato de a primeira indicar estado transitório de permanência na rua como alguns autores defendem, mas sim como decorrência de algo que leva as pessoas a (sobre)viverem nas ruas, que são, em último caso, as desigualdades provocadas pelo voraz sistema capitalista que as fazem permanecer nas ruas, em suas condições perversas, pela omissão da sociedade civil, do Estado em defender os direitos dessa população e também da academia, pela pouca produção acerca desse segmento, dada a importância do papel de estudos sobre o tema para provocar reflexões e discussões e pela ação de devolver à sociedade os resultados das pesquisas realizadas, como produto social.

É nessa esteira que este estudo se desenvolve, em que chegamos ao problema da pesquisa: a relação entre as formações imaginárias na construção de imagem(ns) sobre a mulher em situação de rua por meio do discurso midiático e o processo de construção da memória cultural, para identificar se há — ou não — a gestão de políticas de esquecimento criadas por meio desse discurso. Essa construção é importante, pois o esquecimento, dada sua relação paradoxal com a lembrança, como discute Leão (2003), pode ser positivo e negativo, a depender do uso ético-político que se faz dele.

Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa social aplicada de natureza qualitativa, com o objetivo de obter maior aproximação à situação vivida pelos sujeitos ao propor conhecimentos voltados à aplicabilidade da realidade social, tendo em vista ser a situação de rua um fenômeno social geograficamente localizado em todos os Estados brasileiros, e também por esta pesquisa trabalhar “[...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21-22). Adotará como metodologia as pesquisas bibliográfica e documental. A primeira investigará livros, teses, dissertações, periódicos científicos e anais relacionados às temáticas envolvidas na reflexão. A pesquisa documental se aterá aos arquivos de comunicação de massa publicados pelo Portal G1 e pelo Jornal O Globo em sua plataforma virtual, os documentos de “primeira mão”, por se configurarem O Globo como veículo de grande circulação nas classes média e alta e o Portal G1 pela facilidade de acesso e gratuidade.

Para nos dar suporte na persecução do objetivo, nos fundamentaremos nas discussões dos autores, dentre outros: DaMatta (1997) para discutir os espaços da rua e da casa como categorias sociológicas que influenciam o comportamento e tratamento sociais atribuídos aos sujeitos; Assmann (2011) para nos debruçarmos sobre memória cultural; Dela Silva (2007 e 2008) que analisa discursivamente a mídia e as práticas midiáticas; Gondar (2016, 2000 e 1997) para discutir sobre memória social, na articulação lembrança e esquecimento; Orrico (2011) que discute sobre a construção da memória pela mídia; Pêcheux (1993, 1997, 1999, 2014 e 2015) e Orlandi (2007a, 2007b, 2015, 2006a, 2006b, e 2012a, 2012b e 2012c) sobre Análise de Discurso Francesa, de modo a sustentar a análise do corpus.

Assim, no capítulo 2, discutiremos a relação mídia e memória, em que nos ateremos à mídia como instituição em sua relação com a memória cultural mais especificamente, numa perspectiva contemporânea, sobre os aspectos da lembrança e do esquecimento, constitutivos do processo mnemônico, discutindo as relações sociais de acordo com a categoria espaço, que é capaz de provocar sentimentos e reações nos sujeitos sociais a partir do espaço que se ocupe socialmente. Veremos também o conceito de estigma no que se refere à mulher em situação de rua, tal como o faz Goffman (1975), que o retrata como uma marca nos sujeitos.

No capítulo 3, voltaremos ao discurso midiático, realizando a análise do corpus, estudando as marcas discursivas e os silenciamentos em sua influência sobre o imaginário social na projeção de imagens sobre as mulheres em situação de rua, em que discutiremos conceitos da Análise de Discurso Francesa que perpassam nosso objetivo, como memória discursiva, formações imaginárias, discurso sobre a cidade, dentre outras categorias que a análise demandará mobilizar. Em seguida, as Considerações Finais, em que buscaremos refletir sobre o conjunto da pesquisa, apresentando possibilidades e limites do processo que se buscou entender.

CAPÍTULO 2 – MEMÓRIA E MÍDIA

Este capítulo foca a interlocução entre a mídia e a memória cultural, em sua relação paradoxal com a lembrança e o esquecimento, concebendo-se a mídia como um espaço de cultura, como instituição capaz de produzir lembrança e esquecimento no que se refere à mulher em situação de rua retratada por meio do seu discurso. Essa discussão demanda refletir sobre a categoria teórica espaço, especialmente na sua influência sobre as relações sociais.

2.1. Esquecimento e lembrança: as duas faces da Memória Cultural

Tomaremos Gondar (2016, p. 19), que discorre sobre o que seja a memória: “A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente, o que faz com que as noções capazes de fornecer inteligibilidade a esse campo devam ser plásticas e móveis”. Assim, vemos que definir de forma estanque memória social não é possível, pois ela está em constante processo de transformação e também por ser um campo de estudos transdisciplinar e, assim, “polissêmica”. Dessa forma, qualquer tentativa de conceituá-la nos faria recair em reducionismo e limitação do amplo aspecto em que ela se espraia, pois:

“A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. Esse conceito se encontra em construção a partir dos novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas” (GONDAR, 2016, p. 23)

Nossa intenção neste trabalho é nos atermos à construção da memória na contemporaneidade, em que nos debruçaremos sobre o conceito de memória cultural. Entendemos memória cultural tal como o faz Assmann (2013) ao dizer que “[...] a memória não é só uma ‘maleta’, na qual se colocam as coisas, mas uma espécie de esfera dentro da qual as pessoas se comunicam e onde vivemos”. Assim, podemos considerar a memória cultural como um espaço de vivências e interação social, pressupondo o esquecimento, na medida em que nela não cabe tudo, deixando algo de fora de seus enquadramentos, fora de seus limites, revelando ser

um espaço paradoxal, de lutas, de jogos de poder e de interesses distintos, bem como de contra-discursos que lutam pela hegemonia.

Faz-se necessário retornarmos à autora Gondar (2016), em seu artigo “Cinco proposições sobre memória social”, em que, em sua terceira proposição, discute o esquecimento como que implicado pela memória. Para ela, a perspectiva positiva quanto à lembrança é herdada pelos gregos antigos, enquanto que o esquecimento recebia (e recebe ainda) um viés negativo. Ela discorre sobre a perspectiva nostálgica em relação à perda e ao passado para embasar o preterimento pelo esquecer, postura essa que foi adotada por Platão e retomada por Nora (1993), tal como diz:

“Conceber nosso mundo presente como lugar de queda e degenerescência, a ele opondo um passado perdido – no qual a memória teria sido experimentada sem a contaminação do esquecimento – é uma ideia que ainda costuma ser utilizada por pensadores da memória em suas leituras do contemporâneo” (GONDAR, 2016, p. 26)

Gondar (2016), analisando Nora (1993), vê no autor uma lástima pela perda do passado, como se fosse algo puro e bom que foi perdido com o tempo, e com uma compensação ao que já se foi. Porém, essa perspectiva desvaloriza as mudanças ocorridas, bem como a criação, o espaço para o novo, pois é certo que “[...] se na atualidade certos tipos de memória se retraem [...], precisamos admitir que outras modalidades ganham força[...].” (GONDAR, 2016, p. 27). Assim, a autora critica tal pensamento, chamando-o de “perspectiva nostálgica e declinatória”, que desvaloriza o novo, sintetizando:

“As perspectivas nostálgicas e catastrofistas só se erigem enquanto tais porque julgam fenômenos contemporâneos a partir de uma lógica que não mais os abarca. Em outros termos, só tememos o esquecimento quando o pensamos como um inimigo da lembrança, supondo a memória, necessariamente, como um lugar de permanência de inscrições. Mas é justamente essa concepção que se encontra em xeque, exigindo a mudança de nossas teorias” (GONDAR, 2016, p. 30).

Tal como veremos quando da análise do corpus, esse processo, que põe em xeque a concepção negativa do esquecimento, vem sendo exercido pela escrita digital, que torna tênue a fronteira entre lembrança e esquecimento, inovando no fato de a escrita não ser mais representante de um registro duradouro de informação, e também nas formas de armazenamento dos grandes volumes de dados, ou, nos próprios termos da autora:

“A era digital, contudo, coloca em jogo uma outra relação entre lembrar e esquecer: não mais uma oposição simples nem tampouco uma oposição dialética, mas o borramento da linha clara que os distinguia, de forma que os dois processos passam a se apresentar numa relação de coparticipação e convivência paradoxal. Desse modo, se fazemos a pergunta – a escrita digital seria ainda um meio de memória ou deveríamos considerá-la um meio de esquecimento? –, teremos que responder: ambos. A construção de uma memória digital, por ser continuamente sobrescrita, implica o esquecer e o recordar, numa relação em que os dois coexistem sem qualquer possibilidade de síntese, mas inseparáveis” (GONDAR, 2016, p. 31)

É nessa esteira que se inscreve esta pesquisa, ao se debruçar sobre reportagens sobre mulheres em situação de rua localizadas na mídia eletrônica, neste caso o Portal G1, que sofre constantes reescritas e, assim, apagamentos, ou seja, esquecimentos, mas também possibilita novas recordações. Em contrapartida, o Jornal O Globo digitalizado não apresenta alterações na escrita do texto impresso, constituindo-se em uma plataforma de acesso eletrônico à versão impressa.

Com base em Gondar (2016), vemos que a relação entre lembrança e esquecimento é inseparável, como faces de uma mesma moeda, sendo constitutivas entre si, em que o esquecimento não deve ser visto como negativo, tal como versa Huyssen (2014), mas como necessário à própria memória, pois não pode haver lembrança sem esquecimento, por isso não nos furtamos de estudá-lo, pois, sem ele, é impossível estudar memória cultural, pois, como diz Huyssen (2000, p. 18): “[...] Freud já nos ensinou que a memória e o esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados; que a memória é apenas outra forma de esquecimento e que o esquecimento é uma forma de memória escondida”.

Pois bem, considerando que o esquecimento é constitutivo da memória, assim como o são as lembranças, a memória cultural é também construída pela mídia, que se constituiu em um espaço de cultura, em que, ao narrar sobre mulheres em situação de rua, constrói memória e, por meio desta, pode produzir lembrança e esquecimento.

Como discorremos anteriormente, no que se refere ao esquecimento, ele pode ser concebido como positivo (ao possibilitar novas lembranças e o surgimento do novo) e negativo (do ponto de visto do apagamento que ele pode produzir de forma intencional, conforme seja utilizado, tal como o retrata Huyssen (2014)). Sua natureza é paradoxal, ao ter seu viés positivo (pois sem ele não existiriam lembranças), ao passo que também possui viés negativo, não em si mesmo, mas pelo uso político inapropriado que dele é feito por sujeitos/grupos sociais. Faz-se

necessário pontuar que a relação esquecimento/lembrança não dialética ou contraditória, mas sim paradoxal, pois o esquecer e o lembrar não ocorrem sucessiva ou alternadamente, mas ao mesmo tempo, concomitantemente.

A mídia, por meio de sua escrita (seja ela eletrônica ou impressa) serve de canal veiculador e formador de memória. A depender da forma como o discurso é construído, pode-se criar um esquecimento que leva ao apagamento social, como sujeitos marginalizados, tendo em vista que o discurso se constitui em um canal capaz de forjar imagens e projeções sociais, mobilizando sentidos que são apropriados pelo leitor, alimentando o processo de construção da memória cultural sobre o segmento, como veremos na análise do corpus.

A depender da forma como a mídia versa sobre esse grupo social, e também pelo que ela cala, serão projetadas imagens que funcionam no/pelo discurso, fazendo com que surjam formas de conceber as mulheres em situação de rua pelos sujeitos-leitores, que pode ser de forma positiva (promovendo criticidade no trato da questão da pobreza, da falta de habitação, de direitos sociais básicos, enfim, das precariedades das mulheres em situação de rua) ou produzindo estereótipos, visões equivocadas e preconceituosas. A depender de como isso se verificar, servirá de material que alimentará uma memória cultural em detrimento de outra.

Huyssen (2000) fala em *boom* de memória, principalmente a partir da década de 1980, quando se deslocou a perspectiva “[...] dos futuros presentes para os passados presentes” (HUYSSSEN, 2000, p. 9). “É como se o objetivo fosse conseguir a recordação total” (HUYSSSEN, 2000, p. 15). Ele discorre sobre a ocorrência de excesso de memória, relacionando a sociedade ocidental a seus traumas vivenciados e também à cultura, que chamou saturada, da mídia. E ele pergunta: “É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é, talvez, o contrário?” (HUYSSSEN, 2000, p. 19). Responde que a memória sozinha não é suficiente para os processos mnemônicos e que o esquecimento é fundamental. Sim, o esquecimento é fundamental para a possibilidade de outras lembranças, como temos refletido. Porém, a depender de interesses e jogos de poder, o esquecimento pode ser (e é) uma ferramenta relevante utilizada no controle da memória cultural, o que faz com que seja do interesse de grupos criarem políticas de esquecimento de determinados segmentos, para que certos interesses não sejam contestados, por exemplo, que não se reflitam sobre a má distribuição de renda do país, as constantes e generalizadas violações de direitos humanos e sociais básicos sofridos por dados

grupos, pois isso poderia desencadear perdas de privilégios, por exemplo. Na análise do corpus, veremos se ocorre o apagamento social das mulheres em situação de rua por meio do discurso midiático, pela gestão de políticas de esquecimento engendradas com o objetivo de marginalizar e apagar socialmente esses sujeitos sociais.

Ainda nessa esteira, o autor discorre sobre a mercadorização da memória, dizendo que vivemos a “síndrome da memória” (termo esse que denota que o excesso de lembrança não é saudável, tal como consta em Funes, o Memorioso), apresentando sua tese para esse interesse exacerbado pelo passado, - que dá amplo espaço aos mercados da memória - ao dizer: “[...] este algo, eu sugeriria, é uma lenta, mas palpável transformação da temporalidade nas nossas vidas, provocada pela complexa mudança tecnológica, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade social” (HUYSSSEN, 2000, p. 25), acrescentando o medo das sociedades ocidentais quanto ao futuro, como se o passado, por mais traumático que tenha sido, fosse um porto seguro diante das possibilidades que o futuro pode trazer, isso considerando o histórico de guerras, grandes guerras, genocídios, nazismo, fascismo etc”.

Fizemos esse percurso teórico em Huyssen (2000 e 2014), pois vemos que o que estudamos nesta pesquisa se insere num cenário mais amplo, de proporções mundiais, notadamente ocidental, tendo em vista a bagagem histórica negativa, que faz com que – diante de cenários danosos – se busque nas lembranças um lugar seguro, em que diante do caráter seletivo da memória, algo é escolhido para ser lembrado enquanto diversos outros são esquecidos, apagados, silenciados, e a situação de rua feminina poderia ser um deles, pressuposto esse a ser verificado quando da análise do corpus.

Finalizando seu pensamento, Huyssen (2000) diz que a memória deve ser vivida e incorporada no social, e que esta memória é necessária para construir futuros, acrescentando que as memórias não são redutíveis às tecnologias digitais, apesar de serem modeladas por elas, e arremata: “Mesmo que a amnésia seja um subproduto do ciberespaço, precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Aí, então, talvez, seja a hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória” (HUYSSSEN, 2000, p, 37).

Dialogando com essa reflexão, vemos que as ferramentas tecnológicas do ciberespaço, notadamente o Portal G1², com suas características de reescrita constante, são também veiculadores de esquecimento e de lembrança, em que desejamos que sirva como canal para criar memória cultural positiva sobre as mulheres em situação de rua. Dado que o esquecimento é um “subproduto do ciberespaço”, almejamos que a função criadora do esquecimento traga formas inclusivas sobre esse segmento, de modo que se gerem lembranças que as considerem como sujeitos portadores de direitos sociais e que devam ser protegidas, isso se o nosso pressuposto se confirmar de que a mídia discursiva produz imagens negativas sobre esse segmento.

2.2. Mídia e suas práticas

Inicialmente, faz-se necessário pontuar que tomamos aqui o conceito de mídia, considerando-a como um dos aparelhos ideológicos do Estado, de modo que não a supervalorizamos no que se refere à projeção de imagens sobre a mulher em situação de rua, sendo ela um dos meios de memória que retratam o segmento em questão, pois ela não é o único discurso em circulação sobre a mulher em situação de rua.

Considerando que a mídia é um canal de fluidez da memória cultural e que esta contribui para a (con)formação do pensamento social, se fará necessário refletir sobre esse meio de transmissão de informação.

O processo de institucionalização do Jornal O Globo deu-se em 1925, com a primeira edição em 29 de julho. Surgia com o objetivo de ser um “novo jornal

² O G1 é um portal de notícias mantido pela Rede Globo, criado em 2006, disponibilizando reportagens brasileiras e mundiais, atualizado 24 horas por dia. Caracteriza-se pelo seu formato multimídia, utilizando texto, imagens, sons e vídeo. O portal possui contas no *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* e também na plataforma *mobile*.

identificado com o Rio”³. Em 29 de julho de 1996, o lançamento do *site* de O Globo foi uma das marcas das comemorações de aniversário do jornal.⁴

Tomando como pressuposto a fala de Douglas (1998, p. 82) sobre a força das instituições em sua relação com memória social, que, de acordo com ela, a mídia é uma instituição capaz de provocar lembrança e esquecimento:

“As instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. Elas fazem com que outras áreas exibam detalhes muito bem discriminados, minuciosamente examinados e ordenados. [...] Observar essas práticas estabelecerem princípios seletivos que iluminam certos tipos acontecimentos e obscurecem outros significa inspecionar a ordem social agindo sobre as mentes individuais.”

Com base nessa citação, partimos do pressuposto de que as mídias ora estudadas seriam capazes de gerar lembranças e esquecimentos sobre as mulheres em situação de rua, por meio de seu discurso, criando zonas sombreadas, pouco iluminadas, tal como tangenciou Huyssen (2000), em que realidades seriam pouco e nada perceptíveis e, portanto, pouco refletidas, ao passo que outras são discutidas e refletidas, bem iluminadas...Tal pressuposto será refutado ou verificado na análise do corpus.

Tendo em vista a relação entre memória e acontecimento jornalístico, tomaremos Ribeiro e Brasilense (2007) para nos auxiliar nessa discussão. Como a memória é uma construção social e, considerando que a mídia é um canal de memória, as reportagens noticiadas estão permeadas por escolhas, jogos de interesse e de poder, fazendo-se, assim, necessário estudar a instituição midiática.

Ao narrar determinado fato social, a imprensa – como dizem Ribeiro e Brasilense (2007) – realiza seleção e enquadramento do passado de um dado grupo social, fazendo com que “os discursos jornalísticos” sejam “investidos de credibilidade e inegável poder simbólico” (p. 222), pois o leitor parte do pressuposto de que o que é narrado realmente aconteceu, como se a mídia estivesse investida

³ Linha do tempo do Jornal, em <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lanccedilado-9196292>

⁴ O GLOBO ON, página na internet, a plataforma teve como objetivo ser mais do que mera cópia da edição em papel. O *site* foi desenvolvido com o princípio de ter uma identidade própria, com a intenção de disponibilizar jornalismo ágil e prestação de serviços. O lançamento da versão impressa na plataforma virtual ocorreu em 2006. Em 2007, o *site* estava disponível também para os celulares.

daquilo que Nora (1993) chama de aura simbólica, em seus sentidos material, simbólico e funcional, conferida socialmente ao jornal.

Dessa forma, o Portal G1 e o Jornal O Globo, como *mass media*, se constituem, segundo Ribeiro e Brasiliense (2007), em mediadores entre os sujeitos e o mundo, pois são eles que dão a conhecer à sociedade acontecimentos, pois a realidade existe dentro do discurso da mídia, e, dessa forma, como dizem as autoras (2007, p. 222): “Os meios de comunicação não são os únicos, mas são hoje um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades”. Assim, realiza-se o trabalho de enquadramento da memória, com as seleções das reportagens, gerando, por sua vez, as lembranças e os esquecimentos próprios da temática da memória cultural no que se refere às mulheres em situação de rua, pois da forma como o jornal relata sobre elas faz com que sejam criadas imagens projetadas discursivamente, moldadas pelo imaginário social que se desenha no jogo da memória.

Esse trabalho realizado pela mídia, tal como discute Pollak (1989) não é feito aleatoriamente, mas há a escolha de pessoas que detenham credibilidade, que neste caso é o jornalista, para reproduzir determinado discurso, realizando-se um trabalho de enquadramento de memória, em que, para Pollak (1989, p. 9), “Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente”, tendo em vista a preocupação que a instituição quer passar e manter de si e de sua história, “que é sua razão de ser” (POLLAK, 1989, p. 10).

De tal posicionamento também compartilha Ribeiro (2007, p. 222), ao dizer: “O controle da memória social parte de ‘testemunhas autorizadas’, e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere neste processo não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades sociais”, e, assim, podemos afirmar que o jornalismo não apenas constrói o presente, mas (re)constrói o passado e o ressignifica, inscrevendo os fatos no campo da lembrança e do esquecimento, pois “[...] o jornalismo dá uma dimensão memorável à experiência humana e sentido a si mesmo como sujeito social/institucional” (RIBEIRO e BRASILENSE, 2007, p. 223).

Articulando essa reflexão a Foucault (2014), temos o exercício do poder que se faz por meio do discurso, pois, para que se tenha legitimidade, o discurso precisa ser usado por quem é legitimado para ocupar essa posição. Veremos, na análise do corpus, orientando-nos pela Análise de Discurso Francesa, que o discurso e os

sujeitos são afetados pela ideologia e que, no discurso, fazem-se presentes relações de força, a depender do lugar social que ocupa o locutor atuando sobre o interlocutor, pois a posição-sujeito não é caracterizada pela neutralidade, mas sim por relações de força e de poder, considerando o que diz Orlandi (2006b, p. 15): “[...] o saber é distribuído por uma rede institucional, hierarquizada em que o saber relaciona-se ao poder”. E podemos afirmar que isso se aplica em uma instituição midiática de grande projeção e capilaridade nacional, fazendo com que seu lugar social faça com que o discurso que profere seja dotado de força e numa perspectiva hierárquica.

Essa percepção social de credibilidade que a mídia recebe se deve ao mito da neutralidade jornalística, sendo o jornalista visto como mediador neutro entre o fato e a sociedade, e o jornalismo visualizado como “‘espelho’ da realidade”, e, dessa forma, registrando o tempo presente, a mídia gera lembranças para o futuro (ao selecionar o que considera historicamente relevante) e reconstrói o passado, produzindo o efeito de a mídia ser considerada como “testemunha ocular da história”:

“A mídia é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz dos acontecimentos e da transformação do social, o que lhe confere, enquanto registro da realidade, uma certa ‘aura’. O jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as registra e as deixa como legado às sociedades futuras. A mídia é a *testemunha ocular da história*” (RIBEIRO, 2000, p. 36, grifo da autora).

Todavia, como sabemos não há neutralidade em uma instituição que possui seus alinhamentos ético-políticos, e o discurso também não o é, mas embebido de posicionamentos, de interesse e de jogos de poder, próprio do terreno da memória social, tomado pelas ideologias às quais a mídia se filia. A mídia também não se configura como espelho fidedigno da realidade, pois fatos são descartados de serem narrados, enquanto que o que é tangenciado o é sempre de maneira parcial e a partir de uma posição, de certo ponto de vista, pois:

“Sabemos, entretanto, que nenhum registro é ingênuo ou descomprometido. Nenhum registro apenas registra. Todo ele pressupõe o trabalho da linguagem, pressupõe uma tomada de posição dos sujeitos sociais. Todo registro é discurso e possui, assim, um mecanismo ideológico próprio, uma forma de funcionamento particular. Entender esse funcionamento, conhecer as operações discursivas através das quais o jornalismo atribui sentido aos fatos da atualidade é essencial para dar conta de como os meios de comunicação produzem uma ideia de história e como, no mesmo processo, constroem-se e legitimam-se como lugar social” (RIBEIRO, 2000, p. 37-38)

Ainda outra autora que nos interessa, ao analisar a relação entre mídia e história, é Barbosa (2007) que, ao discorrer sobre a narração, a trata como uma forma de estar no mundo e, assim, de buscar compreendê-lo; e, mais adiante, explicita a dicotomia criada entre os textos que têm pretensão à verdade e os ficcionais. A autora fala da existência de peripécias que ocorrem, por exemplo, nas telenovelas como criadoras de acontecimentos, mas também diz que elas estão presentes nos textos jornalísticos, pois: “Baseado em convenções de veracidade, o discurso jornalístico é acreditado como verídico por antecipação, mas só se configura em algo a ser publicado se instaurar uma ruptura. A excepcionalidade do jornalismo nada mais é do que a peripécia” (BARBOSA, 2007, p. 20).

Assim, podemos entender a peripécia como ato criador e imanente ao processo de narração jornalística, mediando o acontecimento e a história contada discursivamente, tendo em vista que “Se o mundo do texto é sempre imaginário, o mundo do leitor é real, mas ao mesmo tempo capaz de remodelar a esfera do imaginário” (BARBOSA, 2007, p. 23).

Considerando que os jornais não são destinados às mulheres em situação de rua, mas aos domiciliados - e que, a partir da leitura pelo público, as mulheres em situação de rua lhes são mostradas de determinadas maneiras ou esquecidas -, pressupomos que a mídia exerce influência sobre os sujeitos e o pensamento sociais, afetando seus comportamentos, sentimentos, paixões, emoções e ações, não sendo ela apenas um canal de comunicação de acontecimentos, porém indo para além dessa função, constituindo-se em uma instituição capaz de agir sobre corpos e mentes, provocando também lembranças e esquecimentos, em sua relação com as questões da memória cultural. Assim, vemos que os meios de comunicação têm a capacidade de regular os aspectos cotidianos da vida das pessoas, considerando que o faz por meio do discurso, que, como vimos, é dotado por relações de força, dado que a mídia é uma instituição embebida de poder.

Uma reflexão importante para este estudo é a análise que faz Orrico (2011), ao refletir sobre a construção da memória pela mídia, quando se debruça sobre a grade de programação da Rede Globo, mais precisamente o programa Vídeo Show e Vale a Pena Ver de Novo, bem como o canal Viva, que reprisam programações da rede. A autora analisa como a mídia constrói memória ao selecionar o que será lembrado e o que será destinado ao esquecimento, em que verificou que a produção discursiva constitui memória junto ao público, atos esses assentados em atribuição

de valor quanto à escolha no âmbito do processo mnemônico, ao dizer: “[...] ao mesmo tempo em que traz à tona alguns eventos do passado, a emissora ilumina algumas produções/artistas em detrimento de inúmeras outras/outros que vão cair no esquecimento” (ORRICO, 2011, p. 67).

E todo esse processo de retorno ao passado, de reprises, não se dá de forma neutra, pois a ideologia está presente em todos os contextos sociais, pois o que será lembrado é o que essa grande rede de comunicação determina, baseada em jogos de interesse e relações de poder, baseados em projetos que norteariam a escolha do que é reapresentado na televisão. Esse processo de retomada na lembrança de uma série de programações é denominado por Orrico (2011, p. 71) como “trabalho de arquivamento e de recuperação”, com o objetivo de “organizar, processar e distribuir informação”, em estreita relação com a memória, construindo-a e evidenciando domínio e poder sobre os atos memoriais em relação à dramaturgia produzida pela Rede Globo.

Dessa forma, fica clara a força da mídia e o poder que exerce sobre a sociedade ao nomear, exaltar ou rebaixar, por meio da linguagem, bem como sobre a legitimidade que a instituição midiática alcança, sob o manto de neutralidade e imparcialidade, ao retratar acontecimentos cotidianos, construindo a memória cultural, neste caso, nesta pesquisa ao projetar imagens das mulheres em situação de rua.

2.3. Espaço e estigma

Nesta pesquisa, um conceito fundamental a ser refletido é o de espaço. Em nossa sociedade, como discute o antropólogo Roberto DaMatta (1997), casa e rua (que o autor relaciona aos espaços privado e público, respectivamente) não são apenas lugares geográficos e físicos, mas são espaços morais, categorias sociológicas, com representações sociais atribuídas aos sujeitos conforme eles se encontrem nos espaços público ou privado (dado que espaço não é categoria neutra, mas construída socialmente) e, por isso, são “[...] capazes de despertar emoções, reações [...] e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (p. 14).

Conhecidas são as designações negativas dirigidas à rua (meninos de rua), enquanto que positivas são as atribuídas à casa (moça de família). Outro aspecto que a relação espaço público e privado traz é a marca de gênero, ao ter sido construído socialmente que a casa seria lugar da mulher e a rua, do homem, fato esse que demanda ser desconstruído, de forma a não subjugar as mulheres e não se reproduzir vieses machistas e patriarcais.

Somado a isso, há o desmerecimento que se faz a quem está privado de casa, pelo que ela representa socialmente, bem como pelo que representa sua ausência. As pessoas sem teto estão suscetíveis a serem mal tratadas e preteridas, institucional, individual e socialmente, como se fossem menos humanas que as demais, estando expostas às mais diversas formas de violência, e por isso recebem tratamento diferenciado. É ilustrativa a citação de DaMatta (1997, p. 12):

"Em casa somos todos, conforme tenho dito, 'supercidadãos'. Mas e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas 'autoridades' e não temos nem paz, nem voz. Somos rigorosamente 'subcidadãos' e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na rua (e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra) é igualmente negativo".

Assim, podemos concluir que as mulheres em situação de rua, com base na reflexão de DaMatta (1997), são sujeitos considerados subcidadãos, sem vez, sem voz, sem nome, sem história, trazendo consigo estigmas atribuídos também pelo que representa o espaço público, onde vivem, dormem, trabalham e se relacionam. São sujeitos identificados, ainda na mesma lógica utilizada pelos gregos antigos, ou, nos termos de Goffman (1975), com traços que evidenciam que são "[...] uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos." (p. 11).

O conceito de estigma, que Goffman (1975) traz, nos é caro, pois, pretendemos identificar se hoje, tal como ocorria na Grécia Antiga aos escravos, criminosos e traidores, se assim o é nas metrópoles e cidades brasileiras com relação às mulheres em situação de rua: pessoas que trariam uma marca de "anormalidade" em si, que revelaria suas diferenças em relação aos demais, aos considerados "normais" e, dessa forma, seriam categorizadas socialmente como inferiores e dignas de tratamento diferente, pois, como diz Goffman (1975, p. 13), "Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem".

Considerando a importância da linguagem na atribuição de estigmas, a Análise de Discurso Francesa será de grande valia para a identificação da existência ou não de estigmas engendrados sobre a imagem da mulher em situação de rua por meio do discurso midiático.

Com base nos estudos de Goffman (1975), o estigma pode ser considerado, então, como um processo de relação social, de comparação entre "tipos" de sujeitos com suas categorizações atribuídas, em que tomamos essa categoria teórica para verificar se ela ocorre na análise do corpus e se inaugura para as mulheres em situação de rua as condições de desacreditadas ou desacreditáveis socialmente.

Considerando que a memória cultural é construída pelos leitores e também pela mídia, esta é capaz de provocar esquecimento e lembrança por meio do discurso que se produz sobre as mulheres em situação de rua, sujeitos esses que, por viverem/morarem nas ruas são afetados e concebidos sob o enfoque da categoria espaço, que é capaz de fazer despertar sentimentos aos sujeitos a depender do espaço que ocupem, portanto, o espaço é uma categoria significativa.

A seguir, utilizaremos a disciplina Análise de Discurso Francesa para analisar o corpus, em que veremos como o discurso projeta imagem(ns) sobre as mulheres em situação de rua, alimentando a memória cultural por meio do dizer e do não-dizer presentes nas reportagens do Portal G1 e do Jornal O Globo digitalizado.

CAPÍTULO 3 – AS PROJEÇÕES DE IMAGENS E OS APAGAMENTOS MEMORIAIS PELO DISCURSO MIDIÁTICO

Neste capítulo, voltaremos-nos às reportagens para realizar a análise do corpus. Faremos um breve percurso teórico sobre a disciplina Análise de Discurso na vertente francesa, que será utilizada em nossas análises e nos debruçaremos sobre o discurso midiático em sua relação com a memória cultural, enfocando como ele contribui na projeção de imagem(ns) sobre a mulher em situação de rua por meio das formações imaginárias, no jogo da memória discursiva e das redes de sentidos mobilizados sobre esse grupo social.

3.1. Uma breve apresentação da Análise de Discurso Francesa...

A análise do corpus desta pesquisa se orientará pela Análise de Discurso na corrente francesa, que teve em Michel Pêcheux seu principal expoente no cenário mundial e Eni Orlandi, no Brasil. A Análise de Discurso, tal como a concebemos aqui, surgiu na França, na década de 1960, e desde seu nascimento se configura como disciplina de entremeio, numa relação de contradição e questionamento com outras disciplinas, pois se desenvolve a partir de três domínios disciplinares, a saber: da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo Histórico, no intuito de compreender o discurso. Como diz Orlandi (2015, p. 18), é herdeira dessas áreas de conhecimento, mas

"[...] não o é de modo servil e trabalha uma noção - a de discurso - que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele."

Vemos assim o surgimento de uma nova disciplina, em que, segundo Orlandi (2007a), há uma relação intrínseca entre língua, ideologia e determinação histórica, concebendo "o discurso como lugar de contato entre língua e ideologia", pois

"A ideologia se produz justamente no ponto de encontro dessa materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que podemos observar esse ponto de articulação" (ORLANDI, 2007, p. 17).

Segundo Pêcheux (1993), discurso é “efeito de sentidos entre locutores”, e o sentido é sempre em relação à, logo não determinado e não estanque, o que significa dizer que o sentido não reside nas palavras, mas na relação entre os sujeitos envolvidos, isso porque o discurso não é neutro e puro, mas está em estreita relação com ideologias, ou, como diz Orlandi (2015, p. 7), é imperioso “Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada do simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar”.

Segundo Pêcheux (1993, p. 162, grifos do autor), o indivíduo é transformado em sujeito por meio do que se chamou interpelação, ou seja: “[...] o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas)”.

Dessa forma, podemos apreender a força que o discurso possui sobre os sujeitos, fazendo com que assumam posições de sujeito e que se filiem, conduzidos, a formações ideológicas, sendo esses conceitos importantes para esta pesquisa, pois os leitores e jornalistas estão assujeitados e se identificam com determinadas formações ideológicas promovidas pelo discurso, pois “[...] estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam os efeitos de sentido (PÊCHEUX, 1993, p. 171, grifos do autor).

Ainda no que se refere ao discurso, que é o objeto da Análise do Discurso Francesa, como dizem Oliveira e Orrico (2005, p. 74), este “[...] guarda estreita relação com a ideia de ação: discurso provém do latim *discursus*, *us*, ação de correr para diversas partes, de tomar várias direções”, apesar de ser um termo “polissêmico, pois há sempre espaço para discussões em torno de sua natureza e de seu funcionamento”.

Apesar de ter havido diferenças de pensamento entre os filósofos Foucault e Pêcheux no que se refere ao discurso e à ideologia, entendemos como relevante pontuar a relação entre natureza e funcionamento do discurso e o poder, que faz Foucault (2014, p. 8-9), ao dizer:

“[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número

de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade"

Dessa forma, entendemos que o discurso é um mecanismo de exercício do poder, como diz Foucault (2014, p. 9), gestando meios de exclusão e de interdição do dizer, pois "[...] não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa". Essas interdições nos mostram a relação do discurso com o poder e o controle que ele é capaz de empreender tanto no plano individual quanto no social.

Por meio do discurso midiático e dada sua força e capacidade de exercer controle ao classificar sujeitos, ao narrar e ordenar fatos sobre tais sujeitos, sendo capaz de originar "[...] atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer" (FOUCAULT, 2014, p. 21, grifos do autor). Isso porque os sentidos não são estanques, mas sempre estão em movimento em inter-relação com outros dizeres, exercendo poder sobre sujeitos sociais e em relação à memória, como referencia a Análise de Discurso Francesa.

Não há por parte do sujeito um domínio total do discurso, pois, nas condições de produção do discurso incluem-se as circunstâncias da enunciação, o contexto social, histórico e ideológico, a memória discursiva, o interdiscurso, o esquecimento e os sujeitos, considerando também que o discurso não é transparente, mas embebido de opacidade, de porosidade, com a interferência do inconsciente, pelos lapsos, atos falhos, chistes e da ideologia, considerando que existe uma relação de sentidos, sempre preexistente. É o que Pêcheux (2010) denomina de esquecimento número um, ou esquecimento ideológico, que é do âmbito do inconsciente, evidenciando o quanto somos afetados pela ideologia. Neste esquecimento, tem-se a ilusão de sermos a origem do que dizemos, e digo ilusão, pois os sentidos são preexistentes, apenas deles fazemos uso, tomando-os emprestados, como ele diz: "[...] os processos discursivos [...] não poderiam ter sua origem no sujeito. Contudo eles se realizam necessariamente neste mesmo sujeito. Essa aparente contradição remete na realidade à própria questão da constituição do sujeito e ao que chamamos seu assujeitamento" (PÊCHEUX, 1993, p. 169).

Na constituição do sujeito discursivo, o assujeitamento, torna esse sujeito submetido à língua, na história, de acordo com a conjuntura em que se encontre,

não sendo um processo marcado pela fixidez, mas que se dá de acordo com as épocas. Também não podemos desconsiderar que a ideologia é sujeita a falhas e é dada a equívocos, sendo que nem sempre haverá identificação desse sujeito submetido à língua e à história, visto que os sentidos e os sujeitos estão sempre em movimento. Assim sendo, há possibilidades do novo, dos deslocamentos e do rompimento de limites. Enfim, há possibilidades de transformações, como reflete Orlandi (2007b).

Existe outro tipo de esquecimento, denominado esquecimento número dois ou esquecimento enunciativo, que é da ordem da enunciação, em que, segundo Pêcheux (1993, p. 175-176), há a “impressão de realidade do pensamento para o sujeito (‘eu sei o que eu digo’, ‘eu sei do que eu falo’) [...] Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si mesmo o que disse, para aprofundar o que pensa e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que essa zona nº 2, que é dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente”. Esta é uma diferença importante entre esses dois tipos de esquecimento, pois o número um não é acessível ao sujeito. O esquecimento número dois revela que não existe apenas uma forma de falar, ou, nos termos de Orlandi (2015, p. 33), “[...] o dizer sempre podia ser outro” e mostra que o sujeito tem a ilusão de ter controle sobre o que é dito. São esses esquecimentos que produzem a ilusão de evidência, como se as palavras fossem ingênuas e transmitissem um único sentido, quando, na realidade, esses esquecimentos mostram a forma de nos inscrever na língua e na história, revelando sua filiação discursiva e ideológica.

Considerando o corpus que é abarcado por reportagens do Portal G1 e do Jornal O Globo digital, que constituem nosso arquivo, necessário se faz refletir sobre o que diz Mariani (2016) ao discorrer sobre a noção de arquivo. Com o advento da tecnologia, novas formas de arquivos surgiram, como as fotografias, os sons e os vídeos, além dos tradicionais textos manuscritos e impressos. Porém, seja qual for a materialidade discursiva, ela não está alheia ao processo que Mariani (2016, p. 17) aponta:

“Um arquivo, qualquer que seja, representa uma instituição que congrega em seu funcionamento aspectos políticos, técnicos, jurídicos e éticos. Em qualquer arquivo se inscreve a historicidade de uma política de silenciamento (ORLANDI, 2001) resultante das condições históricas e ideológicas de sua institucionalização e de sua inserção nas redes de memória. Assim, na organização de qualquer arquivo há sentidos colocados para serem lidos e repetidos (o que é canônico, hegemônico) e há também

sentidos recalcados, silenciados, interditados. Podemos pensar, então, que nos arquivos se inscrevem sintomas de uma época em que foram organizados e é com esses sintomas que um pesquisador se depara”

A categoria arquivo é importante para esta pesquisa dado que nos remete às noções de lembrança e esquecimento, tendo em vista sua relação com a memória discursiva, pois um texto não pode ser entendido por ele mesmo, pois devemos nos remeter às condições de produção e aos sentidos movidos por ele – que sempre podem ser outros. A memória discursiva também possui caráter social, articulando as noções de esquecimento e lembrança, inscrevendo sentidos que serão lembrados e os que serão trabalhados para serem apagados. Na análise do corpus, analisaremos mais detalhadamente o conceito de memória discursiva.

Falar em arquivo implica pensar intrinsecamente o gesto de leitura, pois, como diz Mariani (2016, p. 10): “[...] não há arquivo em si, ou a priori, sem o gesto de leitura que o constitui” e este não se limita ao próprio arquivo, pois “[...] lidar com a memória institucionalizada é também trabalhar com nossa própria discursividade” (MARIANI, 2016, p. 16).

De acordo com Pêcheux (2014, p. 51), inicialmente o arquivo é definido “[...] no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Porém ele avança nessa reflexão no que se refere à leitura do arquivo, pensando “as evidências práticas que organizam essas leituras”, ou seja, pensar o processo de constituição do arquivo, no sentido de que critérios orientam o que é ser pertinente e estar disponível. O processo de constituição do arquivo está diretamente relacionado à memória, pois nele se aplicam processos de seleção e exclusão, provocando lembrança e esquecimento, Segundo Dela Silva e Lunkes (2014, p. 137), isso

“[...] aponta para a compreensão do arquivo em Pêcheux como discursividade. Por consequência, o trabalho de leitura de arquivo, conforme Pêcheux, deve se dar na “relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” ([1981] 2010, p. 58). Quando pensado discursivamente, o arquivo comporta mais que um simples conjunto de documentos agrupados por uma lógica institucional. Ele direciona e interdita efeitos de sentidos, que se produzem pela inscrição da língua na história; e enquanto discurso, a sua leitura, por consequência, não pode prescindir de suas condições de produção (PÊCHEUX, [1969] 1997). ‘Entre a materialidade da língua e da história aí se situa para Pêcheux o arquivo’ (ROMÃO; LEANDRO-FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 13 “

Então, falar de arquivo, além da sua relação com a memória, pressupõe os processos de acesso aos gestos de leitura, seja na escrita tradicional seja no campo da informática, ou memória metálica, memória produzida pela mídia, como reflete Orlandi (1996). Na concepção de Guilhaumou, Malidier e Robin (2016, p. 92), o arquivo “[...] se abre a uma leitura que descobre dispositivos e configurações significantes [...]”, porém para que isso seja possível não se pode deixar de considerar a materialidade da língua e o papel da memória nesse relação. Vejamos o que diz Pêcheux (2014, p. 57) sobre isso: “É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”.

Como sabemos, o esquecimento é constitutivo da memória, já que nem tudo pode ser arquivado. Os enquadramentos são realizados por meio de escolhas que envolvem posicionamentos ético-políticos feitos por sujeitos sociais (pois o arquivo nada mais é que um gesto de leitura feito por sujeitos em dada conjuntura histórica, que será alterado em outras leituras por esse mesmo sujeito ou por outros – inclusive nos arquivos eletrônicos), em que, como diz Mariani (2016, p. 15): “Na organização dos arquivos, sempre se encontram os efeitos do funcionamento da ideologia, naturalizando alguns processos de significação e, simultaneamente, apagando outros”.

Assim sendo, podemos afirmar que todo arquivo é fragmentado, incompleto e nunca estanque, pois está em constante movimento no transcurso histórico e sempre em afetação pela materialidade da língua. Entendemos que esse mesmo processo ocorre também no meio digital, como reflete Orlandi (1996) ao se referenciar à memória metálica, pois na produção de arquivos digitais, apesar do grande volume de armazenamento de dados que hoje é possível, também ocorre o esquecimento e o trabalho de enquadramento da memória, dando-se de forma similar como na escrita impressa os processos de seleção do que será retratado (lembrado) e o silenciamento do que será deixado de lado, relegado ao esquecimento.

Outro conceito, igualmente importante de ser aqui tratado, é o de leitura, pois, apesar de serem momentos diferentes o da escrita e o da leitura, um pressupõe o

outro, como diz Orlandi (2006a, p. 180): “[...] na escrita, já está inscrito o leitor e, na leitura, o leitor interage com o autor do texto”.

Diante disso, podemos afirmar, na esteira de Orlandi (2006a), que o texto tem como característica a incompletude,

“[...] pois sua natureza é intervalar. Sua unidade não se faz nem pela soma de interlocutores nem pela soma das frases. O sentido do texto não está em nenhum dos interlocutores especificamente, está no espaço discursivo dos interlocutores; também não está em nenhum outro segmento isolado em que se pode dividir o texto, mas sim na unidade a partir da qual eles se organizam. Daí haver uma característica indefinível se levamos em conta sua totalidade, sua unidade” (grifo da autora) (ORLANDI, 2006a, p. 180).

Considerando isso, não estou me referindo à estrutura linguística do texto com começo, meio e fim, porque o texto não é acabado, está sempre aberto dada a relação constante entre leitor e autor, pois ele é sempre incompleto, apesar de possuir efeito de completude. Essa incompletude deve-se tanto à intertextualidade, que é a relação de um texto com outros e com outras situações, quanto à legibilidade, pois ela deve-se à interação entre leitor e autor. Isso significa dizer que, mesmo que esteja bem escrito, coeso e coerente, para um determinado leitor, o texto pode ser considerado claro enquanto para outro, pouco inteligível, ou mesmo ter sentidos diferentes do que pretendia seu autor. Isso acontece porque o outro deve estar sempre pressuposto no processo de escrita e leitura, pois

“Sem o contexto e relação definida do leitor com a situação, ou seja, sem os elementos, ou seja, sem os elementos que unificam o processo de leitura, que a configuram, não há o distanciamento necessário para a leitura, e o leitor perde o acesso ao sentido. É isso que se dá quando o leitor lê palavra por palavra, sentença por sentença, e não apreende o sentido global do texto, ou se pergunta, no final de uma leitura: ‘o que devo entender disso?’. Segundo o que pensamos, esses são problemas que dizem respeito à relação do leitor com a situação.” (ORLANDI, 2006a, p. 185).

Dessa forma, vê-se que a leitura (sendo múltiplas as suas formas) é um ato muito mais complexo do que “passar os olhos” e apreender o que o autor pretendeu transmitir. Ela se constitui num processo de interação entre sujeitos, numa rede de formações discursivas (que são aquilo “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (PÊCHEUX, 1990, p. 148)), estando embebidas por formações ideológicas nas quais, ao ler, o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, se constitui, se identifica, discorda, se relaciona com outros discursos e situações, se divide, se transforma, tornando-se o mesmo e diferente ao mesmo tempo, nesse complexo processo que é a produção da leitura. Entendemos

aqui formações ideológicas tal como em Pêcheux (1999, p. 148), na tradução de Sandra Mari Kaneco Marques:

“[...] como uma força em confronto com outras forças, numa conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente com as posições de classe em conflito umas com as outras.”

Entendemos importante discorrer sobre leitura, pois é por meio da produção da leitura, que há a possibilidade de o leitor se identificar, se desidentificar ou se contraidentificar com os sentidos presentes no discurso sobre a mulher em situação de rua formulada pelas mídias G1 e Jornal O Globo. Isso se dá porque os sentidos são múltiplos e porque todo rito ideológico não é perfeito, mas é sempre passível de falha no processo de assujeitamento, não estando o sujeito destinado a estar cristalizado ideologicamente, como diz Mariani (1998, p. 25):

“Nenhum processo de assujeitamento pode ser completo ou imutável até porque o sujeito, no todo social, não ocupa apenas uma posição. Os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e transformação (revolução) são, assim, igualmente constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento.”

Diversos são os conceitos no leque da Análise de Discurso Francesa, mas optamos mobilizá-los à medida que a análise do corpus exigir.

3.2. Dialogando com o corpus...

Realizadas as pesquisas, tomando como base os meios de comunicação Portal G1 e O Globo digitalizado, considerando a análise das reportagens⁵ encontradas sobre mulheres em situação de rua em comparação entre as mídias, percebeu-se que as reportagens sobre elas são mais abundantes no Portal G1, que conta com 23. Já no Jornal O Globo, foram encontradas 09 sobre pessoas em situação de rua, sem haver diferenciação por gênero. Dessas nove reportagens, em três há fala da mulher (“Vizinhos sem teto da Casa Branca”, “Com frio, cresce 30% busca por abrigos para moradores de rua” e “Visíveis aos olhos de quem ajuda”) e quatro se referem a elas de forma indireta, pela presença das palavras “casal”, “moradora de rua”, “absorventes” e “sexo explícito” (“Fala, Niterói: População de rua”, “Jantar de gala para quem não tem o que comer”, “Grandes doses de amor em pequenos frascos” e “A vida nas ruas do Jardim Oceânico”). Assim sendo, nosso corpus discursivo se constituiu no conjunto de 32 reportagens.

Com base nas leituras realizadas das reportagens do Portal G1, vimos que a maior parte delas está localizada na “seção policial” em violência sofrida, geralmente nas formas física, sexual e obstétrica, podendo resultar em morte, revelando o quanto as mulheres em situação de rua estão sujeitas a diversas formas de violência, como é o caso da violência sexual, como se pode ver inicialmente pelos enunciados a seguir:

1- “Uma moradora de rua de 53 anos é morta a pauladas....”
2- “Polícia suspeita de crime sexual ... ela estava com o short abaixado, o que levanta a suspeita de violência sexual”
3- “Moradora de rua é morta a facadas no centro de Ceilândia...”

⁵ Aqui utilizamos o termo “reportagem”, tomando como base o Manual de Redação e Estilo da Editora Globo, que diz que são: “matérias alentadas: podem ser tanto a cobertura de um fato do dia que tenha grande impacto [...] como a abordagem exaustiva de uma tema sem ligação direta com o dia da edição [...]. A reportagem é muitas vezes uma história: fatos que se sucederam até um desenlace.” (GLOBO, 1992, p. 37-38)

4- “Moradora de rua é baleada na perna”
5- “Moradora de rua é estuprada....”
6- “Moradora de rua é morta com golpe de faca...”
7- “Vídeo mostra momento em que moradora de rua é morta... jogavam pedras na vítima”
8- “Moradora de rua é morta a pauladas na cracolândia...”
9- “Moradora de rua é encontrada morta dentro de casa abandonada...”
10- “Moradora de rua é encontrada morta na Zona Leste de Natal... golpeada na cabeça possivelmente com pedras e paus”
11- “Uma mulher de 30 anos teve parte do corpo queimado...”

Quanto à violência obstétrica, pelo não acesso à política de saúde, temos três reportagens que noticiam partos em espaços públicos, a saber:

1- “Moradora de rua dá à luz em banheiro do Mercado Aberto, em Goiânia”
2- “Moradora de rua dá à luz enquanto anda em calçada em Imperatriz, MA... O bebê caiu de cabeça no chão e foi socorrido por pedestres”
3- “Policiais militares fizeram o parto de uma moradora de rua em Campo Grande...”

Os enunciados demonstram que, para a mulher em situação de rua, a categoria violência se faz presente de forma contundente e em seus diversos tipos, de forma diferenciada ao que vivencia o homem em situação de rua pelas particularidades da questão de gênero, notadamente pelas violências sexual e obstétrica.

Para iniciar nossa análise do corpus, recortamos sequências discursivas (SD), cuja segmentação se orientou pelos eixos de análise a seguir: Legalidade versus ilegalidade, Sanidade versus insanidade e Violência sofrida versus Violência praticada. Os eixos adotados não são estanques, pois uma SD pode se filiar a mais de um.

Legalidade versus Ilegalidade

SD1: “Os problemas que moram ao lado. Moradores reclamam de invasão em terreno na Rua do Catete, que também estaria acumulando lixo e água parada. Com entrada violada, o local virou alvo de despejo irregular de lixo e, segundo reclamações, tem sido invadido por moradores de rua, por usuários de drogas e mesmo por assaltantes... Não há qualquer medida de segurança aparente.” (O Globo, 21/01/16, p. 3)

SD2: “Calçada livre tem preço. Por meio de empresas de segurança, policiais se oferecem para remover moradores de rua. De acordo com as propostas, pagando quase R\$ 900 mensais, qualquer condomínio fica livre de pedintes em sua calçada e pode contar com vigilância 24 horas por dia.

– É muita coincidência. De uma hora para outra, moradores de rua aparecem em frente aos prédios, e não são poucos. Em seguida, chegam policiais com ofertas de serviços de segurança.

– Meu edifício foi praticamente obrigado a contratar um desses serviços. O valor da segurança privada vem diluído na taxa de condomínio. Custa pouco para cada apartamento, mas lamento essa situação porque, como todo mundo, pagamos impostos para contar com a segurança do estado – reclama uma moradora” (O Globo, 12/04/16, p. 12)

SD3: “A vida nas ruas do Jardim Oceânico. Sem-teto ocupam trechos movimentados da área, e moradores reclamam de barulho, sujeira, consumo de drogas e até sexo explícito. Andar nas ruas do Jardim Oceânico já não é um mar de tranquilidade. Não que a área, nobre, seja tomada pela violência. O problema, principalmente para quem vive ali, é a presença cada vez mais constante de pedintes e moradores de rua. O incômodo é tal que o tema tem sido recorrente nas reuniões da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Oceânico e Tijucamar (Amar).” (O Globo, 24/10/16, p. 8)

SD4: “Uma moradora de rua decidiu registrar endereço “fixo” no calçadão de uma das mais movimentadas avenidas de São Luís. É que a cerca de duas semanas ela montou uma barraca e está ocupando uma parte do calçadão, próximo à Praça Maria Aragão, na Avenida Beira Mar, na capital.

A mulher, que ainda não foi identificada, mantém uma rotina de dona de casa e realiza atividades como lavar roupas, e até tomar banho em plena via pública de São Luís.

Segundo a legislação brasileira, compete às Prefeituras, em nome dos respectivos Municípios, fiscalizar e coibir tais abusos. Não é assunto do Estado nem da União, é de competência exclusiva dos Municípios. As ruas, praças e jardins são bens públicos de uso comum, de fruição própria do povo. São bens inalienáveis e independem de registros imobiliários, e administrados pelo Município local.” (Portal G1, 18/01/16)

SD5: “Uma moradora de rua de 53 anos foi presa após tentar roubar a bolsa de uma mulher no bairro Jardim Elite em Piracicaba (SP), na noite da segunda-feira (25). Segundo a Polícia Civil, a mulher puxou, arrebatou a bolsa da vítima e usou violência física contra ela durante a ação.” (Portal G1, 26/04/16)

SD6: “Suspeita de invadir e cometer furtos na sede da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, uma moradora de rua prestou

depoimento à Polícia Civil nesta quarta-feira (8). A mulher de 33 anos, confessou o crime, e afirmou que queria furtar armas. ... Segundo o delegado Omar Abud, ela arrombou o prédio ao forçar uma janela, possivelmente sob efeito de crack.” (Portal G1, 08/06/16)

Sanidade versus Insanidade

SD7: “Uma mulher de 41 anos ficou ferida após ser agredida no rosto por uma moradora de rua ... Lidiane Macena da Silva, 33 anos, puxou os cabelos da vítima e a derrubou no chão. Um policial militar que passava pelo local tentou intervir e foi mordido em um dedo por Lidiane. De acordo com a PM, a mulher estava "muito agitada" e precisou ser algemada. Quando foi colocada na ambulância, ela batia a cabeça contra o carro, dizendo frases desconexas. Uma equipe do Samu encaminhou a moradora de rua para o Hospital Regional da Asa Norte para apurar eventuais transtornos psicológicos e receber medicação.” (Portal G1, 25/04/16)

SD8: “Uma idosa de 76 anos em situação de rua foi internada em hum hospital de Montenegro Quando ela foi levada para tomar banho, os enfermeiros encontraram mais de R\$ 15 mil escondidos embaixo das roupas de Lorena da Silva Rodrigues.

‘Tivemos o maior cuidado com o valor para a segurança dela. Informamos o MP, que realizou o depósito judicial. Era notas de R\$ 50 e R\$ 100; Não era esmola. O dinheiro estava em um lenço amarrado na cintura dela’, conta Ribeiro.

‘Antes de ser internada, ela alugou um kitnet. Ficou só um mês e voltou para as ruas. Parece estranho, porque ela diz se sentir segura na rua e insegura em casa’, diz Ribeiro.” (Portal G1, 05/07/16)

Violência sofrida versus Violência praticada

SD9: “Projeto Mini Gentilezas fornece produtos de higiene a pessoas em situação de rua. Tomar um banho, fazer a barba e erguer a cabeça, às vezes é tudo que um homem precisa para decidir contornar um obstáculo e seguir em frente, já que, além da limpeza, a higiene rotineira concede uma apaziguante sensação de conforto e revitalização. Distantes de cuidados diários com a saúde, pessoas em situação de rua, com o tempo, se esquecem do que é ‘essencial’ e ‘civilizado’ e precisam se olhar novamente como seres humanos, acredita a jornalista Karina Rocha. Ela é uma das cabeças de um movimento que ajuda esta população a ter acesso a pasta de dente, escova, desodorante e outros itens da categoria. Quem quiser doar produtos em tamanho padrão pode encaminhar absorventes, desodorantes ou barbeadores, raros de virem como brindes de hotel – frisa Karina.” (O Globo, 10/09/16, p. 5)

SD10: “Cerca de uma semana antes, Maria do Carmo Campos, de 39 anos, alcoolizada, tinha sido atropelada; Na noite gelada de anteontem, ela sentia dores, tossia e tinha muito frio, quando tomou a decisão: pedir ajuda e ir para um abrigo de moradores de rua. Assim como em São Paulo – onde cinco pessoas chegaram a morrer de frio...” (O Globo, 16/06/16, p. 15)

SD11: “Uma moradora de rua de 21 anos deu à luz um bebê nesta quinta-feira (21) no banheiro do Mercado Aberto, na Avenida Paranaíba, em Goiânia. A mãe e a filha foram socorridas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e encaminhadas para o Hospital Materno Infantil (HMI), em Goiânia. As duas passam bem” (Portal G1, 21/01/16)

SD12: “Moradora de rua é morta a pauladas no centro de Porto Velho. Vítima foi encontrada por uma amiga, no local onde dormia. Mulher era moradora de rua e tinha problemas psicológicos.” (Portal G1, 02/01/16)

SD13: “Moradora de rua é achada morta em casa abandonada no Norte de SC. ... A Polícia Civil trabalha com três linhas de investigação para o crime, duas relacionadas ao tráfico de drogas e outra, a violência sexual.

‘Uma perícia preliminar no local do crime verificou que ela apresentava facadas no tórax, barriga, costas e em um dos braços. Além disso, ela estava com o short abaixado, o que levanta a suspeita de violência sexual. Certeza disso, somente o laudo da perícia poderá nos dar’, afirmou Nogueira. ...

Segundo a Polícia Civil, a vítima era dependente química e vagava pelas ruas do município pedindo dinheiro para comprar drogas. Conforme o delegado, a polícia trabalha inicialmente com três linhas de investigação.

‘A primeira é de que seria uma execução por dívida de droga. Outra seria de estupro, no qual ela teria entrado em luta com o agressor. Também consideramos que ela possa ter pago uma dívida de droga com um programa e no final o traficante a assassinou. São suspeitas, por enquanto é cedo ainda para definir algo’, disse Nogueira. ” (Portal G1, 02/02/16)

SD14: “Moradora de rua é morta a facadas no centro de Ceilândia, no DF. Corpo foi encontrado pela polícia na madrugada desta terça-feira.” (Portal G1, 23/02/16)

SD15: “Uma mulher de 30 anos teve parte do corpo queimado na tarde deste domingo (7) em Vicente Pires, no Distrito Federal. O Corpo de Bombeiros relatou que a mulher foi transportada para o Hospital Regional da Asa Norte (Hran) com queimaduras de segundo e terceiro graus nas pernas.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, a mulher é moradora de rua e disse que as queimaduras foram causadas por outros moradores da região” (Portal G1, 08/02/16)

SD16: “Uma mulher foi baleada na Avenida Sete de Setembro, no centro de Salvador, na noite desta quinta-feira (14). Segundo informações da Polícia Militar, a vítima tem 40 anos e é moradora de rua.” (Portal G1, 14/04/16)

SD17: “Uma mulher identificada como Ana Paula Costa Rodrigues deu à luz no último domingo (17), no meio da rua na Praça da Cultura, em Imperatriz (MA) – cidade a 626 quilômetros de São Luís. Um vídeo enviado ao G1 mostra o bebê enrolado em panos, enquanto recebia os cuidados da equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Segundo testemunhas, a jovem estava andando desajeitadamente quando, sem perceber, deu à luz no meio da calçada. O bebê caiu de cabeça no chão. o recém-nascido foi levado pelo Conselho Tutelar porque a mãe vive em situação de rua... a mãe será acompanhada por profissionais do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) de Imperatriz já que ela possui problemas mentais. ” (Portal G1, 20/04/16)

SD18: “Moradora de rua é estuprada e suspeito é preso no Sertão da Paraíba. Uma moradora de rua de 39 anos foi estuprada em Cajazeiras, no Sertão paraibano, no final da tarde da quinta-feira (28). Um jovem de 19 anos foi detido como suspeito do caso. De acordo com a Polícia Militar, a vítima foi levada para o hospital, onde foi feito um exame de corpo de delito e comprovado o estupro.” (Portal G1, 29/07/16)

SD19: “O diretor de cinema e roteirista Felipe Barcellos, de 47 anos, fotografou e filmou uma moradora de rua deitada em um canteiro, próximo ao túnel que liga Botafogo a Copacabana, na Zona Sul do Rio. Ao fundo da imagem, aparece um colorido letreiro da Olimpíada escrito ‘um novo mundo’. A publicação em uma rede social gerou uma série de comentários...

A imagem rendeu muitos elogios e também algumas críticas. ‘Como se perde tempo de postar isso. Denegrir a imagem da sua casa e errado’, disse um seguidor.

Outro postou: ‘Que registro! Uma foto que retrata a infeliz realidade do Brasil, ainda temos pessoas assim abandonadas pelo poder público. Uma tristeza, é um duro contraste com que tah escrito lá atrás no túnel’.” (Portal G1, 18/07/16)

SD20: “Uma moradora de rua apanhou de um homem ainda não identificado na madrugada deste domingo (17) em Sorocaba (SP). De acordo com informações da Guarda Civil Municipal (GCM), a vítima teria sido jogada no rio Sorocaba, na altura do bairro Santa Rosália, após as agressões. ...

A mulher tinha ferimentos no rosto e estava nua, com sintomas de hipotermia. Após melhorar com a ajuda de um cobertor térmico, ela conta aos guardas que as agressões teriam acontecido durante uma tentativa de estupro.” (Portal G1, 17/07/16)

SD21: “Uma mulher identificada como Marlene Bernadete da Silva, de 42 anos, foi morta com um golpe de faca por volta das 22h30 da terça-feira (12) próximo à BR-343, no bairro Dirceu Arcoverde, Zona Sudeste de Teresina. De acordo com a polícia, o crime foi provocado por um desentendimento dela com outra mulher que também é moradora de rua.” (Portal G1, 13/07/16)

SD22: “A Polícia Civil divulgou nesta segunda-feira (18) as imagens do assassinato da moradora de rua Gislene Auxiliadora Ribeiro da Silva, de 48 anos, em Goiânia. De acordo com a investigação, ela teria sido morta a facadas quando estava sentada em um ponto de ônibus. Dois jovens e um adolescente foram apresentados suspeitos do crime. Segundo a polícia, eles foram identificados após análise das câmeras de segurança.

Segundo o delegado Matheus Melo, a vítima foi morta ‘inocentemente’. Ele afirma que o crime teve como motivação uma confusão entre os suspeitos e outros moradores de rua. ‘Eles falam que um grupo correu atrás deles, tiveram uma confusão e os autores resolveram pegar facas e pedradas para matar os moradores de rua. No entanto, como não encontraram quem teria corrido atrás deles, resolveram matar Gislene de forma gratuita em um ponto de ônibus’, afirmou.” (Portal G1, 18/07/16)

SD23: “Uma mulher, ainda não identificada, foi morta a pauladas e o seu corpo encontrado na madrugada desta quarta-feira (3), na Rua Santa Luzia, bairro São Vicente, em Picos, Sul do Piauí. Segundo a Polícia Militar, o local é conhecido como cracolândia, por concentrar vários usuários de drogas.

Conforme o tenente Edivan Martins, a vítima era moradora de rua e, segundo testemunhas, natural da cidade de Campos Sales, no Ceará. A polícia acredita que um desentendimento entre as pessoas que frequentam o local, possa ter sido o estopim para o assassinato.” (Portal G1, 03/08/16)

SD24: “Um grupo de moradores de Botafogo, na zona Sul do Rio, se mobilizou com o auxílio das redes sociais e conseguiu custear o enterro de uma moradora de rua que vivia há mais de três décadas na região. Lauracy Serafim de Jesus, conhecida como Laura, tinha 58 anos e era muito conhecida e querida na região... A mobilização que impediu que ela fosse enterrada como indigente contou com uma rede de doação de cerca de 50 pessoas e chegou a R\$ 4.177.

‘Não fazia mal a ninguém. Não fazia mal a ninguém.’, repetiu um dos moradores que foram ao enterro. Frequentadores da região sempre a viam desenhando ou escrevendo. Dormir era coisa que ela só fazia sentada, sobre uma lata de tinta. Parou de deitar no chão desde que foi agredida por homens em uma noite.” (Portal G1, 19/08/16)

SD25: “Solidão. Júlia vive no que carinhosamente chama de ‘meu cantinho’, com uma porta improvisada e luz apenas da lua. O pedaço de papelão no chão substituiu a cama, e o registro de água de um comércio abandonado é usado para guardar as roupas. O barulho da rua embala do sono que demora a chegar.

A solidão faz companhia da mulher que deixou quatro filhos em Ibaté depois de uma briga com o marido. ‘Meu sonho é sair deste cantinho, ter a minha casa, fazer a minha comida que eu sei cozinhar, de levantar, ver minhas filhas’, contou Júlia.

Sem reserva financeira, ela passa por uma lanchonete na Avenida São Carlos, no Centro da cidade, quase todos os dias em busca de algum dinheiro ou algo para comer.” (Portal G1, 15/09/16)

SD26: “Uma moradora de rua, ainda não identificada pela Polícia Militar, foi encontrada morta deitada dentro de uma casa abandonada na Rua Paissandu, Centro de Teresina, na noite de quinta-feira (15).

Segundo o cabo Domingos Vieira, do 1º Batalhão da Polícia Militar, ‘constatamos no local que ela estava morta, mas não apresentava nenhum ferimento aparente. O local é um imóvel abandonado e ainda não sabemos a causa da morte’, disse.” (Portal G1, 16/09/16)

SD27: “Uma moradora de rua foi encontrada morta na manhã deste domingo (23) no bairro da Ribeira, Zona Leste de Natal. A vítima, ainda não identificada oficialmente, foi golpeada na cabeça.

Segundo trabalhadores da região, a vítima costumava dormir no prédio onde o crime aconteceu, que fica ao lado da Igreja Bom Jesus das Dores. Ela era conhecida por ‘Pelanca’. Os peritos do Itep informaram que a mulher foi golpeada na cabeça possivelmente com pedras e paus.

Um rastro de sangue no local onde ela costumava dormir indica que o corpo foi arrastado até o jardim.” (Portal G1, 23/10/16)

SD28: “Policiais militares fizeram o parto de uma moradora de rua em Campo Grande, município de Cariacica, na manhã desta quinta-feira (24). O bebê nasceu saudável, segundo a equipe médica.

Os soldados Ademir e Zamprognó contaram que, por volta das 6h, foram informados por populares de que havia uma moradora de rua entrando em trabalho de parto, sem qualquer condição de ajuda.

Eles foram ao local e perceberam que a criança já estava nascendo.” (Portal G1, 24/11/16)

SD29: “Ronaldo de Souza, de 34 anos, pernitoou debaixo de uma marquise da Rua Riachuelo. Ele diz ter casa, na Favela do Chapadão, em Costa Barros. Mas costuma não voltar para lá porque falta dinheiro.

Trabalho fazendo fretes e garimpando no lixo do Centro. Antes, ia para casa até três vezes por semana. Agora vou menos. A condução está cara. Com a crise, tem menos trabalho. Tenho sete cobertores que ganhei para resistir ao frio – conta ele.” (O Globo, 16/06/16, p. 15)

SD30: “Não queremos mais abrigos, queremos casas. E casas boas que possam ser transformadas em lares. Nasci aqui em Washington e nunca vi os preços tão altos. Os meninos do Comitê do Bernie Sanders me chamaram para ajudar lá com os serviços gerais e me pagam, mas não o suficiente para ter uma casa.” (O Globo, 29/05/16, p. 39)

SD31: “Nos últimos quatros anos, a depressão, o alcoolismo, a dependência de drogas e problemas familiares me levaram várias vezes para a a rua. Eu morava na Rocinha quando passei minha primeira noite na rua. Foi a pior, em que eu mais bebi e me droguei para suportar.” (O Globo, 16/06/16, p. 15)

Segmentados os enunciados nas sequências discursivas acima apresentadas e organizadas de acordo com eixos de análise, iniciaremos a análise do corpus desta pesquisa, tomando como perspectiva a Análise de Discurso Francesa.

3.2.1. Funcionamento de designação: o gesto de nomear

Tomaremos, como início de nossa análise, a sequência discursiva a seguir, que traz uma regularidade discursiva que se verifica em diversas reportagens:

SD11: “Uma moradora de rua de 21 anos deu à luz um bebê nesta quinta-feira (21) no banheiro do Mercado Aberto, na Avenida Paranaíba, em Goiânia. A mãe e a filha foram socorridas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e encaminhadas para o Hospital Materno Infantil (HMI), em Goiânia. As duas passam bem” (grifos nossos).

Inicialmente, faz-se necessário consultar o Manual de Redação e Estilo da Editora Globo, que insere o termo “morador” na categoria Palavras Perigosas. De acordo com o manual, nela se diz: “Casas, ruas, bairros, cidades têm moradores. Estados, regiões, países, continentes e corpos celestes em geral têm habitantes” (2005, p. 161). Dessa forma, interessa-nos refletir sobre o funcionamento de designação, o gesto de nomear realizado pelo Jornal e o Portal, que não ocorre alijado de questões ideológicas, dado que não desconsideramos a força do discurso sobre/nos sujeitos. Pontuamos que essa forma de nomear é uma prática discursiva das mídias em questão, e que, conforme orientação do documento, a primeira identificação das pessoas pela mídia, na primeira vez, deve ser feita pelo cargo ou função que ocupa. Porém, dado que as mulheres em situação de rua não estão incluídas em trabalho formais, não nos causa estranheza que elas sejam denominadas pela situação em que se encontram, dado que não são pessoas públicas e conhecidas (2005, p. 68). Entretanto, seria possível outra forma de nomeá-las: de “moradora de rua” para “mulher em situação de rua”, que faria deslizar outros sentidos, inicialmente desnaturalizando a rua como lugar de moradia.

Com base nisso, tomamos Pêcheux (1997), que diz que, a depender de quem utiliza as palavras, elas têm seu sentido alterado, isso de acordo com sua inscrição em dada formação discursiva (que é aquilo que pode e deve ser dito), assim o jornal discursa a partir de determinada posição-sujeito, orientada ideologicamente. Diante disso, analisaremos a designação “moradora de rua”, utilizada pela mídia em sua prática discursiva ao nomear esse grupo social. A designação, tomando Indursky (1999, p. 175) é “[...] fortemente determinada pelo imaginário dos sujeitos sociais envolvidos”.

Ao ser categorizada como “moradora de rua”, provoca-se o apagamento das heterogeneidades do segmento feminino em situação de rua, pois essa categoria amplificada silencia a posição social e histórica desse sujeito, apresentando a significação como universalizada, reduzindo a diversidade do grupo a um rótulo que o homogeneíza e o generaliza, tal como reflete José Horta Nunes em “Palavras da cidade: sujeitos em discursividades contemporâneas”.

Os sentidos que deslizam da designação “moradora de rua” silenciam outras posições, como, por exemplo, a de trabalhadora, marcando a divisão entre trabalhadores e não-trabalhadores, e apagando sentidos que concebiam a mulher em situação de rua como um sujeito que trabalha, pois esse não é reconhecido socialmente, pelo fato de exercerem funções não legitimadas, projetando socialmente a imagem de que as pessoas em situação de rua seriam pedintes, silenciando, assim, outros sentidos possíveis.

Em substituição a essa designação “moradora de rua”, que se filia ao senso comum, é recomendável o uso de “pessoa em situação de rua”, filiada ao discurso governamental, que se orienta pelo reconhecimento das vulnerabilidades e aos direitos sociais do grupo, reconhecendo-as como cidadãs. O discurso governamental a que nos referimos é relativamente recente, datando de 2009, com o advento do Decreto Federal nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. É importante frisar a fragilidade desse instrumento jurídico, pois a Política não foi instituída por lei, com as devidas participações da sociedade civil e movimentos sociais, mas sim por ato do Poder Executivo.

A análise que podemos fazer é que a perspectiva das reportagens publicadas ainda está no campo de um discurso não orientado pelo reconhecimento das vulnerabilidades e precariedades das mulheres em situação de rua, mas ainda no campo da ajuda, da caridade, de fazer o bem, dado que a apresenta discursivamente apagada e silenciada enquanto sujeito de direitos, projetando socialmente imagens eivadas de estereótipos e preconceitos sobre o grupo, ao marcar que esses sujeitos moram na rua, apagando sentidos que levam o grupo a estar em tais condições, colaborando para lançar imagens de responsáveis ou culpadas pela situação em que vivem.

Assim sendo, de modo a romper com a aceitação tácita de que rua é um local de moradia, como sugere o Manual de Redação de O Globo, ao se adotar a expressão “pessoa em situação de rua”, remete-se a outro gesto de designação, trazendo outros efeitos de sentidos, orientado por um discurso jurídico que reconhece a dignidade da pessoa humana e responsabiliza o Estado na satisfação dessas demandas. Porém, apesar de tal expressão aparecer em 2 das 23 reportagens do Portal G1 e em 02 das 9 de O Globo, houve apenas sua utilização, porém desacompanhada da perspectiva que ora expressamos.

Outra questão que se observa como regularidade discursiva é a ausência do nome da mulher, mesmo quando é possível o acesso a ela para entrevista:

SD11: “**Uma** moradora de rua de 21 anos deu à luz um bebê nesta quinta-feira (21) no banheiro do Mercado Aberto, na Avenida Paranaíba, em Goiânia.

A referência a ela é introduzida discursivamente pelo artigo indefinido “uma”, elemento de indeterminação que a despersonaliza, apagando também sua identidade, seu nome, negando espaço para sua voz – deslizando sentidos de modo que ela seja projetada socialmente de forma indefinida. Essa forma se refere não somente para esta mulher da reportagem, mas para todo o grupo que ela representa. Este gesto de nomear também indefine e isola o fato ocorrido, obscurecendo as relações sociais que o levam a acontecer, bem como veicula um discurso pretensamente despolitizado, apesar de ter sua orientação ético-política, de modo que esse apagamento discursivo reforce o apagamento social do segmento. Assim não se vê espaço para a posição-sujeito das mulheres em situação de rua, o que revela a filiação ideológica da mídia, que assume para si a função de porta-voz desse grupo e poucas vezes incluindo sua fala, quando, na realidade, não pode ser porta-voz do grupo, pois fala de outro lugar, de outra posição.

Esses sujeitos, não dotados de legitimidade, ocupam o que Indursky (1999, p. 174), denomina de “um não lugar”: “[...] àqueles que não têm um lugar seu, que são errantes e não encontram para si um espaço entre os lugares políticos já existentes, inscrevendo-se, pois, em sua origem, entre os excluídos da ordem social brasileira, do discurso político e jurídico sobre a propriedade [...]”, considerando que parece não haver espaço para a posição-sujeito das mulheres em situação de rua no discurso mobilizado pela mídia, ao se falar sobre ela.

Tomando como base a análise realizada acima, entendemos que essas construções formuladas pela mídia causam efeito de apagamento, tanto social quanto discursivo desses sujeitos, ao silenciá-las quanto à sua identidade, sua voz e ao tratar de forma banalizada a situação de rua e não dentro da perspectiva de violação de direitos que sofrem. Entendemos que, dessa forma, nega-se a condição de cidadã portadora de direitos humanos básicos, provocando esquecimento sobre elas que se dá por meio do discurso, visto que, como vimos no esquecimento nº 2 de Pêcheux, o dizer sempre pode ser outro. Assim sendo, poderia haver outra forma de construção discursiva de viés positivo em relação às mulheres em situação de rua.

Tal como vimos em Douglas (1998), as instituições podem provocar lembrança e esquecimento, ou seja, criando zonas obscurecidas ou bem iluminadas. Concebemos o Portal G1 e o Jornal O Globo como instituições midiáticas e, assim, também possuem essa capacidade de provocar lembrança e esquecimento por meio de sua produção discursiva e pelo que não dizem. Assim, podemos dizer que as mídias ora mencionadas provocam esquecimento sobre as mulheres em situação de rua ao narrar sobre elas e do modo como o fazem, naturalizando sua condição e reduzindo-as ao apagamento, ao silenciamento e à indefinição quanto à sua representatividade diante do grupo social que elas fazem parte e representam.

3.2.2. Formações Imaginárias e as imagens socialmente projetadas da mulher em situação de rua

Nas sequências discursivas recortadas sob o eixo Legalidade versus Ilegalidade, vemos funcionar projeções de imagens de que as mulheres em situação de rua sejam ilegais, à margem da lei, como se pode ver na SD4:

“Uma moradora de rua decidiu registrar endereço “fixo” no calçadão de uma das mais movimentadas avenidas de São Luís. É que a cerca de duas semanas ela montou uma barraca e está ocupando uma parte do calçadão, próximo à Praça Maria Aragão, na Avenida Beira Mar, na capital.

A mulher, que ainda não foi identificada, mantém uma rotina de dona de casa e realiza atividades como lavar roupas, e **até** tomar banho **em plena** via pública de São Luís.

Segundo a legislação brasileira, compete às Prefeituras, em nome dos respectivos Municípios, **fiscalizar e coibir tais abusos**. Não é assunto do Estado nem da União, é de competência exclusiva dos Municípios. As ruas, praças e jardins **são bens públicos de uso comum**, de fruição própria **do povo**. São bens inalienáveis e independem de registros

imobiliários, e administrados pelo Município local.” (Portal G1, 18/01/16, grifos nossos)

Como constituinte das condições de produção desse discurso, imperioso se faz trabalhar o conceito de formações imaginárias, pois, como vimos, os sentidos não estão arraigados nas palavras, mas sempre em relação à, estão em relação com a memória e também remetidos a determinada formação discursiva e não a outra, bem como em sua relação com a história. Considerando ainda que o discurso é o “lugar de contato da língua com a ideologia”, as condições de produção do discurso são sempre históricas e sociais, ou seja, representando uma ideologia capitalista, de cunho mercadológico, pois o jornal quer vender seus exemplares, que, por meio do discurso, busca naturalizá-la.

Para entendermos melhor esse conceito, precisamos voltar-nos às noções de relação de sentidos (todo discurso se relaciona com outros, um dizer está sempre em relação a outro) e de antecipação (o ato de o sujeito se colocar no lugar de seu interlocutor, antecipando-se quanto aos sentidos que suas palavras produzirão, e assim se antecipam as relações de força). Essa noção nos faz entender que “o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2015, p. 37), pois de uma forma significa a fala do jornal, da autoridade policial e de outra a da mulher em situação de rua, e isso baseado em uma relação hierarquizada e com a força da imagem que se faz desses sujeitos por meio do discurso midiático.

Considerando esses conceitos mobilizados, há uma relação entre as formações imaginárias e as formações discursivas, tendo em vista que o “[...] sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2015, p. 40). As formações discursivas revelam a relação com a ideologia, por meio de como o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e não em outra, em que estas fazem representar, no discurso, as formações ideológicas, pois não existe sentido que não esteja determinado ideologicamente, e mobilizado em imagens, ou como diz Orlandi (2015, p. 41): “Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos”, e esse processo se dá por meio de como a ideologia se materializa no discurso.

Dessa forma, não desconsideramos a força que a imagem tem no dizer e no significar dos sentidos por ela mobilizados; como diz Pêcheux (1993, p. 82), ao se

referir sobre as formações imaginárias, diz: “O que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar outro”. Logo, um é o lugar, no discurso, do Jornal/Portal e outro é o lugar da mulher em situação de rua, em o que a mídia fala significa por meio de seu lugar de criador de discursos que mobilizam sentidos, e outro é o lugar (ou não-lugar) da mulher em situação de rua, em que sua fala (ou o silêncio imposto a ela no discurso sobre ela) não significa por meio de sua voz, mas pelo discurso que a mídia produz ou por meio da voz de pessoas/instituições autorizadas a falarem sobre elas, gerando apagamento desse segmento e, por conseguinte, esquecimento.

Dessa forma, por meio do discurso, os sujeitos envolvidos no processo discursivo projetam imagens de si, regulados por um mecanismo imaginário, que produz imagens desses sujeitos, como a imagem da posição do sujeito locutor “Quem sou eu para lhe falar assim?”, bem como do interlocutor “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, tudo isso costurado pelo processo de antecipação, presumindo-se os sentidos que as palavras proferidas produzirão no interlocutor, mobilizando assim relações de poder (PÊCHEUX, 1993).

Como diz Orlandi (2015, p. 38): “É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, esse jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante”. Enfim, todo esse processo de projeção de imagens que se faz das mulheres em situação de rua é um processo discursivo e ideológico, que repousam nas formações imaginárias, em que se constroem as imagens que o jornalista e o leitor têm da mulher em situação de rua.

Retomamos a referida sequência discursiva:

“Uma moradora de rua decidiu registrar endereço “fixo” no calçadão de uma das mais movimentadas avenidas de São Luís. É que a cerca de duas semanas ela montou uma barraca e está ocupando uma parte do calçadão, próximo à Praça Maria Aragão, na Avenida Beira Mar, na capital.

A mulher, que ainda não foi identificada, mantém uma rotina de dona de casa e realiza atividades como lavar roupas, e **até** tomar banho **em plena** via pública de São Luís.

Segundo a legislação brasileira, compete às Prefeituras, em nome dos respectivos Municípios, **fiscalizar e coibir tais abusos**. Não é assunto do Estado nem da União, é de competência exclusiva dos Municípios. As ruas, praças e jardins **são bens públicos de uso comum**, de fruição própria **do povo**. São bens inalienáveis e independem de registros

imobiliários, e administrados pelo Município local.” (Portal G1, 18/01/16, grifos nossos)

Aqui, o discurso faz emergir a projeção de imagens sobre uma mulher em situação de rua especificamente, mas, na realidade, como vimos, projeta imagens para todo o grupo que essa mulher representa, quando a nomeia genericamente como “moradora de rua”, deslizando sentidos na direção de projetá-las como criminosas, contrárias à lei e, portanto, ilegais, logo, não legitimadas social e juridicamente. O discurso jurídico revela as relações de força por meio do discurso. A imagem que se mobiliza é que suas ações devam ser controladas, levantando sentidos de que há instância para controlá-las e zelar pelo cumprimento da lei, em articulação com o discurso jurídico, o que mostra que as instituições não estão isentas de relações de força.

Com base na SD4, percebemos os sentidos que emergem dessa construção discursiva no sentido de explicitar que o calçadão de uma das mais movimentadas avenidas de São Luís não pode ser transferido (ou seja, já teria proprietário, que não seriam as pessoas em situação de rua), dominado, manipulado por uma pessoa sem teto, pois seriam “bens públicos de uso comum”. Dessa forma, os sentidos que emergem é que a mulher em situação de rua não seria usuária deles, pois tal espaço é de “fruição própria do povo”, significando sua exclusão desta categoria social. Expressões de estranhamento como “em plena via” e “até” fazem como que se conceba o fato de uma cidadã fazer de uma barraca o seu abrigo como algo que deva ser tratado como abuso que deve ser coibido pelas autoridades, sobreinterpretando negativamente a presença das mulheres em situação de rua no espaço urbano, dado que seu corpo significa nesse espaço.

Podemos dizer também que ocorre o apagamento desse sujeito social por meio de sua coletivização e também pelo esquecimento que lhe é aplicado por meio da produção discursiva midiática. Tal é a natureza paradoxal do esquecimento, tal como aponta Huyssen (2014), em que, de forma quista, planejada e provocada, apagam-se socialmente determinados sujeitos com o objetivo de provocar políticas de esquecimento e, assim, silenciá-los histórica e socialmente, e o discurso constitui-se em um canal que permite a gestão desse esquecimento.

Temos ainda nesta SD a posição da autoridade, os municípios, já normatizada pelo discurso jurídico, no campo da fiscalização, repressão e controle, pois o que

causa estranhamento para o jornal é o “abuso” por parte da mulher em situação de rua ao estabelecer uma barraca que lhe serve de abrigo, e não o fato de uma cidadã ter tido negado seus direitos mais básicos e indispensáveis à sua sobrevivência ao ter que viver nas ruas, em total desproteção às suas vulnerabilidades, o que revela as orientações ético-políticas da mídia em questão, trazendo a lume sua filiação de classe social.

Vemos que a construção do discurso jornalístico silencia os sentidos que asseguram direitos sociais e explora a repressão e o apagamento da perspectiva de direitos desse grupo, numa lógica repressiva e promotora de preconceitos, moldando o imaginário social, projetando imagens negativas. Mobiliza-se o discurso jurídico para defender a propriedade, apesar de se constituir em um espaço público, enfatizando que o espaço urbano é público, mas, na verdade, não o sendo, pois nem todos são bem-vindos e aceitos em dados territórios, mesmo que públicos. Isso nos faz refletir que o espaço das ruas é público para o povo, porém a mulher em situação de rua não seria considerada parte do “povo”.

Em todo esse funcionamento discursivo, vemos ocorrer na SD em questão que não são estritos apenas ao Estado os valores capitalistas de segregação de sujeitos, mas também são incorporados pela sociedade, deslizando processos de significação aos sujeitos, conforme ocupem os espaços públicos ou privados, de forma hierarquizada e diferenciada, que redundam em segregação entre nós e o outro, silenciando sujeitos considerados não importantes, todas essas relações orientadas pelo par casa/rua são filiadas à memória discursiva com os sujeitos afetados pela língua em sua relação com a história e atravessados pela ideologia e inconsciente.

Essa construção discursiva permite dizer que a lógica que se mostra é a da negação de direitos, com a exclusão desse segmento da ordem jurídico-administrativa dos direitos do povo brasileiro, apartando esse grupo da coletividade, no sentido de que o espaço público não seria precisamente de todos, projetando imagens estereotipadas sobre ela, estigmatizando-as, ao serem significadas negativamente.

Nessa sequência discursiva, o que se apreende é um processo de apagamento/esquecimento desse sujeito social, ao mostrá-la como secundária, pois o que se discute a fundo é o direito ao usufruto do espaço público, que estaria sendo privatizado e negado o acesso aos demais cidadãos. Para tal “abuso” praticado –

deslizando sentidos que atribuem à mulher em questão e, por extensão, ao grupo que ela representa, uma atribuição usurpadora, abalando a ordem social –, faz emergir o traço de alguém que toma os direitos de outrem, logo, violadora de regras sociais. Pode-se ver emergirem os sentidos de que o uso do espaço urbano está permeado pelo regime jurídico e urbanístico, em que, para preservar a estética, utiliza-se do discurso jurídico sob o argumento de direito à cidade, com finalidade de exercer controle, fiscalização e repressão ao segmento analisado.

Tomamos aqui a SD7, recortada do grupo Sanidade x Insanidade:

“Uma mulher de 41 anos ficou ferida após ser agredida no rosto por uma moradora de rua ... Lidiane Macena da Silva, 33 anos, puxou os cabelos da vítima e a derrubou no chão. Um policial militar que passava pelo local tentou intervir e foi mordido em um dedo por Lidiane. De acordo com a PM, a mulher estava "muito agitada" e precisou ser algemada. Quando foi colocada na ambulância, ela batia a cabeça contra o carro, dizendo frases desconexas. Uma equipe do Samu encaminhou a moradora de rua para o Hospital Regional da Asa Norte para apurar eventuais transtornos psicológicos e receber medicação.” (Portal G1, 25/04/16)

Sabemos que a realidade da rua é desumana, pois ela não deveria ser local de moradia. Somado ao abandono em que vivem, há o não acesso a políticas sociais por parte das pessoas em situação de rua, em que questões de saúde mental podem ser um dos motivos para a ida para as ruas ou podem se originar ou se agravar após a chegada às ruas como local de (sobre)vivência. Porém esses fatos não são trabalhados discursivamente e o fato de algumas mulheres em situação de rua apresentarem a possibilidade de sofrerem de alguma doença psiquiátrica é retratada de forma negativa, contribuindo para gerar mais estigmas em relação a elas, projetando-se imagens na memória cultural que as retrata como desequilibradas, loucas, logo, perigosas e agressivas, como vimos na SD citada acima. A discussão sobre estigmas se dará detalhadamente mais adiante.

Nessa SD, o jornal recorre ao discurso psiquiátrico calcado em algumas ações realizadas por parte da mulher em situação de rua. Assim, alimenta-se uma memória cultural que estigmatiza e estereotipa esse segmento social, quando outra forma de memória cultural sobre elas está submersa, silenciada, esquecida.

Essa mesma projeção de imagens que insere a mulher em situação de rua no âmbito da sanidade versus insanidade pode ser verificada na sequência discursiva a seguir, que resvala ao inusitado ao se dizer que ela sente-se segura na rua (pois a

rua pode ser uma saída para outras formas de violências sofridas pelas mulheres), o que faz levantar sentidos de uma possível ausência de sanidade mental:

SD8: “Uma idosa de 76 anos em situação de rua foi internada em hum hospital de Montenegro Quando ela foi levada para tomar banho, os enfermeiros encontraram mais de R\$ 15 mil escondidos embaixo das roupas de Lorena da Silva Rodrigues.

‘Tivemos o maior cuidado com o valor para a segurança dela. Informamos o MP, que realizou o depósito judicial. Era notas de R\$ 50 e R\$ 100; Não era esmola. O dinheiro estava em um lenço amarrado na cintura dela’, conta Ribeiro.

‘Antes de ser internada, ela alugou um kitnet. Ficou só um mês e voltou para as ruas. Parece estranho, porque ela diz se sentir segura na rua e insegura em casa’, diz Ribeiro.” (Portal G1, 05/07/16)

Debruçemo-nos sobre outra sequência discursiva, a SD9:

Projeto Mini Gentilezas fornece produtos de higiene a pessoas em situação de rua. Tomar um banho, fazer a barba e erguer a cabeça, às vezes é tudo que um homem precisa para decidir contornar um obstáculo e seguir em frente, já que, além da limpeza, a higiene rotineira concede uma apaziguante sensação de conforto e revitalização. Distantes de cuidados diários com a saúde, pessoas em situação de rua, com o tempo, se esquecem do que é ‘essencial’ e ‘civilizado’ e precisam se olhar novamente como seres humanos, acredita a jornalista Karina Rocha. Ela é uma das cabeças de um movimento que ajuda esta população a ter acesso a pasta de dente, escova, desodorante e outros itens da categoria. Quem quiser doar produtos em tamanho padrão pode encaminhar absorventes, desodorantes ou barbeadores, raros de virem como brindes de hotel – frisa Karina.” (O Globo, 10/09/16, p. 5)

Este recorte traz uma série de atos que seriam considerados positivos pelo redador da reportagem. Ele enumera alguns atos como sendo o bastante para que uma pessoa supere um obstáculo e siga em frente, tais como tomar banho, fazer barba. Para o autor do texto, as pessoas em situação de rua, “com o tempo” “se esquecem” desses atos de “civilidade” e perderiam a perspectiva de que seriam humanos, ou que não seriam mais humanos, sendo talvez sub-humanos de acordo com essa produção discursiva, num processo de coisificação da pessoa humana por parte do discurso midiático.

Identificamos aqui o funcionamento de um jogo de formações imaginárias, que atualiza uma memória no sentido de projetar imagens das mulheres em situação de rua como sujas, logo, insalubres, desprovidas de características humanas comuns, sendo, por isso, retratadas e apreendidas como sub-humanos e sub-cidadãs, posto que estariam na contramão das características próprias de alguém respeitável, que pode andar de cabeça erguida. Omitem-se, porém, as condições

históricas, sociais e econômicas que as impedem de realizar tais atos de asseio pessoal. Podemos afirmar que, tendo em vista esse dizer parcial, esse não-dito, faz-se emergir sentido de responsabilização das pessoas em situação de rua por seu estado, fazendo com que as retrate como fracassadas, pois significam discursivamente por meio de ausência aos atos elencados, construindo uma memória cultural depreciadora em relação a elas, em detrimento de outra construção possível.

Dessa forma, as imagens que o jornal projeta sobre as mulheres em situação de rua são fruto — ao mesmo tempo em que reforçam — das formações imaginárias que o leitor possui, provocado por um jogo de imagens sobre os sujeitos envolvidos nesse processo discursivo elaborado por uma instituição de poder como a mídia. Aqui cabe pontuarmos o efeito-leitor, que é uma função do sujeito, pois a mídia escreve a partir de um discurso que toma por base a imagem que ela faz desse leitor, que é para quem ela fala, ou seja, um público de classe média alta. Orlandi (2012c, p. 65-66), do efeito-leitor diz:

“[...] se temos, de um lado, a função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido [...] o efeito leitor é um função do sujeito como a função-autor.”

e

“Ao produzir um texto, o autor faz gestos de interpretação que prendem o leitor nessa textualidade constituindo assim ao mesmo tempo uma gama de efeitos-leitor correspondente.” (ORLANDI, 2012c, p. 151)

Dessa forma, vê-se a simbiose nos processos discursivos de escrita e leitura. Em tais processos, as mídias O Globo e Portal G1 têm um leitor idealizado, ou seja, imaginado que funciona como interlocutor de suas práticas discursivas sobre as mulheres em situação de rua. Nesses processos, a inscrição do leitor está atrelada ao lugar social que ocupa, aplicando os processos de antecipação, que são imaginários, e que norteiam o processo de escrita, tendo em vista que não se pode falar do lugar do outro, dado que se ocupa uma posição diferente, mas

“[...] pelo mecanismo de antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, ‘guiado’ por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como seu duplo.” (ORLANDI, 2012c, p. 61).

Como parte desse processo das condições de produção, como vimos, cabe relembrar que o dizer filia-se em uma memória discursiva, pois o sentido sempre

preexiste como um já-dito, quando apenas nos esquecemos disso, crendo que somos a fonte do dizer. Todos esses mecanismos citados compõem as condições de produção do discurso seja impresso ou digital nesse jogo imaginário que constitui todo dizer, como diz Orlandi (2012c, p. 42):

“O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não brota do nada: assenta-se no modo com as relações sociais se inscrevem na história e são regidas em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições.”

Considerando que a posição do jornal já demonstra força em relação desigual com os leitores e sobre a quem ele se refere, as pessoas em situação de rua, utiliza-se a antecipação em que se projeta o lugar em que o interlocutor se encontra, buscando regular e controlar sentidos, para alcançar eventuais respostas e produzir sentidos que se quer alcançar. Essa estratégia discursiva da antecipação demonstra as relações de força presentes no discurso, em que, por meio do trabalho de antecipação, que é imaginário, e da relação de sentidos, projeta-se imagens estereotipadas sobre as mulheres em situação de rua, apagadas por meio de imagens negativas, ao passo que a imagem que o leitor do Portal G1 e do Jornal O Globo possui dessas mídias é de que são canais de confiança e de credibilidade ao informar, estando em posição superior no lugar social que ocupam, o que colabora para que haja identificação pela maioria dos leitores ao discurso produzido.

Como as formações imaginárias margeiam todo dizer da prática discursiva, a imagem da mulher em situação de rua é uma construção. A mídia, uma instituição, sendo um dos aparelhos ideológicos do Estado, projeta imagens que alimentam a memória cultural com características negativas sobre o segmento em detrimento de outra memória cultural, que poderia ser construída, mas está esquecida, por meio do apagamento desses sujeitos por meio das imagens projetadas como insanas, ilegais, sub-humanas e/ou perigosas. Dessa forma, vemos ocorrer uma política de esquecimento, que se dá pelo apagamento e desqualificação desses sujeitos perante o sujeito-leitor do Jornal O Globo e do Portal G1, fazendo com que as mulheres em situação de rua ocupem um determinado lugar imaginário, na realidade, é um não-lugar.

Tudo isso é costurado pela ideologia, que, segundo Pêcheux ao retomar as análises de Althusser, aponta para um efeito imaginário que aparenta o óbvio e que mascara a realidade, interpelando o indivíduo em sujeito, afetando-os:

“É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascarem, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.” (PÊCHEUX, 1997, p. 160)

Mariani (1998, p. 25) diz que a ideologia é um mecanismo imaginário que, por meio do qual, se atribui um sentido evidente aos sujeitos conforme as posições sociais que eles ocupem. E tratando-se da sociedade hierarquizada brasileira, considerando o desnível das posições que ocupam o jornalista, o leitor e as mulheres em situação de rua, sabemos que estas ocupam lugares sociais de mais baixa posição e apreensão social, no jogo de relações de força e de poder constitutivo do discurso e das relações histórico-sociais, com sentidos naturalizados sobre elas.

3.2.3. Discurso sobre cidade e a significação do/no espaço

Nas sequências discursivas recortadas no corpus desta pesquisa, fica claro o atravessamento do discurso urbanístico nos textos produzidos pelas mídias ora analisadas. Na SD3, vemos claramente tal presença, em que se costura a filiação do discurso midiático em formação ideológica que produz discurso com sentidos desfavoráveis às mulheres em situação de rua, associando-as à sujeira, fazendo deslizar sentidos de insalubridade e de risco ao outro, em que, como se pode ver a seguir:

“A vida nas ruas do Jardim Oceânico. Sem-teto ocupam trechos movimentados da área, e moradores reclamam de barulho, sujeira, consumo de drogas e até sexo explícito. Andar nas ruas do Jardim Oceânico já não é um mar de tranquilidade. Não que a área, nobre, seja tomada pela violência. O problema, principalmente para quem vive ali, é a presença cada vez mais constante de pedintes e moradores de rua. O incômodo é tal que o tema tem sido recorrente nas reuniões da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Oceânico e Tijucomar (Amar).” (O Globo, 24/10/16, p. 8)

Considerando que o discurso acima discorre sobre a presença de pedintes e pessoas em situação de rua em uma área nobre do Rio de Janeiro, que são denominadas pela mídia como “incômodo” aos moradores e amigos da localidade, tendo em vista que o local perdeu a “tranquilidade” devido à presença indesejada desses. Vemos aqui a presença do discurso sobre a cidade, fazendo-se necessário refletir sobre isso.

Corroboramos com Orlandi (2012b, p. 199), que diz que há uma interligação entre a forma da cidade e a forma como os sujeitos estão nela dispostos, ou seja, “[...] o modo como se dispõe o espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los”. Dessa forma, vemos que o espaço não é uma categoria neutra, tal como vimos em DaMatta (1997), mas capaz de exercer controle sobre os sujeitos, afetados histórico-materialmente, pois a cidade não é algo estanque, mas está sempre em movimento.

Com base nisso, os sujeitos urbanos são significados de forma diferenciada conforme se encontrem na rua ou em casa. Para Orlandi (2012b, p. 200), o espaço não é “um vazio” nem “apenas uma função”, mas sim

“[...] é espaço de interpretação, tem sua materialidade em que se confrontam o simbólico e o político. Assim, a cidade se materializa em um espaço que é um espaço significativo: nela, sujeitos, práticas sociais, relações entre o indivíduo e a sociedade têm uma função material, resultante da simbolização do espaço, cidadão, com os sujeitos que nela existem, transitam, habitam, politicamente significados”. (ORLANDI, 2012b, p. 200)

Dessa forma, o espaço não é imaterial, mas afetado histórico-socialmente e constantemente significado.

Com base nisso, podemos refletir que há uma interseção entre a cidade e o corpo dos sujeitos que vivem nela, e as mulheres em situação de rua não escapam a esse processo de significação ao ocupar esse espaço. Uma reflexão importante feita pela autora diz que tem havido confusão da cidade com o urbano, sendo a cidade já significada pelo urbano, reduzindo as relações sociais a relações urbanas, concluindo-se que a cidade é significada a partir de padrões capitalistas.

Isso é importante para a nossa reflexão, pois, ao se significar a unidade entre os corpos urbano e social, além da exclusão do campo, há a exclusão daqueles sujeitos que não se conformam ao conceito de urbano, gerando exclusão das mulheres em situação de rua e outros segmentos sociais, significados

negativamente no imaginário social e, dessa forma, gesta-se esquecimento sobre as mulheres em situação de rua. Tendo por base essa reflexão, dado que o corpo significa no espaço, podemos apreender que a mulher em situação de rua, tendo em vista o que foi refletido, é significada negativamente, de forma estigmatizada, pois não é por meio apenas do discurso verbal que se cria estigmas, mas também pela categoria do espaço, que se constitui em discurso não-verbal.

Dada a articulação do simbólico com o político, como reflete Pêcheux (1981), as mídias analisadas se constituem em um sujeito histórico, portanto, capitalista. Porém, as mulheres em situação de rua estão fora dessa relação, por não se encaixarem nesse “padrão”, devendo ser significadas pelo apagamento, silenciadas social e discursivamente, como pode ser visto por meio das sequências discursivas desta pesquisa, pois a mídia é uma instituição – e como tal, um dos aparelhos ideológicos do Estado, a serviço e orientada pelo Capital.

O espaço da cidade, em que se inscreve a relação casa/rua, é igualmente parte do sistema capitalista, que, como diz Orlandi (2012b, p. 203), é

“[...] regido pelo jurídico e administrado por um Estado que [...] organiza os processos de individualização dos sujeitos, simbolizando relações de poder segundo um sistema de diferenças as quais são atribuídos sentidos diferentes, que são declinados segundo valores: o melhor, o pior, o pobre, o superior, o inferior, o que tem a existência garantida e o que não deve existir etc. A sociedade capitalista em seu funcionamento contemporâneo é uma sociedade que vai além da exclusão, ela funciona pela segregação (coloca para fora da sociedade, e, quem está fora, não existe, não é levado em conta. Estes seus valores, por sua vez, são praticados pela sociedade, que, enquanto sociedade de um sistema capitalista, é estruturalmente dividida e administrada pelo Estado que se sustenta no aparato e ideologia jurídicos”.

Dessa forma, o espaço diferencia e segrega sujeitos sociais, numa relação hierarquizada, que categoriza pessoas, assentado num processo de relações de poder sob a lógica capitalista, com valores apreendidos pela sociedade e pela mídia, um dos aparelhos do Estado reprodutores dessa ideologia capitalista e a seu serviço. Assim, podemos afirmar que as mulheres em situação de rua são significadas como “o pior”, “o inferior”, “o pobre” e “o que não deve existir”, todos esses processos significados a partir do espaço das cidades. Assim, vemos que o espaço, a partir de como significa, é um meio capaz de promover estigmas, moldando a percepção social, em relação a como alimenta uma memória cultural negativa sobre esse grupo social.

3.2.4. Memória discursiva e as redes de sentidos sobre as mulheres em situação de rua

Considerando que, como diz Orlandi (2015, p. 40), “[...] o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”, isso significa que as palavras possuem sentidos a depender das posições ideológicas ocupadas por aqueles que as utilizam e esses sentidos estão alinhados com as formações ideológicas às quais se filiam os sujeitos que nelas se inscrevem, e tudo isso faz alimentar e mobilizar a memória.

De acordo com Pêcheux (1999, p. 50), “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologizante da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social [...]”, processo esse em que a inscrição de acontecimentos no campo da memória não ocorre de forma pacífica, porém contraditória, articulados pelo paradoxal par da lembrança e do esquecimento, ou nos termos de Pêcheux (1999, p. 50), na forma do “acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se” e “o acontecimento que é absorvido pela memória, como se não tivesse ocorrido”. Em outros termos, a natureza da memória é social porque o que o sujeito diz se dá no regime de repetição a discursos pré-existentes, e esse sujeito, afetado pelo esquecimento, acredita ser a origem do que diz de discursos que já estão em circulação ditos por outros sujeitos e em outros lugares.

Dessa forma, a memória discursiva, tal como a memória cultural, se processa “sempre num jogo de força”, em que se busca a regularização (repetição) de sentidos já absorvidos (lembrados), mas também ocorre a “desregulação, que vem perturbar a rede de ‘implícitos’” (PÊCHEUX, 1999, p. 53). Vemos, assim, tal qual a memória cultural, que a memória discursiva não é estanque, mas está em constante processo de transformação, de embates ideológicos, não é a-histórica nem supra-histórica, mas contraditória e heterogênea, sendo “[...] um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

É nesse processo discursivo em que se inserem ou se buscam inserir os acontecimentos discursivos tratados pela mídia, que se relacionam com um complexo jogo de dizer posto em circulação, como o dito aqui, o dito de outro modo, em outro lugar, movimentando a memória discursiva.

Considerando isso, podemos refletir que a inscrição dos acontecimentos discursivizados pelas mídias em questão sobre as mulheres em situação de rua, gera um saber cristalizado sobre esse segmento, de forma despolitizada, fazendo emergirem sentidos negativos, inscrevendo-as no campo da ilegalidade, insanidade e até mesmo inumanidade, como vemos a seguir:

SD9: “Projeto Mini Gentilezas fornece produtos de higiene a pessoas em situação de rua. Tomar um banho, fazer a barba e erguer a cabeça, às vezes é tudo que um homem precisa para decidir contornar um obstáculo e seguir em frente, já que, além da limpeza, a higiene rotineira concede uma apaziguante sensação de conforto e revitalização. Distantes de cuidados diários com a saúde, **peessoas em situação de rua, com o tempo, se esquecem do que é ‘essencial’ e ‘civilizado’ e precisam se olhar novamente como seres humanos**, acredita a jornalista Karina Rocha. Ela é uma das cabeças de um movimento que ajuda esta população a ter acesso a pasta de dente, escova, desodorante e outros itens da categoria. Quem quiser doar produtos em tamanho padrão pode encaminhar absorventes, desodorantes ou barbeadores, raros de virem como brindes de hotel – frisa Karina.” (O Globo, 10/09/16, p. 5, grifos nossos)

Retomando essa SD, mais do que um mero relato, a mídia está trabalhando com a memória, inserida na atualidade e na história, e também articulando o esquecimento. Os sentidos levantados na SD9, além de acrítico e despolitizado ao narrar sobre a situação de rua, o Jornal se filia à fala de voluntária que diz as pessoas em situação de rua “precisam se olhar novamente como seres humanos” e “que se esquecem do que é ‘essencial’ e ‘civilizado’” e mobiliza negativamente a memória discursiva sobre o grupo.

Aqui vemos que esse discurso contribui para a promoção de estigmas (GOFFMAN, 1975, p. 7) sobre as mulheres em situação de rua, tal como diz o autor, o estigma seria “[...] a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”. Os sujeitos são categorizados socialmente, numa relação nós e o outro, por meio dos ambientes sociais nos quais as pessoas vivem e se relacionam.

Nesta pesquisa, vemos uma relação entre as categorias teóricas espaço e estigma. Considerando também que o espaço significa (ORLANDI, 2012b), ele é capaz de promover estigmas às pessoas de acordo com o lugar que ocupa,

geográfica e socialmente, pois entendemos que a promoção de estigmas não ocorre somente por meio do discurso verbal, mas também pelos não-verbais, dentre eles o espaço.

Podemos dizer que isso se dá com as mulheres em situação de rua, que são estigmatizadas por meio da produção discursiva midiática, como vimos acima, deslizando-se sentidos de que não estariam no grupo de seres humanos e que são pessoas não civilizadas. É ilustrativa a citação de Goffman (1975, p. 12), que entendemos ocorrer com as mulheres em situação de rua por meio de estigmas promovidos discursivamente pelas mídias em questão ou pelos deslizamentos da percepção social do espaço, que é onde elas vivem e se relacionam, fazendo com que sejam consideradas como desacreditadas socialmente:

“Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente [...]. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande [...]” (GOFFMAN, 1975, p. 12)

Não apenas a divisão espacial, mas as percepções sociais que o espaço é capaz de atribuir também são hierarquizadas, fazendo-se com que pessoas sejam apreendidas de forma diferenciada, segmentando grupo de sujeitos, como diz DaMatta (1997, p. 29): “Nas cidades brasileiras, a demarcação espacial (e social) se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora”.

Dessa forma, considerando a significação do espaço, quando o sujeito produz leitura, uma série de imagens negativas sobre as pessoas em situação de rua são significadas, tal como vimos na SD3, em que a presença de pessoas em situação de rua em um espaço público de determinado bairro nobre é nomeada pelo jornal como “problema” e “incômodo” a ponto de mobilizar reuniões entre os moradores da localidade para obter “solução”.

Outros sentidos são levantados discursivamente por meio de expressões que os associa a “barulho, sujeira, consumo de drogas e até sexo explícito”, deslizando sentidos que os insere em um imaginário de insalubridade, ilegalidade e imoralidade respectivamente. Entendemos que tal construção faz com que se segmentem as mulheres em situação de rua e os estabelecidos como nós e outro, distinguindo

socialmente esses grupos e isso por meio de estigmas, marcadas como inferiores e até não completamente humanas, como sugere trecho da SD9.

Cito Goffman (1975, p. 15), cuja citação aplica-se ao que refletimos: “Por definição, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano”. Essa ideologia de inferioridade do outro, como reflete o autor, é perigosa, sendo capaz de despertar sentimentos e preconceitos, tal como o espaço o é capaz, como vimos em DaMatta (1997), que retomamos a seguir:

"Em casa somos todos, conforme tenho dito, 'supercidadãos'. Mas e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas 'autoridades' e não temos nem paz, nem voz. Somos rigorosamente 'subcidadãos' e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na rua (e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra) é igualmente negativo".

Considerando que, para quem vive e se relaciona nos espaços públicos, creio que há um agravamento desse tratamento, em que podemos apreender que sejam consideradas “subcidadãs” e seu comportamento na rua “é igualmente negativo”, tal como vemos nas sequências discursivas a seguir, sob o recorte de espaço e da significação deste em relação ao corpo significante da mulher em situação de rua.

SD1: “Os **problemas** que moram ao lado. Moradores reclamam de **invasão** em terreno na Rua do Catete, que também estaria acumulando lixo e água parada. Com entrada violada, o local virou alvo de despejo irregular de lixo e, segundo reclamações, **tem sido invadido por moradores de rua**, por usuários de drogas e mesmo por assaltantes... **Não há qualquer medida de segurança aparente.**” (O Globo, 21/01/16, p. 3) (grifos nossos)

SD2: “**Calçada livre tem preço. Por meio de empresas de segurança, policiais se oferecem para remover moradores de rua.** De acordo com as propostas, pagando quase R\$ 900 mensais, qualquer condomínio fica livre de pedintes em sua calçada e pode contar com vigilância 24 horas por dia.

– É muita coincidência. De uma hora para outra, moradores de rua aparecem em frente aos prédios, e não são poucos. Em seguida, chegam policiais com ofertas de serviços de segurança.

– Meu edifício foi praticamente obrigado a contratar um desses serviços. **O valor da segurança privada vem diluído na taxa de condomínio. Custa pouco para cada apartamento, mas lamento essa situação porque, como todo mundo, pagamos impostos para contar com a segurança do estado – reclama uma moradora**” (O Globo, 12/04/16, p. 12) (grifos nossos)

SD3: “A vida nas ruas do Jardim Oceânico. Sem-teto ocupam trechos movimentados da área, e moradores reclamam de barulho, sujeira, consumo de drogas e até sexo explícito. Andar nas ruas do Jardim Oceânico já não é um mar de tranquilidade. Não que a área, nobre, seja tomada pela violência. O **problema**, principalmente para quem vive ali, é a

presença cada vez mais constante de pedintes e moradores de rua. O incômodo é tal que o tema tem sido recorrente nas reuniões da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Oceânico e Tijucamar (Amar).” (O Globo, 24/10/16, p. 8) (grifos nossos)

SD4: “Uma moradora de rua decidiu registrar endereço “fixo” no calçadão de uma das mais movimentadas avenidas de São Luís. É que a cerca de duas semanas ela montou uma barraca e está ocupando uma parte do calçadão, próximo à Praça Maria Aragão, na Avenida Beira Mar, na capital.

A mulher, que ainda não foi identificada, mantém uma rotina de dona de casa e realiza atividades como lavar roupas, e até tomar banho em plena via pública de São Luís.

Segundo a legislação brasileira, compete às Prefeituras, em nome dos respectivos Municípios, fiscalizar e **coibir tais abusos**. Não é assunto do Estado nem da União, é de competência exclusiva dos Municípios. As ruas, praças e jardins são bens públicos de uso comum, de fruição própria do povo. São bens inalienáveis e independem de registros imobiliários, e administrados pelo Município local.” (Portal G1, 18/01/16) (grifos nossos)

Refletindo sobre as sequências discursivas listadas, vemos a associação do espaço à sensação de insegurança, como vemos mais explicitamente na SD2: “Calçada livre tem preço”, em que podemos nos perguntar? Calçada livre de quem? Calçada livre para quem? Por que a calçada deve estar destinada a alguns e não utilizadas por outros? Outra questão que vemos nos trechos recortados é o fator incômodo, também denominado pelo jornal de “problema”, que a presença das pessoas em situação de rua causaria não apenas a não moradores, mas “principalmente para quem vive ali”, em que as pessoas em situação de rua são significadas negativamente simplesmente pela sua presença num espaço que, pelo que diz DaMatta (1997), não deveria recebê-las.

Assim, podemos apreender que o lugar social que elas ocupam seria o não lugar, de qual fala Indursky (1999, p. 174), que retomamos aqui: “[...] àqueles que não têm um lugar seu, que são errantes e não encontram para si um espaço entre os lugares políticos já existentes, inscrevendo-se, pois, em sua origem, entre os excluídos da ordem social brasileira, do discurso político e jurídico sobre a propriedade [...]”. Entendemos que tal posição é, infelizmente, perfeitamente aplicadas às mulheres em situação de rua na sociedade brasileira.

Todos esses sentidos estão mobilizados na rede da memória discursiva, seja pelo que se diz em relação às mulheres em situação de rua seja pelo que se cala. Por isso, não é possível deixar de lado a noção de esquecimento ao se abordar memória, bem como silêncio e não-dito, pois eles também a mobilizam.

Segundo Orlandi (2007a), o silêncio se faz presente nos discursos, e fala alto sobre o que (não) se quer dizer. Para ela, deve-se mudar a forma de entendê-lo, não na perspectiva negativa e passiva (o que ele não é), mas como positivo e ativo (o que ele é), pois não é complemento da linguagem, possuindo sua própria significação, ao trazer significância e que revela o que se quer calar, o que se quer silenciar, ou "pôr em silêncio" (p. 12), "apagando sentidos" presentes no discurso. O silêncio não é acréscimo ou complemento da linguagem, ele é necessário à significação: "O silêncio, tal como o concebemos, não remete ao dito; ele se mantém como tal, permanece em silêncio" (p. 45).

"O silêncio é assim a 'respiração' (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é 'um', para o que permite o movimento do sujeito" (ORLANDI, 2007a, p. 13)

Orlandi (2007a, p. 24) estratifica a categoria silêncio, a saber: silêncio fundador como aquele presente nas palavras, "que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar"; política de silêncio, que se subdivide em silêncio constitutivo, "o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra 'apaga' necessariamente as outras palavras)" e em silêncio local, que se refere à censura, ao que é proibido ser dito em determinada conjuntura, por determinada formação discursiva, conforme vimos em Pêcheux (1990).

Esse conceito é importante para esta pesquisa, pois, sentidos são silenciados no discurso produzido pela mídia, mas a fala das pessoas em situação de rua "esburaca", cria lacunas, "perfura" a memória discursiva, provocando desregulação de saberes implícitos sobre o segmento, ao abrir espaços para a emergência de outros sentidos anteriormente calados, em sua fala, que mostram sua realidade de forma crua, fora da formação discursiva adotada pela mídia, como podemos ver a seguir:

SD29: "Ronaldo de Souza, de 34 anos, pernitoou debaixo de uma marquise da Rua Riachuelo. Ele diz ter casa, na Favela do Chapadão, em Costa Barros. Mas costuma não voltar para lá porque falta dinheiro.

– Trabalho fazendo fretes e e garimpando no lixo do Centro. **Antes, ia para casa até três vezes por semana. Agora vou menos. A condução está cara. Com a crise, tem menos trabalho.** Tenho sete cobertores que ganhei para resistir ao frio – conta ele." (O Globo, 16/06/16, p. 15, grifos nossos)

O silêncio não é complemento da linguagem e quando dizemos que o silêncio é fundador não dizemos que ele “originário”, mas “[...] quando dizemos fundador estamos afirmando seu caráter necessário e próprio [...] nem tampouco que haveria no silêncio um sentido independente, autossuficiente, preexistente. Significa que o silêncio é a garantia do movimento dos sentidos.” (ORLANDI, 2007a, p. 23).

Dessa forma, vemos que, no discurso midiático, o silêncio se faz presente, mas também, como os sentidos não múltiplos, vivos e não estanques, surge outra nova forma de dizer, que rompe com o mudismo, com o silêncio imposto pelo dizer sobre as mulheres em situação de rua, proferido a partir da posição do jornalista, classe média, elite intelectual, para outra fonte do dizer, proferido por quem sofre as agruras da vivência das ruas, revelando uma nova forma de dizer, com outros sentidos, filiado a outra formação ideológica e discursiva. Rompe-se assim com o silêncio, surgindo uma nova voz e outros e novos sentidos.

Rompe-se com o silêncio que fazia emergir imagens das pessoas em situação de rua como pedintes e não trabalhadoras, como em

– **Trabalho fazendo fretes e garimpando no lixo do Centro.**
Antes, ia para casa até três vezes por semana. Agora vou menos. A condução está cara. **Com a crise, tem menos trabalho.** Tenho sete cobertores que ganhei para resistir ao frio – conta ele.” (O Globo, 16/06/16, p. 15, grifos nossos)

No que se refere ao discurso midiático, como vemos na análise do corpus, raros são os discursos da mulher em situação de rua, proferidos por elas, pois o que observamos com maior frequência são os discursos sobre elas. De acordo com Mariani (1998, p. 60):

“Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor”

Em clara distinção ao discurso sobre, o discurso da pessoa em situação de rua revela o que foi silenciado pela mídia como uma das causas da situação de rua: a desigualdade no acesso à renda, aos bens, ao trabalho formal, ao direito de ir e vir impedido por questões de renda, e, dessa forma, silenciam-se as condições de vida de parcela da população brasileira, vitimizada pelas desastrosas consequências do

sistema capitalista, alijadas política, jurídica e economicamente, já que “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1997, 92).

Podemos retratar essa fala como um acontecimento que pode gerar desestabilização de implícitos e deslocar os espaços da memória, pois, no jogo paradoxal entre lembrar e esquecer, o discurso midiático mobiliza a memória de acordo com suas filiações ideológicas.

Considerando que, como diz Pêcheux (2015, p. 53): “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de se tornar outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]”, apresentamos este enunciado que provoca furo na memória discursiva, ao provocar deslizamento dos sentidos implícitos, revelando um discurso que perturba os sentidos estabilizados sobre as pessoas em situação de rua, no que se refere ao estereótipo de serem criminalizadas pelo uso/abuso de álcool e outras drogas, quando esta fala revela ser o uso de substâncias psicoativas um mecanismo de alívio para suportar a dura realidade das ruas:

SD31: “Nos últimos quatro anos, a depressão, o alcoolismo, a dependência de drogas e problemas familiares me levaram várias vezes para a a rua. Eu morava na Rocinha **quando passei minha primeira noite na rua. Foi a pior, em que eu mais bebi e me droguei para suportar.**” (O Globo, 16/06/16, p. 15, grifos nossos)

Os sentidos deslizados, movimentados e alterados nos enunciados emitidos pelas pessoas em situação de rua, pois foram produzidos por outra posição-sujeito e a partir de outra formação discursiva, orientada por outra formação ideológica, que não a da mídia, rompendo com a cristalização de sentidos sobre o grupo e, assim, fazendo deslizar sentidos, criando novos, em busca de sua inscrição na memória discursiva, promovendo ruptura nos pré-construídos e a emergência de contra-discursos.

A memória discursiva, como refletimos, tal qual a memória cultural, é marcada pela plasticidade, é heterogênea e não se limita a uma única formação discursiva, no que podemos introduzir o conceito de interdiscurso, que, como diz Pêcheux (1997, p. 162), “[...] propomos chamar de interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das

formações ideológicas”, mobilizando a memória ao reclamar os sentidos, ou como diz Orlandi (2015, p. 29): “A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensamos em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, ou em outro lugar, independentemente”.

Assim sendo, o interdiscurso faz referência à memória do dizer (Orlandi) é porque, como dissemos, ele é formado por uma rede de formações discursivas, pois tudo o que já dito e esquecido se inscreve nele. Ao discorrer sobre ele, Indursky (2011, p. 86) diz:

“E, se é assim, nada do que já foi dito pode estar ausente. O interdiscurso não é dotado de lacunas. Ao contrário. Ele se apresenta totalmente saturado. Esta é a natureza do interdiscurso: reunir todos os sentidos produzidos por vozes anônimas, já esquecidas. E é por comportar todos os sentidos que ele se distingue da memória discursiva”.

Dessa forma, o interdiscurso se diferencia da memória discursiva, que se refere aos sentidos que conseguem se inscrever numa rede de sentidos de determinada formação discursiva, regulada por aparelhos ideológicos, dadas suas filiações a formações ideológicas que orientam essa FD, ou, nos termos de Indursky (2011, p. 87/88, grifos da autora):

“A memória discursiva é regionalizada, circunscrita ao que pode ser dito em uma FD e, por essa razão, é *esburacada, lacunar*. Já o interdiscurso abarca a *memória discursiva referente ao complexo de todas as FD*. Ou seja, a memória que o interdiscurso compreende é uma memória ampla, totalizante e, por conseguinte, *saturada*”.

Em outros termos, um discurso pode estar ausente da memória discursiva (que está limitada a um momento histórico específico), mas não deixaria de estar no interdiscurso, estando neste recalcado, mobilizando as noções de lembrança e esquecimento.

Diante disso, podemos voltar à discussão que faz Foucault (2014), ao relacionar o poder que representa o discurso e a sua capacidade de gerar perspectivas e, até mesmo, sentimentos em relação à mulher em situação de rua, dado que a manipulação que faz por meio da memória é um exercício de poder realizado pelo discurso, em que se escolhe, seleciona o que deve ser lembrado ou recalcado, quem é considerado legítimo para proferir seu discurso, quem seria interdito, e isso tomando por base o processo ideológico de classes, dada a força

do discurso de promover políticas de esquecimento, pelo poder que possui de fazer esquecer e lembrar, estigmatizar e enaltecer e projetar imagens positivas ou negativas, a depender do que se fala, de como se fala e do que cala, em sua relação intrínseca com a memória.

Não podemos desconsiderar a força do político em nossa sociedade, sendo produto de uma formação social e histórica hierarquizada e baseada em relações de força entre os desiguais. Assim, o político deve ser considerado “[...] enquanto relações de força que se simbolizam, ou em outras palavras, o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma de organização social que se impõem a um indivíduo ideologicamente interpelado.” (ORLANDI, 2012c, p.34).

Considerando essas exposições, vemos que há a dominância de uma formação discursiva, que é a posição-sujeito adotada pela mídia, movimentando sentidos deslegitimadores sobre as mulheres em situação de rua. E de encontro a esse discurso, os dizeres das pessoas em situação de rua inscrevem na memória o não dito, o silenciado pelas mídias estudadas, os acontecimentos que escapavam à inscrição, provocando, assim, deslocamentos e perfurações no tecido da memória discursiva, desestabilizando os sentidos cristalizados, provocando, como diz Pêcheux (2015, p. 17), “o ponto de encontro de uma atualidade com uma memória”, permitindo, assim, uma nova forma de lembrar as mulheres em situação de rua, por meio de seu próprio discurso.

3.2.5. O funcionamento do jornalismo *on line* e a escrita eletrônica

Considerando que utilizamos a mídia digital Portal G1, faz-se necessário refletir sobre o funcionamento do jornalismo *on line* e, para isso, tomaremos Zanella (2017).

Tal como vimos anteriormente, a mídia impressa é um meio de memória, mobilizando-a, sendo uma instituição filiada a determinadas formações discursivas, em que, por meio de seu discurso, observamos suas filiações ideológicas. Porém, no espaço digital, o funcionamento jornalístico seria o mesmo que o impresso? Segundo, Zanella (2017, p. 36), no espaço virtual, tal qual no impresso, verifica-se que “[...] o lugar imaginário de que cabe ao jornalista dar a saber as coisas do

mundo se presentifica. E efeitos de objetividade, de imparcialidade, de evidência também residem nesse funcionamento.”

Tomando como base sequências discursivas do corpus, verificamos a presença do “discurso sobre” a mulher em situação de rua pelo Portal G1, que produz sentidos, projetando saberes sobre esse segmento diante do sujeito-leitor, pois, tal qual o jornal impresso, há também um jogo de formações imaginárias sobre o Portal e a projeção de imagens, pelo leitor, sobre o jornal.

Ao versar sobre determinada questão, a mídia está numa posição de autoridade, de narradora investida de confiança no que é dito sobre esse segmento. Ela mobiliza a memória ao deslizar sentidos. Vemos que tal qual ocorre com a mídia impressa, o jornalismo *on line* igualmente funciona por meio do discurso sobre.

De acordo com Zanella (2017), o *on line* influencia as práticas dos sujeitos em posição de jornalista, principalmente no que se refere à imediaticidade da publicação da reportagem, não mais para o dia seguinte, mas em tempo real, sendo “[...] escrita (formulada) e prontamente publicada (posta em circulação) *on-line*, mas que também pode ser reescrita, editada (reformulada), atualizada (ressignificada)... e apagada” (ZANELLA, 2017, p. 46).

Tendo por base essa reflexão, podemos dialogar com o que diz Assmann (2011), ao discorrer sobre as fases da escrita, que serviu historicamente de suporte à memória. A autora (2011) versa sobre a escrita digital, que vemos presente no Portal G1, que trouxe consigo alterações dignas de nota, constituindo-se como transmedial, ao escrever, usando com o mesmo código, “imagens, sons, língua e escrita” (ASSMANN, 2011, p. 228). Para a autora, a escrita eletrônica desfaz a aliança entre escrita e memória, pois “[...] ela suspende seu papel servil e instrumental a serviço do espírito humano e, ao contrário, instrumentaliza o espírito humano.” (ASSMANN, 2011, p. 228). A escrita digital é corrente, fluida, imaterial, fazendo com que se percam as marcas que fizeram da escrita uma “metáfora da memória”: no lugar do fixado surgem movimentos no processo de informação, ou como Assmann (2011, p. 229) diz: “[...] cascatas de imagens e fluxos de informação que têm [...] propensão a uma serialidade que leva ao esquecimento”.

Neste tipo de escrita, a distância entre lembrança e esquecimento se constituiu em um aperto de uma tecla ou de um toque: “Essa escrita já não permite qualquer distinção entre recordar e esquecer” (ASSMANN, 2011, p. 230), dada a

possibilidade de' reescrita, que implica acréscimos, mas também perdas, não armazenadas, constituindo o processo paradoxal da memória.

Essa nova forma de escrita trouxe ainda desafios à memória cultural com os grandes volumes de dados e com o desafio da capacidade de armazenamento, trazendo à tona novamente a discussão de memória social entre lembrança e esquecimento: o que será selecionado para ser guardado para as futuras gerações e o que será relegado ao esquecimento e ao desaparecimento com a enxurrada de informações, imagens, sons e as mais diversas formas de mídias? E como se dará essa escolha, tomando como base quais critérios utilizados para preservação e por que não outros?

É sobre essa nova forma de escrita que este trabalho se debruça no que se refere às reportagens do Portal G1; escrita essa que permite a lembrança e o esquecimento de forma muito tênue e frágil e também que, curiosamente, inaugura grande diferença na forma de armazenamento, em que, para que um determinado arquivo seja conservado, ele precisa estar transitando pela rede eletrônica, e não mais guardado e protegido como quando da escrita tradicional, ou, como arremata Assmann (2011, p. 440):

"Se a escrita, com sua espantosa estabilidade de longo prazo, despertou a vontade de duração secular, hoje essa vontade vem sendo colocada em questão pelo movimento fluido dos fluxos de dados digitais. O *trans-histórico* foi ultrapassado pelo *transitório*." (grifos da autora)

Considerando a relação entre mídia e informatização nos jornais *on line*, isso se reflete na memória cultural ao trazer novos desafios à relação lembrança/esquecimento pelo extenso conteúdo produzido e por suspender a escrita como suporte da memória, dado que a escrita eletrônica põe em xeque essa relação histórica.

Somado a isso, vemos que, tal qual a mídia tradicional impressa, os jornais *on line* também se valem de mecanismos discursivos que orientam as grandes empresas que detêm a propriedade da plataforma impressa: interesses de mercado, ou nos termos de Zanella (2017, p. 49):

"Entendemos que aí, outra vez, resida uma memória de uma prática jornalística que não rompe, no que concerne aos portais, com uma certa tradição dessa prática nem abre para outras possibilidades que a internet dá. Consideramos, em concordância com Orlandi (2012a, p. 16), que a mídia 'funciona pelo ibope, [...] se rege pelo predomínio da audiência', e

achamos que isso se dê tanto no impresso quanto no digital, por se tratar, sobretudo, de uma questão de mercado”

Porém, considerando serem diferentes as condições de produção, a imediatividade de acesso à informação e de suas alterações, haverá igualmente diferentes produção de sentidos, bem como a diferente relação com o espaço, tal como discorre o autor, citando Orlandi (2012b), ao dizer que o espaço significa, e o espaço digital não está alijado desse processo, significando de modo diferente, pois o espaço virtual é material e afetado histórico-socialmente, constantemente significado e significando.

Por fim, apesar das singularidades existentes entre a mídia impressa e os jornais *on line*, vemos que o funcionamento destes é próximo, não havendo ruptura entre as práticas, apenas aspectos diferenciados devido ao novo formato eletrônico.

3.2.6. Proteção da precariedade: uma questão de escolha

Abordando a situação de rua, uma discussão faz-se necessária na análise deste corpus: é o conceito de precariedade, que de acordo com Butler (2007), é “una dimensión de la vida política”. Porém, antes de refletir sobre ela, faz-se necessário pensar a vida. Insiro, nesta reflexão, a fala de Butler (2015, p. 13):

“[...] uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras.”

Essa citação nos faz refletir sobre os enquadramentos sociais que fazem com que certas pessoas não sejam consideradas como vidas e, dessa forma, não se apreende sua perda, o luto, as lesões e a necessidade de proteção de suas vulnerabilidades. À luz disso, entendemos ser essa discussão aplicável às mulheres em situação de rua, pois a discussão “o que é vida?” é uma questão política, orientada eticamente, influenciando a memória cultural na medida em que os sujeitos-leitores apreendem e a mídia retrata as mulheres em situação de rua, por meio da projeção de imagens sobre elas.

Mas, para pensar a condição precária da vida, é necessário refletir que condições tornam possíveis considerar uma vida como precária, e isso não é possível ocorrer de forma independente do corpo social, pois, como reflete Butler (2015, p. 15): “O ‘ser’ do corpo [...] está sempre entregue aos outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros”.

Considerando isso, podemos refletir com maior clareza o tema de vulnerabilidade, que engloba a todos os humanos, havendo uma desigualdade da proteção dessa característica comum a todas e todos, em que o conceito de vulnerabilidade está ligado à consideração, por outros, do que a autora chama de política de condição precária, e isso está orientado por normas sociais que atuam na apreensão ou não da vida e de sujeitos como tais. Como diz:

“[...] cada uno de nosotros se constituye políticamente em virtude de la vulnerabilidad social de nuestros cuerpos – como lugar de deseo y de vulnerabilidad física, como lugar público de afirmación y de exposición -. La pérdida y la vulnerabilidad parecen ser la consecuencia de nuestros cuerpos socialmente constituidos, sujetos a otros, amenazados por la pérdida, expuestos a otros y susceptibles de violencia a causa de esta exposición.” (BUTLER, 2007, p. 46).

Essa reflexão é importante na medida em que, por meio do gesto de leitura das reportagens que constituem o corpus desta pesquisa, vemos que as vulnerabilidades das mulheres em situação de rua não são protegidas e suas demandas não são atendidas, restando a nós entender que, de acordo com Butler (2015), suas vidas não seriam inteligíveis socialmente “como uma vida”, já que essa “avaliação” se dá por meio de enquadramentos, como se pôde ver nas diversas sequências discursivas do eixo de análise Violência Sofrida, que relatam assassinatos, estupros e agressões físicas sofridos pelas mulheres em situação de rua, como podemos ver nos trechos de sequências discursivas a seguir:

SD11: “Uma moradora de rua de 21 anos deu à luz um bebê nesta quinta-feira (21) no banheiro do Mercado Aberto...” (Portal G1, 21/01/16)

SD12: “Moradora de rua é morta a pauladas no centro de Porto Velho...” (Portal G1, 02/01/16)

SD13: “Moradora de rua é achada morta em casa abandonada no Norte de SC. ... ” (Portal G1, 02/02/16)

SD14: “Moradora de rua é morta a facadas no centro de Ceilândia, no DF. Corpo foi encontrado pela polícia na madrugada desta terça-feira.” (Portal G1, 23/02/16)

SD15: “Uma mulher de 30 anos teve parte do corpo queimado na tarde deste domingo (7) em Vicente Pires, no Distrito Federal.” (Portal G1, 08/02/16)

SD18: “Moradora de rua é estuprada e suspeito é preso no Sertão da Paraíba...” (Portal G1, 29/07/16)

SD20: “Uma moradora de rua apanhou de um homem ainda não identificado na madrugada deste domingo (17) em Sorocaba (SP)...” (Portal G1, 17/07/16)

SD27: “Uma moradora de rua foi encontrada morta na manhã deste domingo (23) no bairro da Ribeira, Zona Leste de Natal...” (Portal G1, 23/10/16)

SD28: “Policiais militares fizeram o parto de uma moradora de rua em Campo Grande, município de Cariacica, na manhã desta quinta-feira (24)..”

Considerando as Sds acima, para as mulheres em situação de rua, considero que se enquadrem na seguinte reflexão de Butler (2015, p. 22): “Na verdade, uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida”. Dessa forma, fica clara a política de reconhecimento de vidas que seriam vidas e das que não o são, considerando que: “Ciertas vidas están altamente protegidas, y el atentado contra su santidad basta para movilizar las fuerzas de la guerra. Outras vidas no gozan de un aoyo tan inmediato y furioso, y no se calificarán incluso como vidas que ‘valgan la pena’” (BUTLER, 2007, p. 58).

Deve-se questionar tais normas de apreensão da precariedade da vida de modo a proteger sujeitos e, para isso, Butler (2015, p. 15) diz que se faz necessária uma “nova ontologia corporal” que repense conceitos como “a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social”. Assim, teríamos que repensar nossos conceitos de laço social, pois as constantes perdas de vida, as mortes registradas pelas reportagens, bem como as diversas formas de violência sofrida – física, emocional, sexual, obstétrica, social – não demonstram o sentimento de luto por essas vidas perdidas, como se fossem não vida, sendo pessoas cuja perda não é passível de luto, pois “Apenas em condições

nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (BUTLER, 2015, p. 32).

Com base nessa reflexão, constituindo-se em uma raridade discursiva neste corpus, o enterro de uma mulher em situação de rua torna-se a peripécia (BARBOSA, 2007) que se torna em acontecimento jornalístico, conforme mostra trecho da SD24: “Um grupo de moradores de Botafogo, na Zona Sul do Rio, se mobilizou com o auxílio das redes sociais e conseguiu custear o enterro de uma moradora de rua que vivia há mais de três décadas na região... A mobilização que impediu que ela fosse enterrada como indigente contou com uma rede de doação de cerca de 50 pessoas e chegou a R\$ 4.177”. Relacionando esse acontecimento discursivo com o que diz Pêcheux ao afirmar que não existe dominação sem resistência, não adotamos uma postura fatalista. Por meio de pequenas ações vê-se resistência, pois, embora não tenhamos uma ação governamental efetiva, têm-se ações e gestos de resistências, como mostra esse exemplo.

Ainda para a Butler (2015, p. 31), o que nos une, ou o que deveria orientar a percepção de laços sociais, é o reconhecimento das nossas precariedades, dada nossa exposição uns aos outros e interdependência. Como ela diz:

“A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, nas mãos do outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente”

Assim, vemos o quanto estamos expostos e dependentes uns dos outros, sendo também essa exposição regulada de acordo com a apreensão das precariedades humanas, dada a dimensão pública do corpo, pois, ao referir-se a ele, diz: “[...] nunca son lo suficientemente nuestros. [...] Constituido em la esfera pública como un fenómeno social, mi cuerpo es y no es mío. Entregado desde el comienzo al mundo de los otros, el cuerpo lleva sus huellas, está formado em el crisol de la vida social [...]” (BUTLER, 2007, p. 52).

Pensar a precariedade da vida está para além de considerar a vida apenas do ponto de vista biológico, já que, para considerar que a vida é precária, faz-se necessário garantir uma série de questões de suporte social, pois “[...] a vida exige apoio e condições possibilitadoras para poder ser uma vida vivível” (BUTLER, 2015, p. 40), para que realmente haja a defesa do direito à vida, e isso em condições de

igualdade sociais, que, no contexto histórico-econômico-social, não é possível, devido às desigualdades sistêmicas inerentes ao capitalismo, que segmenta pessoas reconhecidas e não reconhecidas em ter a manutenção de suas vidas protegidas.

Considerando que a precariedade é constitutiva a todos nós, “toda vida é precária”, vemos ocorrer uma distribuição diferenciada da precariedade, em que as pessoas que vivenciam a situação de rua, estando alijadas de proteção social básica, como alimentação, moradia, segurança, são relegadas a viverem uma vida não vivível, não valiosa, logo, que não merece ser mantida, protegida e enlutada, sendo tacitamente aceitas a não terem direitos mínimos atendidos, porque nem vida seriam, pois, como vimos acima, a produção discursiva midiática diz que as pessoas em situação de rua “precisam se olhar novamente como seres humanos” e lembrarem-se do que é “civilizado”.

O não atendimento das precariedades dos sujeitos é uma “condição politicamente induzida” (2015, p. 46), em que alguns sofrem mais com a ausência ou deficiência na atuação de instituições de amparo social e econômico, estando mais expostos à violação de suas precariedades, à violência e, até mesmo, à morte. Assim sendo, podemos apreender que a violência que sofrem as mulheres em situação de rua, além de sistêmica, é planejada, é quista, e isso nos remete aos jogos de interesses que orientam a memória cultural, alinhados ética e politicamente e assentados em relações de poder, que apaga social e até mesmo biologicamente certas pessoas.

Isso pode ser apreendido por meio da mera comunicação, pelas mídias, da violência sofrida por esses sujeitos, como uma realidade já dada, retratada quase como que um fenômeno natural, destituído de crítica, empatia e responsabilidade social e estatal diante de diversos relatos de desrespeitos a direitos humanos fundamentais e desproteção de vulnerabilidades desses sujeitos.

Diante disso, partilhando a proposição de Butler (2015), faz-se necessário pensar a precariedade como algo inerente e que nos liga socialmente, bem como considerar o reconhecimento desigual da precariedade como uma política que categoriza pessoas, fazendo com que estejam expostas diferenciadamente à desproteção, violência, à morte. Para a autora, encaixando-se como luva em comparação ao que vivem as pessoas em situação de rua, em estado contínuo de exposição forçada, “O reconhecimento da precariedade compartilhada introduz

fortes compromissos normativos de igualdade e convida a uma universalização mais sólida dos direitos que procure abordar as necessidades humanas básicas de alimento, abrigo e demais condições de sobrevivência e prosperidade” (BUTLER, 2015, p. 50).

Assim sendo, deve-se pensar o laço social a partir da precariedade que constitui a todos nós, combatendo a exploração e a destruição de segmentos tidos como “perdíveis”, devendo estarmos conscientes de que “[...] esta vulnerabilidad puede convertirse em la base de una solución política pacífica[...].” (BUTLER, 2007, p. 55), num engajamento político e eticamente orientado em defesa dos grupos sociais mais vulnerabilizados e desprotegidos em suas precariedades, pois não podemos compactuar que a “minha” precariedade seja protegida enquanto a de outros sujeitos não o seja.

3.2.7. O dizer e o não dizer em sua relação com a memória cultural

Como sabemos, há uma relação intrínseca entre as formações discursivas e a ideologia, visto que a FD faz com que, pelo discurso, se representem as formações ideológicas. Considerando o conceito de formações discursivas e a Análise de Discurso Francesa ser uma disciplina essencial para a análise do corpus, entendemos que o dizer sobre as mulheres em situação de rua pode ser outro, com a construção de novos sentidos que não os que são mobilizados atualmente pela mídia. A prática discursiva adotada pelas mídias em questão estigmatizam as mulheres em situação de rua, projetando negativamente imagens sobre elas, provocando seu esquecimento social como sujeito de direitos por meio do apagamento discursivo, em que a posição-sujeito do Jornal e do Portal está filiada a interesses que não os delas.

Assim sendo, com base na análise das sequências discursivas apresentadas anteriormente, podemos apreender que a mídia contribui na construção da memória cultural por meio de seu discurso, considerando que, como diz Assmann (2011, p. 21), “[...] o passado é a construção livre baseada em seu respectivo presente”, ao criar uma memória com base em projeções de imagens negativas, imagens essas que subsidiarão a forma como as mulheres em situação de rua serão apreendidas

pelos leitores, em que as reportagens se configuram como arquivo que constrói e reproduz o presente e o passado e, assim, forja a memória cultural sobre esse segmento, na articulação entre recordação e esquecimento.

Mais uma vez e sempre no âmbito da memória cultural, outra associação às mulheres em situação de rua é desenhando-as como perigosas, com associações à política de segurança, como em “pagamos impostos para contar com a segurança do estado”, paradoxo esse pois, pela análise da maioria das sequências discursivas recortadas, vemos que as mulheres em situação de rua são vítimas constantes de diversas formas de violência e até de morte, em que fica clara a categoria da violência que se faz presente nesses recortes, que não são discursivizadas criticamente pela mídia, mas relegadas ao esquecimento, por omissão, ao não trabalhá-las como sujeitos que devam ter suas precariedades protegidas, pois, como diz Orlandi (2001, p. 82): “[...] ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam”, tendo em vista que os discursos funcionam na relação dito e não-dito, pois, como vimos, o silêncio, o que se interessa calar, também significa.

Assim, a discussão que poderia promover reflexão e críticas quanto à situação de rua é silenciada, ao se negar discutir os motivos de sua existência, apagando esses sentidos. Com isso, corroboramos com o que diz Dela Silva (2014, p. 161): “[...] analisar discursos é questionar acerca do modo como se constituem os efeitos de sentido, tendo em vista a relação entre a materialidade do que é dito e as suas condições de produção [...]”, considerando que a mídia se constitui em um “espaço privilegiado de produção e circulação de sentidos e, conseqüentemente, de constituição de posições sujeito” (DELA SILVA, 2014, p. 161).

Concordando ainda com o que diz Dela Silva (2007), pontuamos que a mídia se constitui em um intermediário entre o leitor e “uma suposta realidade em si”, tendo em vista a pretensão de transmitir a realidade de forma supostamente imparcial, ao passo que “ao assumir-se como transparente, o discurso jornalístico encontra uma forma de escapar ao controle político [...] sob a alegação de estar informando, o jornal permanece opinativo e interpretativo, constituindo sentidos, produzindo história”, como diz Mariani (1993, p. 35). Isso é o que vemos ocorrer por meio da análise dos discursos produzidos pelo Jornal O Globo e pelo Portal G1, em que, sob o manto de neutralidade, produzem sentidos fortemente carregados ideologicamente sobre o segmento que narra, constituindo sentidos negativos sobre

as mulheres em situação de rua, sob o falso manto da neutralidade. Porém no discurso dessas mesmas mídias há a possibilidade da deslizamento de sentidos, no rompimento do mesmo campo de dizer e isso se deu por meio do “discurso de”, o discurso das pessoas em situação de rua, que estão filiadas as outras formações imaginárias, ideológicas e discursivas que não as do Portal G1 e O Globo, permitindo a emergência de novos dizeres e possibilitando novas formas de lembrar esse segmento social, lutando pela instituição de outra memória cultural, que não esta de viés negativo e estereotipado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve em vista analisar como a mídia projeta imagens sobre as mulheres em situação de rua por meio de sua produção discursiva. Concebemos a mídia aqui como um canal de memória, como um espaço de cultura que articula e alimenta a memória cultural por meio do seu discurso. Para tanto, tomamos como perspectiva teórico-metodológica para realizar a análise do corpus a disciplina Análise de Discurso na vertente francesa, que considera que a linguagem não é transparente, mas embebida de opacidade e porosidade, influenciada sócio-historicamente e permeada pela ideologia e afetação dos sujeitos ao inconsciente.

Dessa forma, verificamos que o discurso midiático produzido pelo Jornal O Globo e pelo Portal G1 não são neutros, mas estão situados nas relações sociais capitalistas, afetados pelos jogos de poder e de interesses, de modo que, ao produzir discurso, essas mídias não escapam ao que diz Pêcheux (1997, p. 92) “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”.

Para nos ajudar a atingir o objetivo da pesquisa, que é analisar a relação da mídia no processo de construção da memória cultural sobre a mulher em situação de rua, identificamos as imagens sobre as mulheres em situação de rua projetadas pela mídia por meio das formações imaginárias produzidas pelo discurso midiático. Para isso, fizemos uma leitura exaustiva do corpus para conhecê-lo e ver que categorias de análise dele emergiriam. Após isso, recortamos 31 sequências discursivas, que se dividem nas categorias Legalidade versus ilegalidade, Sanidade versus insanidade e Violência sofrida versus Violência praticada.

Após isso, analisamos o corpus à luz da Análise de Discurso Francesa, tomando dela conceitos que nortearam nossa prática analítica de modo que nos auxiliassem a atingir o objetivo da pesquisa. Tomando o conceito de formações imaginárias, identificando-as no discurso midiático, entendemos que o local do qual as mídias em questão produzem seu discurso sobre as mulheres em situação de rua é constitutivo do que elas dizem, projetando imagens a partir do discurso que produz. Dessa forma, buscando responder quais são as imagens da mulher em situação de rua construídas discursivamente pela mídia, verificamos que as imagens projetadas as situam no campo que remete à insegurança, à insanidade, à

inferioridade social, levantando sentidos que as identificam como sub-humanas, bem como à banalização da violência de que são vítimas.

No que se refere à relação entre as formações imaginárias produzidas pelo discurso midiático e a construção de estigmas sobre as mulheres em situação de rua, entendemos que, por meio de seu discurso, as mídias em questão projetam imagens que servirão de subsídio que alimentará uma memória cultural negativa, tendo em vista que tais imagens estão assentadas em estereótipos e estigmas, que criam marcas sociais negativas nesse segmento.

Orientamo-nos pela possibilidade de haver apagamento possibilitado pelo discurso sobre esse segmento social, em que, por meio da análise do corpus, verificamos que o dizer negativo sobre o grupo constitui-se numa forma de apagá-lo socialmente, fazendo com que haja esquecimento criado por meio do discurso que gera marginalização desses sujeitos, pondo-os à margem da sociedade.

Considerando que todo sentido está sempre em “relação à”, já proferido anteriormente em outro lugar, como um já dito, orientamo-nos pelo conceito de memória discursiva, pois no discurso - sendo ele uma instância das relações sociais e históricas - também existem lutas pela lembrança e pelo esquecimento, que Pêcheux chama de regularização e desregulação respectivamente. Assim, como a memória cultural, a memória discursiva também é maleável e plástica, e nela disputam sentidos para se fixarem.

A análise do corpus sobre as mulheres em situação de rua revelou que existe um discurso que as retrata de forma negativa, por meio de projeção de imagens que colaboram por moldar, no imaginário social, a imagem de que as mulheres em situação de rua, por poderem ter distúrbios psiquiátricos, serem consideradas loucas e talvez por isso passíveis ao desmerecimento e ao descrédito de suas palavras, pois, como vimos, o que se vê é a presença do discurso sobre e não o discurso delas.

Considerando que a análise do corpus revelou a predominância do discurso sobre nas reportagens analisadas, remeto tal constatação à reflexão de Foucault (2014), em que podemos relacionar o não reconhecimento da mulher em situação de rua pela mídia como um interlocutor legítimo, ao que ocorria desde a alta Idade Média com os ditos loucos, que eram assim qualificados, e, logo, desqualificados por meio de suas palavras. Dessa forma, tal como na época analisada por Foucault

(2014), vemos que o discurso tem o poder de causar separação e rejeição às pessoas por meio das palavras utilizadas por elas ou pela forma como são consideradas pelos demais sujeitos, em que tal fato pode ser constatado nesta análise no que se refere às mulheres em situação de rua.

Podemos dizer que o discurso da forma como é construído contribui para o apagamento desse grupo por meio da forma pela qual é retratada discursivamente, fazendo com que os leitores apreendam de forma negativa todo o grupo das mulheres em situação de rua por meio das imagens discursivamente projetadas por meio do gesto de nomear adotado pelas mídias. Ao ser denominada de “uma moradora de rua” provoca-se o apagamento da diversidade do segmento feminino em situação de rua, com significação universalizada, homogeneizada e generalizada, não apenas para essa mulher narrada na reportagem, mas para todo o grupo que ela representa. Tal designação silencia outras possíveis, de modo que o conhecimento que as mídias produzem sobre as mulheres em situação de rua é generalista, alimentando a memória cultural de forma estereotipada.

Outro fator que se viu na análise do corpus é como a categoria espaço afeta as relações sociais, fazendo com que as mulheres em situação de rua sejam consideradas como subcidadãs, como inferiores em relação aos estabelecidos, tendo em vista que, como diz DaMatta (1997), o espaço não é uma categoria neutra, mas capaz de despertar emoções e reações. O espaço, para a Análise de Discurso Francesa, também não é neutro, mas significa e produz significação nos sujeitos. Nesta análise, constatou-se a presença do discurso sobre a cidade, que é concebido a partir da lógica capitalista, visto que o espaço é afetado histórico-socialmente e constitui-se em um lugar de interpretação. Assim, o corpo submetido ao espaço das cidades é interpretado, de forma negativa, pelo que representa socialmente a rua e, acreditamos, pela forma como é retratada discursivamente, notadamente pelo uso constante de “moradora de rua”, que faz colar uma perspectiva negativa atribuída a esse sujeito social. Acreditamos que o espaço é capaz de criar estigmas, tendo em vista constituir-se em um discurso não-verbal.

Outra categoria teórica que se fez presente na análise do corpus é estigma, tal como concebida por Goffman (1975). Por meio de trechos de sequências discursivas que vimos na análise, que chegam a retratar as pessoas em situação de rua como menos humanas que outras, atribuindo-lhes a característica de

incivilidade. Tal gesto de nomear produz estigmas que marcam o segmento negativamente, promovendo distanciamento entre ele e os estabelecidos e situando-os negativamente na memória cultural, devido à forma como são lembradas socialmente por meio do discurso midiático.

Com base no que vimos, o gesto de nomear realizado pelas mídias por meio de seu discurso nos remete às reflexões de Butler (2007 e 2015) sobre a precariedade humana, ao afirmar que a proteção desta se dá de forma diferenciada, por uma questão de escolha, orientada ética e politicamente. Vimos presente no corpus, por meio das sequências discursivas da categoria de análise Violência sofrida, que a proteção às vulnerabilidades do segmento não está assegurada, tendo em vista serem inúmeras as violências das quais são vítimas, sejam elas física, sexual, obstétrica e diversos casos de assassinatos.

Outro fator concebido é que, apesar de o Portal G1 e a mídia impressa terem condições de produção diferenciadas, devido à imediatividade no acesso à informação e pela utilização da escrita eletrônica do Portal, com suas características de reescrita, que traz consigo o apagamento de textos e o acréscimo de outros, vimos que entre as mídias eletrônica e impressa não há ruptura entre suas práticas, o que se viu é a existência de um novo formato de mídia e de suas condições de produção, pois não se pode deixar de considerar que o espaço virtual também significa (ORLANDI, 2012b; ZANELLA, 2017).

Dessa forma, o funcionamento discursivo operado pelas mídias em questão, por meio do dizer e do não-dizer, alimentam a memória cultural, por meio das projeções de imagens que tratam as mulheres em situação de rua como inferiores aos demais. Por meio da produção de leitura, o interlocutor das mídias, o leitor, pode se identificar com o discurso, concebendo o segmento por meio de uma imagem estereotipada.

Considerando que as mídias em questão não são os únicos meios que produzem discurso sobre o grupo, entendemos que reforçam um dizer que alija socialmente as mulheres em situação de rua, dada a relação intrínseca entre discurso e memória, em que a mídia se constitui em um espaço de cultura que articula experiências sociais, como dizem Barbosa e Ribeiro (2007), contribuindo na construção da memória cultural por meio de seu discurso sobre as mulheres em situação de rua.

Podemos dizer que o discurso midiático contribui para o apagamento social do grupo, pela articulação do dizer e do não dizer num processo que a despersonaliza e a silencia discursiva e socialmente, projetando imagens no âmbito da memória cultural que a insere num processo de reificação, como “coisas”, abaixo da categoria de humano, em desprezo às suas necessidades humanas mais básicas, bem como à defesa e reconhecimento de suas precariedades (BUTLER, 2007 e 2015), ao passo que a retratam no campo da ilegalidade, da insanidade, da inumanidade, enquadrando-as como seres incômodos, relacionados e equiparados à sujeira, à criminalidade, ao perigo constante e potencial.

Dado que o discurso atua sobre a memória cultural, reafirmamos que isso não ocorre sem afetar sujeitos-leitores, isso porque todo discurso é produzido a partir de um contexto socialmente histórico determinado, sendo embebido e orientado por formações ideológicas, que fisgam os sujeitos que a elas se vinculam, identificando-se.

Como vimos, por meio do discurso midiático, os sentidos circulam, projetando imagens negativas (“problemas psiquiátricos”, “dependentes químicas”, “incômodo”, “invasão”, “sujeira”, “precisam se olhar como humanos”) por meio de marcas discursivas, bem como pelo silêncio, discursos esses que compõem uma dada formação discursiva que irá afetar os sujeitos que se identificam com ela, tudo isso amalgamado pela ideologia de predominância de respeito ao capital e que luta para manter seus interesses, construindo uma memória cultural negativa sobre elas em detrimento de outra construção possível silenciada.

Com base nisso, tendo em vista que, como diz Pêcheux (1997), todo discurso está inscrito em relação ideológica de classes, considerando que é a capitalista, acredito que as mídias em questão, como aparelhos ideológicos que estão a serviço do Capital, desqualificam as mulheres em situação de rua, pois elas representam o que o Capital quer ocultar: sua incapacidade em ofertar condições de vida justas e equitativas para todos os sujeitos sociais e seu histórico compromisso político em desconsiderar as precariedades dos corpos considerados que não devam ser protegidos. Elas representam o que o sistema econômico vigente quer negar, por isso, supõe-se que devam ser apagadas para serem esquecidas socialmente, sendo a mídia um canal capaz de contribuir para esse objetivo, apagando-as discursivamente para obscurecer sua existência na sociedade, ao projetar imagens

negativas sobre elas por meio do discurso, construindo uma memória cultural de viés negativo em detrimento de outras.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

_____. **Lembrar para não repetir**. Unicamp, 09 jun.2013 a 15 jun.2013 – Ano 2013. Nº 564. Disponível em <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/564/lembrar-para-nao-repetir>. Acesso em: 07 ago.17

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e história: um universos de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves (Org.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:_____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BUTLER, Judith. Vida precária, vida passível de luto. In: **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 13-55.

_____. Violencia, duelo, política. In: **Vida precaria**: El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 45-78.

'CUIDA bem dela': Moradora de rua de São Carlos faz dupla com Juliano. **G1**, 15 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/09/cuida-bem-dela-moradora-de-rua-de-sao-carlos-faz-dupla-com-juliano.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELA SILVA, Silmara Cristina. Televisão como objeto discursivo: o discurso televisivo no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais...** Santos: Intercom, 2007.

_____. O telejornal e a telenovela: o discurso realidade-ficção. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano V, n. 1, p. 87-98, jan./jun. 2008.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____; LUNKES, Fernanda Luzia. **E o casamento acabou: uma análise do arquivo de Veja sobre o imaginário da mulher divorciada.** Conexão Letras, Volume 9, nº 11 | 2014, p. 135-148.

ENFERMEIROS encontram R\$ 15 mil com moradora de rua internada no RS. **G1**, 05 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/07/enfermeiros-encontram-r-15-mil-com-moradora-de-rua-internada-no-rs.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOTO de moradora de rua dormindo perto de cartaz da Olimpíada viraliza. **G1**, 19 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/foto-de-moradora-de-rua-dormindo-perto-de-cartaz-da-olimpiada-viraliza.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBO, **O Globo: Manual de Redação e Estilo.** Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GONDAR, Jô. Cinco Proposições sobre memória social. **Morpheus:** revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

_____. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (Org.). **Memória e Espaço.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

_____. O esquecimento como crise do social. In: **Memória social e documento:** uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, Mestrado Memória Social e Documento, 1997.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, D.; ROBIN, R.. **Discurso e arquivo: Experimentações em Análise do Discurso.** Campinas: Unicamp, 2016.

HOMEM joga moradora de rua em rio após agressão em Sorocaba, diz GCM. **G1**, 17 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2016/07/homem-joga-moradora-de-rua-em-rio-apos-agressao-em-sorocaba-diz-gcm.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. Passados presentes: mídia, política, amnésia. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas de memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M.C.L. (Orgs.). **Memória e história da/na análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

_____. **O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso**. Revista da ANPOLL, n.12, jan./jun. 2002.

_____. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Indursky, Freda (org.). Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 173-186.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. O esquecimento da memória. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel de (Org.). **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

MARIANI, Bethânia. Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 24, n. 1 [31], p. 9-26, jan-jun. 2016.

_____. **O PCB e a Imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998.

_____. Os primórdios da imprensa no Brasil. In: ORLANDI, E.P. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

MARQUES, Sandra Mari Kaneko. **Relação poder-saber e formas de resistência em documentos educacionais governamentais sobre ensino de Língua Estrangeira**. Alfa São Paulo, 56 (1). 271-292, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORADORA de rua confessa furto na Secretaria de Segurança do RS. **G1**, 08 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/06/suspeita-de-furto-na-secretaria-de-seguranca-do-rs-diz-que-queria-armas.html>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MORADORA de rua dá à luz em banheiro do Mercado Aberto, em Goiânia. **G1**, 22 jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/01/moradora-de-rua-da-luz-em-banheiro-do-mercado-central-em-goiania.html>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MORADORA de rua dá à luz enquanto anda em calçada em Imperatriz, MA. **G1**, 20 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/04/moradora-de-rua-da-luz-enquanto-anda-em-calcada-em-imperatriz-ma.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MORADORA de rua é achada morta em casa abandonada no Norte de SC. **G1**, 02 fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/02/moradora-de-rua-e-encontrada-em-casa-abandonada-no-norte-de-sc.html>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MORADORA de rua é encontrada morta dentro de casa abandonada na capital. **G1**, 16 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/09/moradora-de-rua-e-encontrada-morta-dentro-de-casa-abandonada-na-capital.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MORADORA de rua é encontrada morta na Zona Leste de Natal. **G1**, 23 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/10/moradora-de-rua-e-encontrada-morta-na-zona-leste-de-natal.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MORADORA de rua é estuprada e suspeito é preso no Sertão da Paraíba. **G1**, 29 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/07/moradora-de-rua-e-estuprada-e-suspeito-e-presno-no-sertao-da-paraiba.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MORADORA de rua é morta a facadas no centro de Ceilândia, no DF. **G1**, 23 fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/02/moradora-de-rua-e-morta-facadas-no-centro-de-ceilandia-no-df.html>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MORADORA de rua é morta a pauladas na cracolândia de Picos, Sul do Piauí. **G1**, 03 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/08/moradora-de-rua-e-morta-pauladas-na-cracolandia-de-picos.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MORADORA de rua é morta a pauladas no centro de Porto Velho. **G1**, 02 jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/01/moradora-de-rua-e-morta-pauladas-no-centro-de-porto-velho.html>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MORADORA de rua é morta com golpe de faca após confusão em Teresina. **G1**, 13 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/07/moradora-de-rua-e-morta-com-golpe-de-faca-apos-confusao-em-teresina.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MORADORA de rua monta barraca e ocupa calçadão de avenida no MA. **G1**, 18 jan. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/01/moradora-de-rua-monta-barraca-e-ocupa-calçadão-de-avenida-no-ma.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MORADORA de rua tem parte do corpo queimado em Vicente Pires, no DF. **G1**, 08 fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/02/moradora-de-rua-tem-parte-do-corpo-queimado-em-vicente-pires-no-df.html>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MORADORA de rua tenta roubar bolsa de mulher e vai presa em Piracicaba, SP. **G1**, 26 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2016/04/moradora-de-rua-tenta-roubar-bolsa-de-mulher-e-vai-presa-em-piracicaba-sp.html>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MULHER é morta a socos e pontapés na área central de Mogi. **G1**, 29 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2016/11/moradora-de-rua-e-morta-socos-e-pontapes-na-area-central-de-mogi.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MULHER fica ferida após ser agredida por moradora de rua em Brasília. **G1**, 25 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/mulher-fica-ferida-apos-ser-agredida-por-moradora-de-rua-em-brasil.html>. Acesso em: 18 jan. 2017.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Texto para discussão:** estimativa da população em situação de rua no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 20156. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Acesso em 09 mar. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, (10), 1993, p. 7-28.

NUNES, José Horta. **Palavras da cidade: sujeitos em discursividades contemporâneas**. Disponível em <http://d1m.fflch.usp.br/sites/d1m.fflch.usp.br/files/JOSE%20HORTA.pdf>. Acesso em 27 nov.2017.

OLIVEIRA, Carmem Irene de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Efeitos do verbal sobre o não verbal**. Rua, Campinas, n. 1, p. 35-47, 1995.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Vozes, 1996.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006a.

_____. Análise do Discurso. In.: ORLANDI, E. P; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org). Campinas, Pontes, 2006b.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007a.

_____. **A questão do assujeitamento**: um caso de determinação histórica. Revista Com Ciência, Julho/2007b, nº 89, Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296&tipo=1>. Acesso em 15 jan.18.

_____. Apagamento do político na ciência: notas à história da análise de discurso-fragmentação, diluição, indistinção de sentidos e revisionismo. In: **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012a, p. 13-35.

_____. A casa e a rua: uma relação política e social. In: **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. Campinas. Pontes, 2012b, p. 199-212.

_____. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos, 4ª ed. Campinas. Pontes, 2012c.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORRICO, Evelyn. O discurso televisivo da memória: plim plim. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 61-75, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Unicamp, 2014.

_____. Análise automática do discurso Tradução de Eni Orlandi. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1993, 61- 249.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Unicamp, 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 7 ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, P. 49-57.

POLICIAIS militares fazem parto de moradora de rua em Cariacica, ES. **G1**, 24 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/11/policiais-militares-fazem-parto-de-moradora-de-rua-em-cariacica-es.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIROGA, Júnia; NOVO, Marina. Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS/SAGI/SNAS, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. **Lugar comum**, n. 11, p. 25-44, ago. 2000.

_____. BRASILIENSE, Danielle Ramos. (Org.). Memória e narrativa jornalística. In: _____. **Mídia e Memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Revista Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 47, p. 99-114, 2007.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2004.

VÍDEO mostra momento em que moradora de rua é morta em Goiânia. **G1**, 18 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/07/video-mostra-momento-em-que-moradora-de-rua-e-morta-em-goiania.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

VIZINHOS se unem e juntam R\$ 4,1 mil para enterro de moradora de rua. **G1**, 19 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/08/vizinhos-se-unem-e-juntam-r-41-mil-para-enterro-de-moradora-de-rua.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

ZANELLA, Alexandre da Silva. **Espaços atravessados: sujeitos homossexuais no discurso jornalístico sobre a cidade**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2017.

ANEXO I - Figuras das reportagens do Jornal O Globo Digital
 Figura 1 - Reportagem "Os problemas que moram ao lado", de 21/01/2016

ZONA SUL | O GLOBO | 3
 Quinta-feira 21.1.2016

Os problemas que moram ao lado

Moradores reclamam de invasão em terreno da Rua do Catete, que também estaria acumulando lixo e água parada

CLARISSA STYGER
 clarissa.styger@infoglobo.com.br
 (Estagiária)

Por trás dos muros coloridos de grafite, um terreno na esquina da Rua do Catete com a Rua Irineu Bornhausen tem preocupado quem mora nos arredores. Com a entrada violada, o local virou alvo de despejo irregular de lixo e, segundo reclamações, tem sido invadido por moradores de rua, por usuários de drogas e mesmo por assaltantes.

Nagib Pacha, que mora em frente ao número 309, observa a situação de sua janela há alguns dias.

— Não sou contra moradores de rua. Eles são fruto dessa sociedade injusta que os joga de um lado para o outro. Mas vejo pessoas usando crack, entrando e saindo (do terreno). Tem um casal que fica como se estivesse em seu quarto — relata.

Segundo Pacha, não há qualquer medida de segurança aparente além de uma corrente, cuja função perde o sentido junto ao portão entortado.

Rogério Nascimento, que



Abandono. Com o portão violado, terreno da Rio Trilhos no Catete tem sido usado como depósito de lixo

passa pelo terreno diariamente, diz que já ouviu histórias de assaltos nos quais os infratores estariam escondidos por trás do muro para surpreender os transeuntes.

— Todos nós, moradores,

temos medo de passar por ali, principalmente à noite. Sem contar com o mau cheiro que emana de lá — comenta, chamando a atenção para o perigo da insalubridade nos arredores dos condomínios. — Há tam-

bém água de chuva parada dentro do terreno, e temos medo de dengue. Além disso, ratos proliferam em meio aos restos de alimentos — observa Nascimento.

Quando tentou chamar a prefeitura para tratar da ques-

tão, Nascimento recebeu a informação de que o acesso não era permitido aos agentes do município. É possível ler a inscrição da 5ª Gerência de Conservação da Prefeitura na entrada, mas o órgão atualmente funciona na Tijuca.

"O espaço já não é mais utilizado por nós há pelo menos três anos", esclarece a Secretaria estadual de Transportes, em nota, afirmando que nunca foi proprietária da área. O órgão informa ainda que o terreno hoje pertence à RioTrilhos, pois foi desapropriado para a construção da Linha 1 do Metrô. "No momento, técnicos da RioTrilhos e da Setrans realizam um estudo de aproveitamento das áreas remanescentes, que são vistoriadas periodicamente a fim de manter a conservação dos locais e evitar invasões", diz o texto.

Diante da denúncia, a RioTrilhos afirma que vai enviar uma equipe ao local para verificar a situação e, se preciso, tomar as devidas providências. ●

*Sob a supervisão de Natanael Damasceno

Figura 2 - Espaço ao leitor “Fala Niterói” - “População de rua”, de 20/03/2016, p. 2

Fala, Niterói!

fulaniteroi@oglobo.com.br

População de rua

‣ Solicito intervenção da prefeitura no que diz respeito aos moradores de rua, principalmente os que se encontram na Mariz e Barros. Há um casal vivendo na entrada da garagem do número 225 — uma loja de móveis planejados desativada. Já construíram um tipo de parede no local, que tem colchão e outros itens pessoais.

GISELLE SARDENBERG
ICARAÍ

Figura 3 - Reportagem “Calçada livre tem preço”, de 12/04/2016, p. 12



Alvo. Uma mulher se abriga, com sua cadela, ao lado da portaria de um edifício em Copacabana; uma firma se propõe a “dar maior sensação de segurança para condôminos e fidejuntários, inibindo a presença de mendigos e pedintes”

ANTÔNIO WERNECK
antonio.werneck@oglobo.com.br

Primeiro, moradores de algumas ruas de Copacabana perceberam um repentino aumento da população de rua, com grupos de até 15 pessoas dormindo em frente a prédios residenciais e lojas. Depois, veio a surpresa: policiais ligados a empresas de segurança passaram a assediá-los e comerciantes, oferecendo solução para o problema. De acordo com as propostas, pagando quase R\$ 900 mensais, qualquer condomínio fica livre de pedintes ou mendigos em sua calçada e pode contar com vigilância 24 horas por dia.

— É muita coincidência. De uma hora para outra, moradores de rua aparecem em frente aos prédios, e não são poucos. Em seguida, chegam policiais com ofertas de serviços de segurança. Acharmos muito estranho — disse um morador da Rua Bolívar, que pediu para não ser identificado.

Relatos semelhantes se tornaram cada vez mais comuns em Copacabana: moradores contam que a situação se repete nas ruas Barata Ribeiro, Leopoldo Miguez, Professor Gastão Bahiana e Pompeu Loureiro. Ofertas de segurança privada no bairro não são novidade, o que mudou, segundo eles, é que policiais agora se propõem a combater quem dorme nas calçadas.

RECADO PARA SÍNDICO

Um síndico, que também pediu anonimato, contou ao GLOBO que chegou a receber um bilhete de policiais:

— Escreveram que minha vida vale bem mais que o preço da segurança privada.

Agindo de uma forma que se assemelha à das milícias, esses policiais começam a expandir suas atividades não oficiais pela Zona Sul. Moradores afirmam que, além de ruas de Copacabana, trechos de Ipanema, do Leblon, da Gávea e de Botafogo foram loteados por grupos de PMs e bombeiros. O assédio a síndicos e comerciantes inclui envio de e-mails. Porteiros dizem que também são abordados e se sentem pressionados — teriam a incumbência de convencer condôminos sobre a necessidade de contratar um serviço muitas vezes clandestino, pois empresas de segurança precisam de autorização da Polícia Federal.

— Meu edifício foi praticamente obrigado a contratar um desses serviços. O valor da segurança privada vem diluído na taxa de condomínio. Custa pouco para cada apartamento, mas lamento essa situação porque, como todo mundo, pagamos impostos para contar com a segurança do estado — reclama uma moradora.

A presidente da Associação de Moradores do Leblon, Evelyn Rosenzweig, diz que a atuação de empresas de segurança nas ruas da Zona Sul é uma realidade. Em seu bairro, boa parte desses serviços estaria a cargo de homens da PM e

TRECHOS DE UM CONTRATO DE SEGURANÇA PRIVADA

No documento, a Santa Clara Serviços LTDA, diz que vai inibir a presença de mendigos e pedintes e que, pelos serviços prestados, cobrará mensalmente R\$ 880

1 - Dados da empresa

SANTA CLARA SERVIÇOS LTDA (SANTA VIGILÂNCIA)
CNPJ
ENDEREÇO:

2 - Do Objeto da prestação de serviço

Visando uma maior sensação de segurança para Condôminos e Funcionários, inibindo a presença de mendigos e pedintes no referido local.

5 - Do Pagamento Ordinário e do Pagamento Extraordinário

Pelos serviços prestados de caráter ordinário será cobrada a quantia de R\$880,00 (Oitocentos e Oitenta Reais) mensal, e pelos serviços de caráter extraordinário, previamente acordado entre as partes, (disponibilizar funcionário exclusivo), será cobrada a quantia de R\$25,00 (Vinte e Cinco Reais) por hora, ambos mediante apresentação de Nota Fiscal até o dia 10 (dez) do mês subsequente a execução do Serviço.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
MATRIZ		21/03/2014
NOME EMPRESARIAL		
SANTA CLARA SERVIÇOS LTDA ME - ME		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (TIPO DE FANTASIA)		
SANTA VIGILÂNCIA		
O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante na base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:		
Nome/Nome Empresarial:		Sócio da empresa de segurança privada, o cabo PM Ambrósio é lotado na Diretoria Geral de Pessoal (DGP) da PM, mas está cedido à Secretaria estadual de Direitos Humanos
Qualificação:	49-Sócio-Administrador	
Nome/Nome Empresarial:	DIEGO SODRÉ DE CASTRO	
Qualificação:	22-Sócio	

Editoria de Arte

do Corpo de Bombeiros.

— Lembro de um caso complicado, no qual policiais chegaram intimidando, oferecendo o serviço para evitar assaltos. Mas isso tem muitos anos e nós denunciámos. Hoje acontece de outra forma. A Rua Sambaíba, por exemplo, tem segurança de policiais. Honestamente, não tenho um juízo de valor — afirma Evelyn.

O advogado Horácio Magalhães, membro da Sociedade de Amigos de Copacabana, destaca que a segurança nas ruas é uma atribuição do poder público. Segundo ele, há um aspecto preocupante no crescente número de policiais fazendo ofertas de serviços para condomínios.

— A segurança nas ruas está sendo privatizada. É isso que nós queremos? Só quem paga terá segurança pública? Os responsáveis por ela não vão atuar na sua rua se você não pagar? São questões que precisam ser discutidas pela po-

pulação — alerta Magalhães, acrescentando que muitos condomínios que pagam pelos serviços não conhecem a lei. — É algo perigoso. Vamos supor que um prestador de serviço, policial ou não, cometa uma ilegalidade, um crime. Ele será punido, mas o contratante também pode ser responsabilizado. Isso está na lei, e já aconteceu aqui mesmo, na Zona Sul.

CABO DA PM É SÓCIO DE FIRMA

O GLOBO conferiu um dos contratos oferecidos a condomínios da Zona Sul. O documento foi elaborado pela empresa Santa Vigilância, registrada como Santa Clara Serviços LTDA., que tem entre seus sócios o cabo PM Diego Sodré de Castro Ambrósio. A firma, de acordo com o site da Receita Federal, foi aberta em março de 2014. Atua em Copacabana. Ambrósio está lotado na Diretoria Geral de Pessoal (DGP) da Polícia Militar.

Oficialmente, o policial está cedido à Secretaria estadual de Assistência Social e Direitos Humanos desde 2014. Naquele ano, o órgão era comandado pelo deputado estadual Pedro Fernandes Neto, hoje presidente da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A Santa Vigilância teria contratos com nove condomínios apenas em Copacabana, cobrando R\$ 880 de cada um. A empresa também oferece serviços extras, de caráter extraordinário, para os quais cobra R\$ 25 por hora.

Em seus contratos, a empresa Santa Vigilância destaca que disponibiliza "o serviço de ronda, com funcionários uniformizados e identificados com crachá, bem como apoio operacional, supervisor e contato telefônico com a equipe e tudo mais para garantir o bom andamento do serviço". O objetivo é claro: "dar maior sensação de segurança para condôminos e funcionários, inibindo a presença de mendigos e pedintes no referido local".

"DAMOS APENAS APOIO NA PORTARIA"

Procurado na semana passada para comentar o assunto, Ambrósio negou que esteja oferecendo segurança privada a condomínios, serviço que sua empresa não está autorizada a fazer pela Polícia Federal.

— O que fazemos é dar apoio ao condomínio na portaria. Se moradores de rua estiverem na calçada ou atrapalhando a entrada de veículos, comunicamos o caso à Polícia Militar ou ligamos para o telefone 1746 (da prefeitura). Não fazemos serviço de segurança. Damos apenas apoio na portaria — diz o cabo PM.

Desde 2005 na Polícia Militar, Ambrósio conta que ficou dez anos no 19º BPM (Copacabana), antes de ser cedido, em 2014, à Secretaria estadual de Direitos Humanos, onde trabalhou para o deputado estadual Pedro Fernandes.

— Se vou à secretaria? Claro. Todos os dias. Estou lotado no setor de recursos humanos — afirma o cabo PM.

Ontem, Ambrósio enviou, por meio da firma da qual é sócio, um e-mail ao GLOBO em que garante não ter "envolvimento com qualquer empresa de segurança, legal ou clandestina, nem mesmo com a prestação de serviços de vigilância em áreas públicas". Ele destaca que é "sócio quotista da empresa Santa Clara Serviços LTDA., totalmente legalizada para prestação de serviços terceirizados a condomínios residenciais e comerciais na cidade do Rio de Janeiro". "Instalamos e fazemos a manutenção de sistemas de segurança eletrônica, conforme previsto no CNPJ da empresa", acrescenta o cabo PM.

Na mesma mensagem, Ambrósio lembra que o Código Civil e o Regulamento da Polícia Militar asseguram sua participação "como sócio quotista, sem qualquer desvio de finalidade" e rejeita "supostas ilações de que a empresa remove mendigos", já que não atua em logradouros públicos. ●

Figura 4 - Vizinhos sem teto da Casa Branca, 29/05/2016, p. 39

Domingo 29.5.2016

Mundo

O GLOBO 39

AO RELENTO NOS EUA



Nas ruas. Mulher desabrigada diante da Union Station, a principal estação de trem de Washington, a poucos metros do Capitólio; segundo um novo levantamento, há mais famílias do que solteiros entre os sem-teto da capital dos EUA

HENRIQUE GOMES BATISTA
Correspondente
henrique.batista@oglobo.com.br

WASHINGTON Os turistas que diariamente se aproximam da residência mais famosa do mundo — a Casa Branca — nem sempre percebem que nos gramados a alguns passos da moradia de Barack Obama, perto do Obelisco da cidade, há pessoas sem teto. Mais que um caso isolado, esse é um fato cada vez mais comum em Washington, não apenas perto dos importantes monumentos, mas por toda a cidade. Mais de 1% da população da capital dos Estados Unidos não tem onde morar.

Ao mesmo tempo em que os EUA vivem um momento de crescimento econômico e geração de empregos, sua capital enfrenta uma crise invisível: a alta explosiva no número de desabrigados. Segundo o censo oficial, em um ano houve um aumento de 14% na população que mora nas ruas, que agora chega a 8.350 pessoas, ou 1,24% da população do Distrito de Colúmbia (DC), de 672 mil pessoas. E o levantamento trouxe um dado alarmante: pela primeira vez desde 2001, quando o censo começou a ser feito, há mais famílias com crianças pelas ruas de Washington que adultos solteiros. No total, 4.667 destas pessoas fazem parte de famílias, sendo 2.722 crianças.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA LEVA FAMÍLIAS ÀS RUAS

Em toda a região metropolitana de Washington, que conta com áreas de Maryland e da Virgínia, foi registrada uma alta de 5% em um ano no número dos sem-teto, que somam 12.215 em uma população de 5,3 milhões de pessoas. As causas vão desde a alta dos preços dos imóveis, o crescimento da desigualdade e de subempregos que pagam pouco até causas sociais. O levantamento do Conselho de Governos da Região Metropolitana de Washington indica que, no total, 20,4% dos sem-teto têm problemas mentais; 19,2%, histórico de abusos de álcool ou drogas — há uma crise de heroína no país; e 10,7% apresentam as duas situações. Entre as famílias, contudo, o estudo aponta que 19,4% dos adultos têm histórias de violência doméstica — maior causa para estarem nas ruas, pois mulheres com filhos fogem de maridos violentos.

Apesar da alta, não é fácil ver crianças pelas ruas de Washington — a maior parte está em abrigos e frequenta escolas. O governo local afirma que destinará US\$ 173 milhões anualmente aos desabrigados, alta de 13% — é um valor maior que o orçamento combinado das bibliotecas, parques e da universidade pública local. Há resistência de moradores de alguns bairros para novos abrigos e novas moradias populares. E a cidade está vivendo um amplo processo de gentrificação — a valorização de áreas, alterando suas características originais — que leva junto a alta de preços e acaba excluindo a população original do local.

— Não queremos mais abrigos, queremos casas. E casas boas que possam ser transformadas

Vizinhos sem teto da Casa Branca

Aluguéis altos e desigualdade geram aumento de 14% dos desabrigados em Washington



Deborah Allan, de 60 anos, mora nas ruas de Washington

NAS RUAS

MAIS DE MEIO MILHÃO DE PESSOAS NOS EUA FORMAM PARTE DA POPULAÇÃO SEM TETO



206.286 vivem em família



358.422 são solteiros

14,7%

(83.170) são considerados sem-teto em estado crônico*

8,4%

(47.725) são veteranos das Forças Armadas

Fonte: National Alliance to End Homelessness. *Há muito tempo sem casa.

Edição de Ariz

em lares — afirmou a moradora de rua Deborah Allan, de 60 anos. — Nasci e cresci aqui em Washington, e nunca vi os preços tão altos. Os meninos do comitê de Bernie Sanders (pre-candidato democrata) me chamam para ajudar lá com os serviços gerais e me pagam, mas não o suficiente para ter uma casa.

Michael Ferrell, da ONG Coalizão para os Sem-Teto, de Washington, afirma que o fato de existirem mais famílias e crianças aumenta os desafios:

— Temos que pensar na escola, na saúde dessas crianças. E mesmo quando buscarmos uma solução definitiva, que passa por subsídio para moradia, precisamos de apartamentos maiores, com mais quartos, do que o indicado para solteiros.

Associações que tratam do tema veem que a alta da pobreza e da desigualdade nos EUA gera problemas e, hoje, o número de pessoas sob o risco de perder a moradia é bem maior que antes da recessão de 2008.

— A causa mais importante é a falta de habitação a preços acessíveis. E muitos ficam presos ao sistema de assistência aos sem-teto — afirmou ao GLOBO Erin Fitzgerald, da Aliança Nacional para o fim



“Não queremos mais abrigos, queremos casas.”

Deborah Allan
Moradora de rua

dos Desabrigados (NaeH, na sigla em inglês). — As populações de baixa renda estão sendo deixadas para trás na recuperação econômica.

A NaeH afirma que são necessários até US\$ 32 bilhões (R\$ 115 bilhões) para solucionar de vez o problema, com programas habitacionais e de aluguel subsidiado. Não há dados recentes: o último censo nacional, de janeiro de 2015, indicava 564.708 pessoas morando nas ruas em todo o país, uma queda de 2% sobre o ano anterior. Isso equivale quase à população de Aracaju.

Matthew Doherty, diretor executivo do Conselho Entre Agências do Governo Americano para os Sem-Teto, disse ao GLOBO que vê avanços no tema.

— A falta de moradia global foi reduzida em 11% em todo o país desde o início do governo de Obama. Isso inclui uma redução de 19% dos sem-teto entre as famílias — disse ele. Mas em locais onde as rendas são elevadas e taxas de vacância, baixas, como DC e Los Angeles, simplesmente não há habitação suficiente. Doherty afirma, contudo, que o orçamento para 2017 prevê mais de US\$ 11 bilhões em investimentos adicionais, que irão ajudar a acabar com a falta de moradia para famílias de uma vez por todas. Resta saber se o novo morador da Casa Branca vai querer levar o projeto adiante — algo que o democrata não fez. ●

Figura 5 - Reportagem “Com o frio, cresce 30% busca por abrigo para moradores de rua”, de 16/06/2016, p. 15

Quinta-feira 16.6.2016

Rio

o GLOBO 15



O LADO MAU DE TATÁ

Pode não parecer. Mas Tatá Werneck, 32 anos, está vestida assim para... se casar. Na semana que vem, a personagem dela em “Haja coração”, Fedora, usará este vestido inspirado na bruxa má “Malévola” para o casamento com Leozinho (Gabriel Godoy).

Ponto Final

Repare na foto. Todas as plataformas da Central do Brasil estão, pela primeira vez, ocupadas exclusivamente pelos trens novos, com ar-condicionado. Hoje, a SuperVia colocará em operação o 100º trem chinês, o último do segundo lote comprado pelo governo do Rio.



Com o frio, cresce 30% busca por abrigos para moradores de rua

Mesmo assim, grupos ainda podem ser vistos ao relento na cidade



Sem teto. Embrulhados em cobertores, moradores de rua enfrentam as baixas temperaturas no início da manhã, próximo ao Hospital Souza Aguiar, no Centro

Sem teto. Embrulhados em cobertores, moradores de rua enfrentam as baixas temperaturas no início da manhã, próximo ao Hospital Souza Aguiar, no Centro

RAFAEL GALDO
rafael.galdo@oglobo.com.br

Cerca de uma semana antes, Maria do Carmo Campos, de 39 anos, alcoolizada, tinha sido atropelada. Na noite gelada de anteontem, ela sentia dores, tossia e tinha muito frio, quando tomou a decisão: pedir ajuda e ir para um abrigo de moradores de rua. Assim como em São Paulo — onde cinco pessoas chegaram a morrer de frio —, as baixas temperaturas nas madrugadas dos últimos dias no Rio também fizeram com que mais gente agisse como Maria do Carmo. Na última semana, aumentou em 30% a procura pelos abrigos da prefeitura, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social. Um crescimento muito acima do registrado normalmente para os meses de junho e julho, que costuma ser de cerca de 10%.

Só na unidade de reinserção social da Ilha do Governador, onde Maria do Carmo foi acolhida, 160 pessoas (150 homens e dez mulheres) pernoitaram de terça-feira para ontem, além das

157 que têm abrigo fixo no lugar. Mas o recorde de moradores de rua recebidos pela central de recepção de adultos dos abrigos do município, que funciona na unidade, já tinha sido batido no último dia 8, quando 218 novas pessoas foram até lá.

— Nos últimos quatro anos, a depressão, o alcoolismo, a dependência de drogas e problemas familiares me levaram várias vezes para a rua. Eu morava na Rocinha quando passei minha primeira noite na rua. Foi a pior, em que eu mais bebi e me droguei para suportar. Esta é minha segunda vez no abrigo. Decidi voltar ontem (terça-feira) porque eu estava muito ruim, com muito frio — conta Maria do Carmo, oriunda de Porto Alegre e mãe de um filho de 14 anos. — Agora, quero uma segunda chance — diz ela, que aceitou o acolhimento fixo na unidade.

De madrugada, no entanto, pelas ruas do Centro e de bairros como Glória e Lapa, logo se constata que é grande a quantidade de pessoas enfrentando o frio nas ruas. Na mesma noite em

que Maria do Carmo foi para a Ilha, um grupo dormia na calçada do Hospital Souza Aguiar, assim como nas imediações da Praça da Cruz Vermelha. Ronaldo de Souza, de 34 anos, pernoitou debaixo de uma marquise da Rua Riachuelo. Ele diz ter casa, no Favela do Chapadão, em Costa Barros. Mas costuma não voltar para lá porque falta dinheiro.

— Trabalho fazendo fretes e garimpando no lixo do Centro. Antes, ia para casa até três vezes por semana. Agora, vou menos. A condução está cara. Com a crise, tem menos trabalho. Tenho sete cobertores que ganhei para resistir ao frio — conta ele.

SUBSECRETÁRIO: HÁ VAGAS

Embora despertem polêmica entre alguns assistentes sociais, por desestimularem moradores de rua a aceitarem ir para abrigos, várias campanhas têm arrecadado agasalhos para doar a pessoas como Ronaldo.

Os franciscanos da Toca de Assis, que acolhe moradores de rua e tem várias unidades na cidade, fazem uma campanha parecida. Na institui-

ção religiosa, afirma o irmão Belém, a busca por abrigo aumentou com as baixas temperaturas. Além disso, há uma percepção de que mais pessoas foram para as ruas, empurradas por fatores como o desemprego:

— Temos visto famílias inteiras nessa situação.

No abrigo da Ilha, por causa da maior demanda, Rodrigo Abel, subsecretário de Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social, conta que foi necessário aumentar o número de camas para pernoite. No entanto, ele garante que não faltam vagas nos 36 abrigos públicos do Rio.

— São mais de 2.300 vagas. Neste período do ano, junho e julho, reforçamos nossas abordagens nas ruas. Com o frio, mais gente aceita vir conosco para os abrigos. Mas ainda há muita resistência — diz ele, que discorda que o número de moradores de rua tenha aumentado significativamente em relação ao censo dessa população feito em 2013, quando eram 5.580 na cidade. ●

Figura 6 - Reportagem “Visíveis aos olhos de quem ajuda”, de 31/07/2016, p. 10

Visíveis aos olhos de quem ajuda

Grupo da região faz doações para moradores de rua e promove festa junina hoje, em Grumari

CAROLINA CALLEGARI
carolina.callegari@ogjobo.com.br

Roupas e objetos mudam a paisagem de vias e praias da região, mas as pessoas em situação de rua parecem invisíveis aos olhos de transeuntes. Há cerca de três anos, o Fazendo o Bem Sem Olhar a Quem arrecada doações para necessitados e encaminha-os a casas de recuperação. A reintegração social é feita também por meio de passeios e eventos organizados pelo grupo. Hoje será realizado o Arraiá do Amor ao Próximo, com comidas típicas para 80 pessoas ajudadas, a partir das 10h, na Ilha de Guaratiba.

— Hoje, 45 estão em moradias próprias e 27 em tratamento. Vamos levar pessoas que estão na rua para conversar com quem está recuperado e mostrar a eles que é possível — afirma o criador do grupo, Vitor Lima de Albuquerque, conhecido como Vitor Gato. — A festa é aberta ao público, e peço que levem um prato de comida típica.

Vitor Gato ouviu um pastor,



Doação. Voluntários distribuem alimentos para moradores de rua que vivem perto do Maramar, no Recreio

na Igreja Batista Atitude, dizer que todos têm o dom de ajudar. Inicialmente, Gato passou a dar aulas de surfe e stand up paddle em troca de alimentos para doação. A dedicação aumentou e deu origem ao Fazendo o Bem Sem Olhar a Quem com a distri-

buição de quentinhas na Barra, no Recreio e em Grumari.

— Essa ideia veio dez anos depois que meu pai morreu. Ele foi morador de rua. Acho que me inspirei nisso para o trabalho — diz o idealizador.

Próximo à ponte do condomínio Maramar, no Recreio,

por vezes é possível encontrar Fernanda Cristina Dias acompanhada das filhas Nicole, de 5 anos, e Yasmim, de 2. Atualmente em Sepetiba, ela se mantém no lugar onde morou durante a segunda gravidez para conseguir comida.

— O Vitor me ajuda para que

eu não venha para cá com as crianças. Venho para pegar as quentinhas — diz Fernanda.

A página do grupo no Facebook é o principal canal de divulgação do que está em falta e de recrutamento de voluntários. As quantias arrecadadas proporcionaram, por exemplo, a compra de uma Kombi; o transporte de doações e cestas básicas aos que, aos poucos, restabelecem a vida fora das ruas. No momento, alguns assistidos ainda precisam de remédio, comida e fralda, entre eles quatro pessoas em tratamento de câncer, sete que sofreram AVC e crianças cadeirantes.

— Ajudamos recolhendo doações, comprando e levando para o Vitor. Eu me apaixonei pelo trabalho — diz Isis Barboza Maia, aposentada e moradora do Recreio que, assim como Dilerman Teixeira Maia, conheceu a iniciativa pela rede social.

Maia acrescenta:

— O Vitor dá bronca, mas também dá carinho. É uma raridade encontrar quem ligue tudo para cuidar dos outros sem receber por isso. ●

Figura 7 - Reportagem “Jantar de gala para quem não tem o que comer”, de 13/08/2016, p. 16



MANJAR DOS DEUSES

Jantar de gala para quem não tem o que comer

Chefs servem refeição a moradores de rua e transexuais na Lapa.
Quando Olimpíada acabar, restaurante será aberto ao público em geral

teados, no batom vermelho e nas camisetas, quase sempre estampadas. O “muito obrigado” a cada refeição servida seguia as normas da etiqueta das casas mais estreladas.

O jantar especial durou uma hora. E terminou com aplausos aos mestres da cozinha. Os pratos servidos, segundo o venezuelano García, eram uma mistura da cozinha de seu país com a do Brasil.

— A intenção foi fazer um cardápio que fizesse com que eles se sentissem em casa, confortáveis e bem — explicou García, aproveitando para elogiar os brasileiros. — As pessoas aqui são alegres; tudo aqui é festa.

O Refettorio Gastromotiva vai funcionar, neste modelo, até o dia 18 de setembro, quando terminam os Jogos. Todos os dias, Hertz e Bottura servirão pratos diferentes e terão a ajuda de um chef convidado. Depois, o restaurante será aberto ao público em geral para almoço. À noite, porém, os convidados continuarão sendo os de sempre: a população carente. ●

DAYANA RESENDE
dayana.resende@oglobo.com.br

Moça, não sei o que estou comendo, só sei que está muito bom”. O elogio, genuíno, da moradora de rua é para o menu da noite no Refettorio Gastromotiva, na Lapa, inaugurado no último dia 8 para receber pessoas como ela, sem condições de pagar para comer. No cardápio, sopa de cenoura e estufado de carne com molho sofrido. De sobremesa, chicha de arroz (creme típico da Venezuela, à base de leite de vaca). Os responsáveis pelos pratos, ela não faz ideia quem são, mas reconhece: “Esses aí são bons”, e bate de leve a mão na barriga, revelando satisfação.

Os responsáveis são o brasileiro David Hertz, fundador da ONG Gastromotiva, e o italiano Massimo Bottura, dono do Osteria Francescana, eleito o melhor restaurante do mundo em 2016. Na noite em que a repórter do GLOBO esteve no local, atuando como voluntária e servindo as mesas, os dois tinham a ajuda do chef venezuelano Carlos García.

Durante o jantar, os convidados — como os integrantes do projeto social gostam de chamá-los — degustam a refeição em silêncio. Nem parece que ali estão 56 pessoas, entre homens, mulheres, transexuais e crianças. Quarenta delas vieram da Catedral São Sebastião, que atende moradores de rua, e 16, da Casa Nem, que recebe transexuais, vítimas de violência e preconceito.

A noite, para eles, é de gala. Através da gastronomia, o projeto busca elevar a autoestima dos atendidos. E eles não poderiam se sentir mais valorizados. Muitos se paramentaram com terno, camisa e sapato social. As mulheres capricharam nos pen-

Figura 8 - Reportagem “Grandes doses de amor em pequenos frascos”, de 10/09/2016, p. 5

Grandes doses de amor em pequenos frascos

Projeto Mini Gentilezas fornece produtos de higiene a pessoas em situação de rua

JÉSSICA LAURITZEN
jessica.lauritzen@oglobo.com.br

Tomar um bom banho, fazer a barba e erguer a cabeça, às vezes, é tudo que um homem precisa para decidir contornar um obstáculo e seguir em frente, já que, além de limpeza, a higiene rotineira concede uma apaziguante sensação de conforto e revitalização. Distantes de cuidados diários com a saúde, pessoas em situação de rua, com o tempo, se esquecem do que é “essencial e civilizado” e precisam se olhar novamente como seres humanos, acredita a jornalista Karina Rocha. Ela é uma das cabeças de um movimento que ajuda esta população a ter acesso a pasta de dente, escova, desodorante e outros itens da categoria.

O nome do projeto, focado na arrecadação de miniaturas, é sugestivo: Mini Gentilezas. Desde maio, quando ele foi lançado oficialmente nas redes sociais, já foram distribuídos cerca de 42 mil produtos, com ajuda de voluntários. Cortesias como as

oferecidas em hotéis ou em aviões são muito bem-vindas.

— Não entregamos os produtos diretamente a moradores de rua. Fazer isso por meio de uma instituição ou grupo que já atenda esse público fortalece o trabalho social, é um meio de perpetuá-lo. E eles podem usar a verba que têm para comprar outros itens, como cobertor, chinelo ou comida — diz Karina, que é voluntária da Argilando, ONG responsável pelo programa.

62 PONTOS DE COLETA EM 6 MESES

Em pouco tempo, a campanha atravessou fronteiras. Há 62 pontos de coleta pelo país — espalhados em cinco estados e no Distrito Federal —, sete somente no Estado do Rio. Em Niterói, as doações são recebidas na academia Hammer, em Icaraí, e na casa de uma voluntária, em Santa Rosa. Daqui, os produtos seguem para o Rio e atendem ao grupo Café da Manhã, outro projeto, oferecido no Flamengo.

— Deixamos cartazes nos murais e vídeo na TV da academia mostrando como é o proje-



Miniaturas. A gerente Tainá Ramalho (à esquerda) e a professora Nathália Marques, na academia Hammer, um dos pontos de coleta do projeto em Niterói

to. Muitos alunos que treinam aqui viajam bastante e fazem suas contribuições. Eles levam a campanha adiante e arrecadam mais coisas com seus amigos — conta Nathália Marques, professora da Hammer e também voluntária da Argilando.

Para que o Mini Gentilezas chegue a uma nova cidade, é necessário haver uma instituição ou grupo que o receba, pelo menos um ponto de coleta e um voluntário central (Cristiane Villela, em Niterói), que será responsável por contabilizar o que foi arrecadado e entregar no local de destino.

— Só não aceitamos produtos em embalagens convencio-

nais porque serão distribuídos para alguém que não terá onde guardar. Quem quiser doar produtos em tamanho padrão pode encaminhar absorventes, desodorantes ou barbeadores, raros de virem como brindes de hotel — frisa Karina.

A forma de distribuição, em remessas segmentadas por produto ou em kits individuais, varia de acordo com a instituição ou grupo atendidos. A seleção deve ser criteriosa.

— Em média, de 10% a 15% dos produtos que recebemos chegam vencidos; já vieram itens até da antiga Varig. Pedimos que os doadores tenham cuidado com isso porque não

enviamos nada vencido para os beneficiados — conta Karina. Tudo começou com uma ação pontual dentro de outro projeto da ONG, o 365 Dias de Agir, que prevê uma ação solidária por dia, durante um ano.

— Para a ação do Mini Gentilezas, fizemos uma arte e enviamos aos amigos, pela web. Colocamos meu telefone e combinamos de buscar as doações de quem aderisse à campanha. Mas as pessoas amaram e, em 48 horas, alcançamos cinco mil compartilhamentos. Foi uma loucura! Gente do Brasil inteiro nos procurando. Não tinha como voltar atrás, e percebemos que o projeto merecia ter vida

própria — acrescenta Karina. Um desafio atual é planejar o aumento da estrutura do projeto, devido à grande demanda, e buscar formas de mantê-lo financeiramente. Hoje, a ONG só recebe doações em produtos.

— Eu sou espírita e tenho uma crença inabalável de que a caridade é necessária. As pessoas precisam umas das outras, e elas podem suprir umas às outras. Adoro as ações que são simples e pequenas, que me provam que dá para fazer qualquer coisa, a qualquer momento. Conforme vamos fazendo, os grandes projetos acabam batendo à nossa porta também — diz Karina. ●

Figura 9 - Reportagem “A vida nas ruas do Jardim Oceânico”, de 24/10/2016, p. 8

A vida nas ruas do Jardim Oceânico

Sem-teto ocupam trechos movimentados da área, e moradores reclamam de barulho, sujeira, consumo de drogas e até sexo explícito

MARCO STAMM
marco.stamm@oglobo.com.br

Andar pelas ruas do Jardim Oceânico já não é um mar de tranquilidade. Não que a área, nobre, seja tomada pela violência. O problema, principalmente para quem vive ali, é a presença cada vez mais constante de pedintes e moradores de rua. O incômodo é tal que o tema tem sido recorrente nas reuniões da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Oceânico e Tijucamar (Amar).

— Em todas as reuniões o assunto vem à tona. Muita gente reclama, e muitos associados me cercam com e-mails, a toda hora — relata o presidente da Amar, Luiz Igrejas.

O líder comunitário diz que tem feito várias solicitações ao poder público. Segundo ele, em algumas ocasiões moradores de rua são recolhidos, mas logo voltam ao bairro.

A arquiteta Liana Gomes também se incomoda com a situação.

— Isso para mim é um crime, porque essas pessoas estão ao deus-dará — afirma.

Segundo Liana, há uma grande concentração de pedintes circulando pelas avenidas Olegário Maciel e Gilberto Amado:

— A gente vê de tudo. Tem bagunça e barulho de madrugada, discussão de relação, sexo explícito. As pessoas defecam na rua, fazem xixi no poste. E ninguém faz nada.

A equipe do GLOBO-Barra conversou com três homens, integrantes de um grupo que vive na esquina da Gilberto Amado com a Olegário Maciel. Eles dizem que, apesar das reclamações, não são



Concentração. Moradores de rua perto do canal da Gilberto Amado

“A gente vê de tudo. Tem barulho de madrugada, discussão de relação, sexo explícito”

LIANA GOMES, ARQUITETA

agredidos pelos moradores do bairro. Pelo contrário, sentem-se acolhidos.

— Ninguém reclama com a gente. As pessoas são compreensivas, tanto que sempre trazem comida. O bagulho é doido — afirmou um dos homens, entre um gole de cachaça e outro. — Tem até artista e jogador de futebol que chega para conversar. A gente não faz mal a ninguém, fica

aqui pedindo e as pessoas ajudam. Se não dão, a gente não fica incomodando.

Outro diz que o grupo costuma ficar pelas ruas do Jardim Oceânico durante o dia e, à noite, procura abrigo sob a marquise das lojas.

— Quando chove, as Lojas Americanas (da Olegário Maciel) nos abraçam. Lá é muito bom, tem até televisão — diz, com ironia.

A Secretaria municipal de Desenvolvimento Social explica que suas equipes realizam operações regulares na Barra da Tijuca, em conjunto com a Subprefeitura da Barra, a Secretaria de Ordem Pública e a Guarda Municipal. No entanto, moradores de rua não são obrigados a aceitar o acolhimento ou a permanecer nos abrigos, e, por isso, muitas vezes voltam ao local onde foram encontrados. ●

ANEXO II – Figuras das reportagens do Portal G1

Figura 1 - “Moradora de rua dá à luz em banheiro do Mercado Aberto, em Goiânia”, de 21/01/2016

21/01/2016 22h13 - Atualizado em 22/01/2016 09h59

Moradora de rua dá à luz em banheiro do Mercado Aberto, em Goiânia

Mulher, de 21 anos, e a filha foram socorridas e levadas para o HMI. Criança nasceu com aparentemente 37 semanas, 1,580 kg e passa bem.

Vitor Santana
Do G1 GO



Uma moradora de rua de 21 anos deu à luz um bebê nesta quinta-feira (21) no banheiro do Mercado Aberto, na Avenida Paranaíba, em Goiânia. A mãe e a filha foram socorridas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e encaminhadas para o Hospital Materno Infantil (HMI), em Goiânia. As duas passam bem.

De acordo com a unidade de saúde, a criança nasceu com 1,580 kg e tem aproximadamente 37 semanas. Ela está respirando sem ajuda de nenhum aparelho ou oxigênio. Ela está internada no Pronto Socorro de Pediatria.

Já a mãe está internada no Pronto Socorro da Mulher, dentro do HMI e também passa bem. Segundo a equipe médica, não há registro de que ela tenha feito um pré-natal durante a gestação. Não há previsão de alta médica para as duas.

Figura 2 – Reportagem “Moradora de rua monta barraca e ocupa calçadão de avenida no MA”, de 18/01/2016

18/01/2016 12h05 - Atualizado em 18/01/2016 16h26

Moradora de rua monta barraca e ocupa calçadão de avenida no MA

Moradora 'fixou' endereço no calçadão da Avenida Beira Mar, em São Luís. Ela realiza atividades como tomar banho e lavar roupas em plena via pública.

Do G1 MA



Barraca está montada em calçadão da Avenida Beira Mar, em São Luís (Foto: Michel Sousa/G1)

Uma moradora de rua decidiu registrar endereço “fixo” no calçadão de uma das mais movimentadas avenidas de **São Luís**. É que a cerca de duas semanas ela montou uma barraca e está ocupando uma parte do calçadão, próximo à Praça Maria Aragão, na Avenida Beira Mar, na capital.

A mulher, que ainda não foi identificada, mantém uma rotina de dona de casa e realiza atividades como lavar roupas, e até tomar banho em plena via pública de São Luís.

saiba mais

Carro do 'Pirata da Litorânea' é guinchado e levado pela SMTT

Prefeitura atendeu a pedido do MP para remover carro da Av. Litorânea

No MA, retirada de carro artístico de avenida causa protestos na internet

Com uma bela paisagem como pano de fundo a moradora, que já circula há algum tempo pelo o local, teria deixado de dormir sem nenhum abrigo após ter sido presenteada com a barraca recentemente, segundo testemunhas.

Segundo a legislação brasileira, compete às Prefeituras, em nome dos respectivos Municípios, fiscalizar e coibir tais abusos. Não é assunto do Estado nem da União, é de competência exclusiva dos Municípios. As ruas,

praças e jardins são bens públicos de uso comum, de fruição própria do povo. São bens inalienáveis e independem de registros imobiliários, e administrados pelo Município local.

O **G1** entrou em contato com a Prefeitura de São Luís e recebeu retomo da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social. Em nota, a secretaria informou que Maria Medalha Soares é beneficiária do Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua, desenvolvido pela Semcas, e que a moradora foi incluída no benefício Aluguel Social, chegando a residir num imóvel

alugado, mas relatou não ter se adaptado.

Leia a íntegra da nota:

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) esclarece que a senhora Maria Medalha Soares é beneficiária do Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua, desenvolvido pela Semcas, sendo acompanhada por equipe multidisciplinar do Centro Pop da área Centro, em conjunto com a equipe do Consultório Na Rua, da Secretaria Municipal de Saúde.

A Secretaria informa, também, que Maria Medalha Soares ainda foi incluída no benefício Aluguel Social, chegando a residir num imóvel alugado, mas relatou não ter se adaptado, devolvendo as chaves à proprietária e o cartão magnético à unidade, optando por retornar à situação de rua.

A Semcas reforça que, embora esteja em situação de rua, a referida beneficiária continua em acompanhamento, participando de várias atividades, inclusive de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho. A Secretaria comunica que tem empenhado esforços para que a senhora Maria Medalha tenha independência, auto cuidado e saia da condição de rua. Como resultado do trabalho realizado, a senhora já manifestou nesta semana interesse de voltar a residir numa moradia regular, acordando com a equipe da Semcas a busca de novo espaço para alugar nesta segunda-feira (18).

Pirata da Litorânea

Situação parecida também passou o artista plástico Antonio Carlos da Silva, mais conhecido como “Pirata da Litorânea”, que fez de um veículo a sua casa. “Pirata” manteve uma rotina e viveu por mais de três anos no interior de um fusca na Avenida Litorânea, situada na orla marítima de São Luís.

A retirada do artista plástico do local aconteceu após a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes da capital (SMTT) ter atendido uma recomendação do Ministério Público do **Maranhão** (MP-MA) que na ocasião pedia a retirada do carro de Antonio Carlos da Silva, pois o veículo estava servindo como abrigo para o morador de rua.

Figura 3 – Reportagem “Moradora de rua é morta a pauladas no centro de Porto Velho”, de 02/01/2016

02/01/2016 15h44 - Atualizado em 02/01/2016 15h46

Moradora de rua é morta a pauladas no centro de Porto Velho

Vítima foi encontrada por uma amiga, no local onde dormia. Mulher era moradora de rua e tinha problemas psicológicos.

Do G1 RO



Mulher foi morta a pauladas, amiga da vítima a encontrou agonizando (Foto: Hosana Moraes/G1)

Uma moradora de rua de 53 anos foi morta a pauladas, na manhã deste sábado (2), no local onde costumava dormir no Centro de Porto Velho. De acordo com o boletim de ocorrência, uma amiga encontrou a vítima ensanguentada e ainda com vida.

saiba mais

Rapaz de 18 anos é morto a pauladas na cabeça em Monte Negro, RO

Mulher é morta por jovem de 18 anos com pauladas na cabeça, em RO

Brigite Oliveira, amiga da vítima, informou que a mulher recebia uma pensão e dias antes havia sacado o salário e o 13°. Ela conta que acionou a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, que tentaram a reanimar, mas a moradora de rua não resistiu e morreu ainda no local do crime.

"Eu cheguei para trabalhar e a encontrei agonizando. Nos conhecíamos há mais de 10 anos, ela era uma ótima pessoa. Tenho certeza que alguém viu ela sacando o dinheiro e, por isso, resolveram roubá-la", diz Brigitte.

O corpo da vítima foi removido ao Instituto Médico Legal (IML). Nenhum suspeito foi preso e a Polícia Civil investigará o homicídio.

Figura 4 – Reportagem “Moradora de rua é achada morta em casa abandonada no Norte de SC”, de 02/02/2016

02/02/2016 14h37 - Atualizado em 02/02/2016 14h37

Moradora de rua é achada morta em casa abandonada no Norte de SC

Polícia suspeita de crime sexual ou relacionado a dívida com traficantes. São Bento do Sul já registrou 3 homicídios neste ano; em 2015, foram cinco.

Do G1 SC



O corpo de uma moradora de rua, que aparentava ter cerca de 30 anos, foi encontrado esfaqueado no bairro Serra Alta, em **São Bento do Sul**, na região Norte de Santa Catarina, na segunda-feira (1º). A Polícia Civil trabalha com três linhas de investigação para o crime, duas relacionadas ao tráfico de drogas e outra, a violência sexual.

De acordo com o delegado Thiago de Freitas Nogueira, o corpo estava em um dos cômodos de uma casa abandonada, em meio a roupas e cobertores espalhados.

“Uma perícia preliminar no local do crime verificou que ela apresentava facadas no tórax, barriga, costas e em um dos braços. Além disso, ela estava com o short abaixado, o que levanta a suspeita de violência sexual. Certeza disso, somente o laudo da perícia poderá nos dar”, afirmou Nogueira.

Depois de ouvir os moradores próximos ao local do crime, a polícia já tem características físicas de dois suspeitos que teriam estado com a mulher no dia do crime. Ninguém havia sido preso até a publicação desta notícia.

Três linhas de investigação

Segundo a Polícia Civil, a vítima era dependente química e vagava pelas ruas do município pedindo dinheiro para comprar drogas. Conforme o delegado, a polícia trabalha inicialmente com três linhas de investigação.

“A primeira é de que seria uma execução por dívida de droga. Outra seria de estupro, no qual ela teria entrado em luta com o agressor. Também consideramos que ela possa ter pago uma dívida de droga com um programa e no final o traficante a assassinou. São suspeitas, por enquanto é cedo ainda para definir algo”, disse Nogueira.

A perícia do Instituto Médico Legal (IML) deve ser concluída em dois ou três dias. A polícia deve ouvir um adolescente com quem a moradora de rua teria um relacionamento, para colher elementos a respeito da vida da mulher. De acordo com Thiago Nogueira, o bairro Serra Alta tem alguns pontos conhecidos por ocorrências relacionadas ao tráfico.

Terceiro assassinato de 2016

Na manhã desta terça-feira (2), os policiais encontraram também em São Bento do Sul, no bairro Cruzeiro, o corpo de um jovem de cerca de 20 anos. Até a publicação desta reportagem, ele ainda não havia sido identificado, nem removido do local do crime. Aparentemente, de acordo com o delegado, apresentava sinais de esganadura.

A polícia descarta que haja relação entre as duas mortes. De acordo com Thiago Nogueira, este é o terceiro assassinato de 2016 em São Bento do Sul. Em 2015, o município registrou cinco homicídios.

Figura 5 - Reportagem “Moradora de rua é morta a facadas no centro de Ceilândia, no DF”

23/02/2016 10h22 - Atualizado em 23/02/2016 10h22

Moradora de rua é morta a facadas no centro de Ceilândia, no DF

Corpo foi encontrado pela polícia na madrugada desta terça-feira. Ainda não há informações sobre o autor do crime.

Do G1 DF



Corpo de Ana Cléa Nepomuceno foi encontrado próximo à linha do metrô, em Ceilândia (Foto: Pedro Ventura/Agência Brasília)

Uma moradora de rua foi assassinada na madrugada desta terça (23) na CNN 1, em **Ceilândia**, no **Distrito Federal**. O corpo foi encontrado pela Polícia Civil próximo aos trilhos do Metrô por volta das 5h30 e levado ao Instituto Médico Legal.

De acordo com a 15ª Delegacia de Polícia, Ana Clêa Vieira Nepomuceno, de 30 anos, foi atingida por golpes de faca. Ainda não há informações sobre o autor do crime e sobre os motivos que levaram ao homicídio.

Figura 6 – Reportagem “Moradora de rua tem parte do corpo queimado em Vicente Pires, no DF”, de 08/02/2016

08/02/2016 09h21 - Atualizado em 08/02/2016 17h29

Moradora de rua tem parte do corpo queimado em Vicente Pires, no DF

Mulher sofreu queimaduras de 2º e 3º graus; ela foi levada para o Hran Vítima disse que queimaduras foram causadas por outros moradores.

Do G1 DF



Uma mulher de 30 anos teve parte do corpo queimado na tarde deste domingo (7) em Vicente Pires, no **Distrito Federal**. O Corpo de Bombeiros relatou que a mulher foi transportada para o Hospital Regional da Asa Norte (Hran) com queimaduras de segundo e terceiro graus nas pernas.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, a mulher é moradora de rua e disse que as queimaduras foram causadas por outros moradores da região.

Figura 7 – Reportagem “Mulher fica ferida após ser agredida por moradora de rua em Brasília”, de 25/04/2016

25/04/2016 09h10 - Atualizado em 25/04/2016 09h10

Mulher fica ferida após ser agredida por moradora de rua em Brasília

Policia! Militar tentou intervir e foi mordido no dedo pela agressora. Moradora de rua precisou ser algemada e levada para o hospital.



Mulher fica ferida após ser espancada por moradora de rua, no Noroeste (Foto: PMDF/Divulgaçãõ)

Uma mulher de 41 anos ficou ferida após ser agredida no rosto por uma moradora de rua, na tarde deste domingo (24). De acordo com a Polícia Civil, o espancamento começou na quadra 311 do Setor Noroeste – bairro nobre do **Distrito Federal** – quando Lidiane Macena da Silva, 33 anos, puxou os cabelos da vítima e a derrubou no chão. Um policial militar que passava pelo local tentou intervir e foi mordido em um dedo por Lidiane.

saiba mais

Moradora de rua é morta a facadas no centro de Ceilândia

Moradora de rua tem parte do corpo queimado em Vicente Pires

A moradora de rua conseguiu fugir, mas foi capturada pela Polícia Militar próximo ao local, abordando outros moradores. De acordo com a PM, a mulher estava "muito agitada" e precisou ser algemada. Quando foi colocada na ambulância, ela batia a cabeça contra o carro, dizendo frases desconexas.

Uma equipe do Samu encaminhou a moradora de rua para o Hospital Regional da Asa Norte para apurar eventuais transtornos psicológicos e receber medicação.

Figura 8 - Reportagem “Moradora de rua é baleada na perna no centro de Salvador, diz polícia”, de 14/04/2016

14/04/2016 23h58 - Atualizado em 15/04/2016 00h09

Moradora de rua é baleada na perna no centro de Salvador, diz polícia

Caso ocorreu na noite desta quinta-feira (14), na Avenida Sete. Polícia não soube informar em que circunstâncias a vítima foi atingida.

Do G1 BA



Uma mulher foi baleada na Avenida Sete de Setembro, no centro de Salvador, na noite desta quinta-feira (14). Segundo informações da Polícia Militar, a vítima tem 40 anos e é moradora de rua.

O caso ocorreu pouco depois das 21h, em frente ao Hotel da Bahia. A polícia não soube informar em que circunstância a mulher foi baleada. A bala atingiu a perna esquerda da vítima, que não teve identidade divulgada.

De acordo com o 18º Batalhão da PM, responsável pela segurança na área, a mulher foi socorrida por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e encaminhada para uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) da região.

Não há informações sobre o estado de saúde da vítima. Ainda de acordo com a polícia, nenhum suspeito foi localizado.

Figura 9 – Reportagem “Moradora de rua dá à luz enquanto anda em calçada em Imperatriz, MA”, de 20/04/2016

20/04/2016 20h00 - Atualizado em 20/04/2016 20h00

Moradora de rua dá à luz enquanto anda em calçada em Imperatriz, MA

O bebê caiu de cabeça no chão e foi socorrido por pedestres. Apesar das circunstâncias, mãe e filho não correm risco de morte.

Do G1 MA



Uma mulher identificada como Ana Paula Costa Rodrigues deu a luz no último domingo (17), no meio da rua na Praça da Cultura, em **Imperatriz** (MA) – cidade a 626 quilômetros de **São Luís**. Um vídeo enviado ao **G1** mostra o bebê enrolado em panos, enquanto recebia os cuidados da equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Segundo testemunhas, a jovem estava andando desajeitadamente quando, sem perceber, deu à luz no meio da calçada. O bebê caiu de cabeça no chão. Em pouco tempo, alguns pedestres se aproximam e chamaram o serviço de emergência, que levou o bebê para o Hospital Regional Materno Infantil.

saiba mais

PRF flagra caminhonete trafegando a mais de 160 km/h na BR-135, no MA

Vídeo flagra ladrão sendo atropelado e preso após dois roubos no MA

Apesar das circunstâncias, mãe e filho foram atendidos e receberam alta na última segunda-feira (18). Em nota enviada do **G1**, a Secretaria de Estado da Saúde (SES), responsável pela administração do Hospital Regional Materno Infantil, disse que o recém-nascido foi levado pelo Conselho Tutelar porque a mãe vive em situação de rua.

A criança continuará sendo acompanhado pela equipe multidisciplinar do Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz, enquanto a mãe será acompanhada por profissionais do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) de Imperatriz já que ela possui problemas mentais.

Figura 10 – Reportagem “Moradora de rua tenta roubar bolsa de mulher e vai presa em Piracicaba, SP”, de 26/04/2016

26/04/2016 10h47 - Atualizado em 26/04/2016 10h47

Moradora de rua tenta roubar bolsa de mulher e vai presa em Piracicaba, SP

Mulher de 53 anos usou violência física contra vítima, segundo Polícia Civil. Tentativa aconteceu na noite da segunda-feira (25) no bairro Jardim Elite.

Do G1 Piracicaba e Região



Uma moradora de rua de 53 anos foi presa após tentar roubar a bolsa de uma mulher no bairro Jardim Elite em Piracicaba (SP), na noite da segunda-feira (25). Segundo a Polícia Civil, a mulher puxou, arrebentou a bolsa da vítima e usou violência física contra ela durante a ação.

De acordo com o boletim de ocorrência, a vítima, uma compradora, de 33 anos, andava pela Avenida Professor Vollet Sachs, por volta das 22h, quando foi abordada pela suspeita.

Segundo registro da ocorrência, a Polícia Militar (PM) viu a ação e autuou a suspeita em flagrante. Na delegacia de plantão, a mulher foi presa por crime inafiançável e encaminhada para a carceragem da unidade.

Figura 11 – Reportagem “Moradora de rua confessa furto na Secretaria de Segurança do RS”, de 08/06/2016

08/06/2016 21h59 - Atualizado em 08/06/2016 22h17

Moradora de rua confessa furto na Secretaria de Segurança do RS

Em depoimento nesta quarta, mulher de 33 anos disse que queria armas. Apesar de ter assumido o crime, ela vai responder processo em liberdade.

Estêvão Pires
Da RBS TV



Suspeita de invadir e cometer furtos na sede da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, uma moradora de rua prestou depoimento à Polícia Civil nesta quarta-feira (8). A mulher de 33 anos, confessou o crime, e afirmou que queria furtar armas.

Segundo a Polícia Civil, a mulher entrou pelos fundos, por uma porta que estava aberta, e encontrou um molho de chaves de várias salas. Ela pegou um computador portátil, um telefone celular e alguns pendrives, e fugiu. Apesar de ter assumido o crime, ela vai responder processo em liberdade.

A suspeita foi identificada por meio de imagens de câmeras de segurança e impressões digitais. Segundo o delegado Omar Abud, ela arrombou o prédio ao forçar uma janela, possivelmente sob efeito de crack.

A polícia foi acionada após funcionários chegarem ao local para trabalhar e perceberem que algo havia acontecido. Nada foi danificado, ainda de acordo com o delegado.

Figura 12 – Reportagem “Moradora de rua é estuprada e suspeito é preso no Sertão da Paraíba”, de 29/07/2016

29/07/2016 07h53 - Atualizado em 29/07/2016 07h53

Moradora de rua é estuprada e suspeito é preso no Sertão da Paraíba

Segundo a polícia, exame comprovou o crime.
Suspeito tentou fugir, mas foi capturado.

Do G1 PB



Uma moradora de rua de 39 anos foi estuprada em **Cajazeiras**, no Sertão paraibano, no final da tarde da quinta-feira (28). Um jovem de 19 anos foi detido como suspeito do caso. De acordo com a Polícia Militar, a vítima foi levada para o hospital, onde foi feito um exame de corpo de delito e comprovado o estupro.

saiba mais

Mulher diz ter sido estuprada na frente do namorado no Agreste da Paraíba

A PM foi chamada pelo setor de assistência social do Hospital Regional de Cajazeiras relatando que uma moradora de rua tinha sido internada vítima de estupro. A mulher contou aos policiais detalhes do caso e deu informações acerca do suspeito, que tinha fugido a pé após o crime.

Após buscas realizadas pela polícia, o jovem foi encontrado sentado na calçada da casa onde morava. Segundo a Polícia Militar, ele ainda tentou fugir, mas foi capturado pelos policiais e encaminhado para a delegacia da Polícia Civil.

Ainda conforme informações da PM, o suspeito prestou depoimento e segue detido na delegacia. Algumas testemunhas do crime já foram chamadas pela polícia. A vítima continua internada, mas passa bem, de acordo com o hospital.

Figura 13 – Reportagem “Enfermeiros encontram R\$ 15 mil com moradora de rua internada no RS”, de 05/07/2016

05/07/2016 10h21 - Atualizado em 05/07/2016 10h21

Enfermeiros encontram R\$ 15 mil com moradora de rua internada no RS

Idosa, de 76 anos, foi internada compulsoriamente após solicitação do MP. Enfermeiros encontraram dinheiro embaixo da roupa ao levá-la para banho.

Igor Grossmann
Do G1 RS



Idosa guardava dinheiro junto ao corpo
(Foto: Divulgação/Prefeitura de Montenegro)

Uma idosa de 76 anos em situação de rua foi internada em um hospital de Montenegro, no Vale do Caí, na tarde do último dia 28 de junho a pedido do Ministério Público. Quando ela foi levada para tomar banho, os enfermeiros encontraram mais de R\$ 15 mil escondidos embaixo das roupas de Lorena da Silva Rodrigues.

Dona Lorena, como é mais conhecida, vive nas ruas da cidade há cerca de 10 anos. Ela foi abordada na esquina das ruas Assis Brasil com Osvaldo Aranha, onde costuma ficar.

O filho dela, Cezar da Silva Rodrigues, de 53 anos, solicitou a internação após a prefeitura do município procurá-lo preocupada com as condições da idosa, exposta ao rigoroso frio do inverno gaúcho.

O valor encontrado com ela, de acordo com a prefeitura, é referente à aposentadoria que a

idosa recebe. A quantia foi colocada sob depósito judicial e só poderá ser movimentada por um juiz. O dinheiro será utilizado para cobrir despesas pessoais de Dona Lorena. O secretário municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania de Montenegro, Emani Ribeiro, relata que a ela gosta de estar na rua, onde se sente segura.

“Tivemos o maior cuidado com o valor para a segurança dela. Informamos o MP, que realizou o depósito judicial. Era notas de R\$ 50 e R\$ 100. Não era esmola. O dinheiro estava em um lenço amarrado na cintura dela”, conta Ribeiro.



Dona Lorena ocupava escadaria em uma esquina
(Foto: Divulgação/Prefeitura de Montenegro)

Nas ruas, Lorena tinha a companhia de dois cachorros e um gato. Os cães foram entregues ao filho da idosa, que vive no município vizinho de Brochier, que fica a cerca de 40 quilômetros de Montenegro. Já o gato foi adotado por uma família da cidade.

O secretário Ribeiro diz que o pedido de internação compulsória partiu do filho e que ela sempre recusava os convites dos assistentes sociais para passar as noites em abrigos.

“Estávamos preocupados com o frio que fez recentemente. Eu temia que ela pudesse morrer de hipotermia naquelas madrugadas com temperatura negativa. Chamamos o filho dela aqui e ele realizou o pedido de internação”, diz o secretário.

Personagem de música

Dona Lorena, segundo ele, é um ícone da cidade. “Ela tem até música. As pessoas davam café, almoço e janta para ela, além de dinheiro. Ou seja, o gasto dela era zero. Não tinha nem contas para pagar”, reflete Ribeiro.

A idosa deve permanecer internada por dez dias no hospital, onde passa por uma bateria de exames de saúde. Agora, o secretário tem duas preocupações: que Lorena não retorne a viver nas ruas e que o dinheiro dela seja preservado. Há cerca de três anos, Lorena ganhou uma casa da prefeitura, que foi mobiliada com auxílio de moradores da cidade. Ela, no entanto, não permaneceu nem duas semanas no imóvel.

“Antes de ser internada, ela alugou um kitnet. Ficou só um mês e voltou para as ruas. Parece estranho, porque ela diz se sentir segura na rua e insegura em casa”, diz Ribeiro. Quando deixar o hospital, Lorena deve ser encaminhada para um asilo municipal. O secretário afirma que a prefeitura também vai procurar aproximar os laços familiares entre ela e o filho.



Cachorros da idosa foram entregues aos cuidados do filho dela (Foto: Divulgação/Prefeitura de Montenegro)

Figura 14 – Reportagem “Foto de moradora de rua dormindo perto do cartaz da Olimpíada viraliza”, de 18/07/2016

18/07/2016 19h10 - Atualizado em 19/07/2016 11h49

Foto de moradora de rua dormindo perto de cartaz da Olimpíada viraliza

'Importante para que se tenha discussão sobre legado', diz autor de imagem. Registro feito na sexta-feira foi compartilhado quase 20 mil vezes.

Livia Torres
Do G1 Rio



O fotógrafo Felipe Barcellos fez o registro na sexta-feira (15) (Foto: Felipe Barcellos/ Arquivo Pessoal)

O diretor de cinema e roteirista Felipe Barcellos, de 47 anos, fotografou e filmou uma moradora de rua deitada em um canteiro, próximo ao túnel que liga Botafogo a Copacabana, na Zona Sul do Rio. Ao fundo da imagem aparece um colorido letreiro da Olimpíada escrito "um mundo novo". A publicação em uma rede social gerou uma série de comentários e, até a noite desta segunda-feira (18), tinha quase 20 mil compartilhamentos.

"Normalmente eu ando de ônibus, com o celular na mão. Quando eu saí do túnel, vi que ela [a idosa] estava no gramado. Saltei, mas ela não quis conversar, estava com sono e só queria dormir. Estava um grande calor naquele dia e ela com aquela roupa. Foi quando começou a polêmica. Muita gente achou que a foto era montagem. A própria rede social se encarregou de desfazer o mito da montagem quando eu postei o vídeo. Aí as coisas se esclareceram", contou o fotógrafo ao **G1**.

19 medalhas

recorde no galeão

olimpíada em números

erros x acertos

56 fotos marcantes

20 destaques

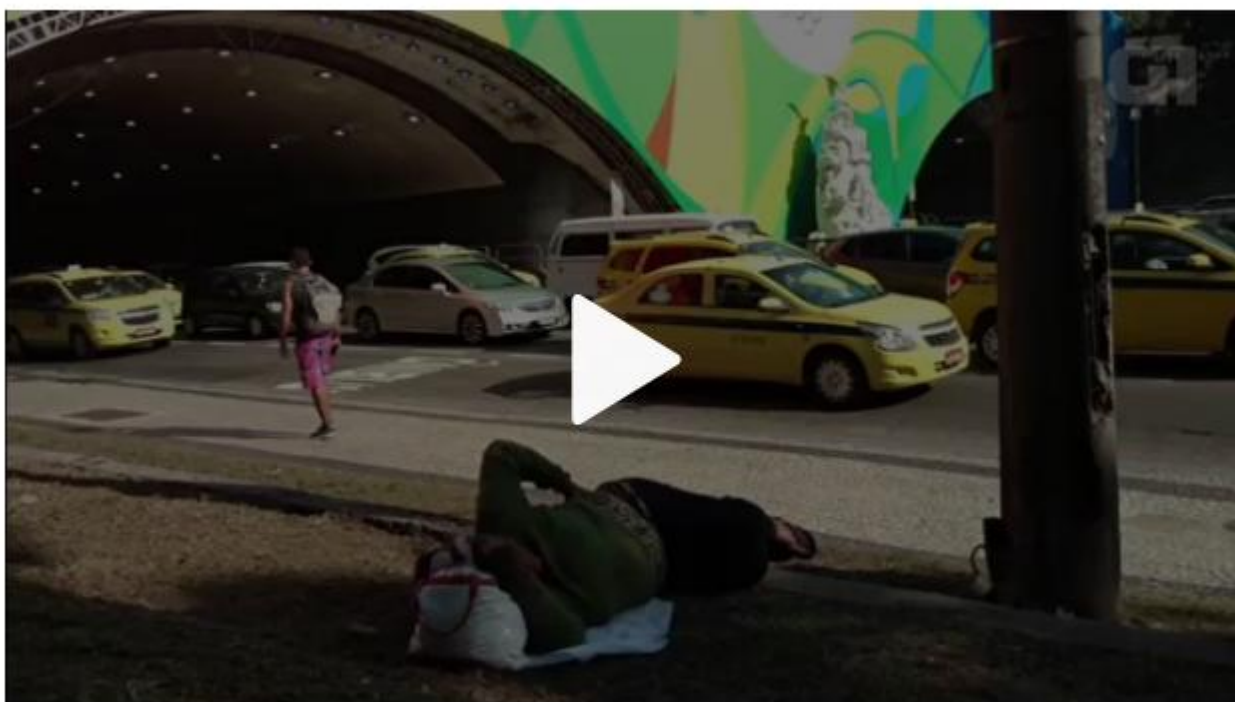
Familiar procurou fotógrafo

O registro foi feito na sexta-feira (13), às 14h20. Barcellos disse após tanta repercussão, recebeu uma mensagem de uma pessoa que se diz familiar da idosa que aparece na foto.

“Hoje chegou mais uma foto, de uma menina que se diz familiar dessa senhora. Ela contou que existe histórico de ela não querer voltar ao convívio da família. Então há também esse papel. Pra mim, isso já valeu. O volume é importante para que se tenha discussão sobre o legado e mostrar que as pessoas podem fazer fotos com impacto social, basta estar disponível para enxergar a cidade de forma mais atenta. O lado positivo é tão mais bacana

que faz valer a pena.”

Felipe relevou que sempre fica atento às questões sociais e tenta transmitir isso através da fotografia. Essa foi a intenção do registro, segundo ele. “O legado social da Rio 2016, essa é a questão. Existe um legado desde já? Ou é só um enfeite ao longo desse processo de quase 7 anos. A fotografia tem esse papel”, concluiu.



A imagem rendeu muitos elogios e também algumas críticas. "Como se perde tempo de postar isso. Denegrir a imagem da sua casa e errado", disse um seguidor.

Outro postou: "Que registro! Uma foto que retrata a infeliz realidade do Brasil, ainda termos pessoas assim abandonadas pelo poder público. Uma tristeza, eh um duro contraste com que tah escrito lá atrás no túnel."

Algumas pessoas questionaram a veracidade da foto e o acusaram de ter feito uma montagem. Para sanar a dúvida, Felipe também postou um vídeo que não deixa dúvidas (*veja acima*).

O **G1** entrou em contato com a Secretaria de Desenvolvimento Social, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Figura 15 – Reportagem “Homem joga moradora de rua em rio após agressão em Sorocaba, diz GCM”, de 17/07/2016

17/07/2016 18h27 - Atualizado em 18/07/2016 12h14

Homem joga moradora de rua em rio após agressão em Sorocaba, diz GCM

Mulher foi socorrida nua, com ferimentos no rosto e hipotermia. Vítima relatou que agressões teriam acontecido após tentativa de estupro.

Do G1 Sorocaba e Jundiaí



Uma moradora de rua apanhou de um homem ainda não identificado na madrugada deste domingo (17) em Sorocaba (SP). De acordo com informações da Guarda Civil Municipal (GCM), a vítima teria sido jogada no rio Sorocaba, na altura do bairro Santa Rosália, após as agressões.

saiba mais

Ladrão invade estoque de shopping e furta cerca de R\$ 300 mil em celulares

Ainda segundo a GCM, foi necessário a ajuda do Corpo de Bombeiros para realizar o resgate, já que ela estaria em um local de difícil acesso. A mulher tinha ferimentos no rosto e estava nua, com sintomas de hipotermia.

Após melhorar com a ajuda de um cobertor térmico, ela contou aos guardas que as agressões teriam acontecido durante uma tentativa de estupro. A vítima não soube dizer quem teria sido o agressor. O caso foi registrado no Plantão Policial Sul e será investigado pela Polícia Civil.

Figura 16 – Reportagem “Moradora de rua é morta com golpe de faca após confusão em Teresina”, de 13/07/2016

13/07/2016 11h05 - Atualizado em 13/07/2016 11h05

Moradora de rua é morta com golpe de faca após confusão em Teresina

Crime foi cometido por outra mulher que acabou sendo presa em seguida. Vítima havia se afastado após desentendimento, mas foi seguida e morta.

Do G1 PI



Delegacia de Homicídios de Teresina vai investigar as causas do assassinato (Foto: Pedro Santiago/G1)

Uma mulher identificada como Marlene Bemadete da Silva, de 42 anos, foi morta com um golpe de faca por volta das 22h30 da terça-feira (12) próximo à BR-343, no bairro Dirceu Arcoverde, Zona Sudeste de **Teresina**. De acordo com a polícia, o crime foi provocado por um desentendimento dela com outra mulher que também é moradora de rua.

Segundo o major Gilson Leite, comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar, tanto a vítima quanto a agressora estavam com um companheiro e a motivação do desentendimento foi ciúmes. Conforme o policial, a guarnição da área foi acionada logo em seguida por populares e iniciou as diligências.

"Eram dois casais, todos moradores de rua que possuem barracos ali perto. Houve um desentendimento entre as duas mulheres e uma saiu do local com o companheiro. Ocorre que ela acabou sendo alcançada próximo à BR e foi atingida por uma facada desferida pela mulher com quem havia se desentendido", falou o major.

O homem que acompanhava a vítima também foi ferido levemente durante a agressão. A mulher suspeita e o companheiro dela acabaram sendo presos logo em seguida por uma guarnição da Polícia Militar do 8º Batalhão, na mesma região do Grande Dirceu.

Os policiais conduziram o casal ainda na noite da terça-feira (12) para a Central de Flagrantes, onde os dois acabaram sendo autuados em flagrante. A Delegacia de Homicídio vai investigar as circunstâncias do assassinato.

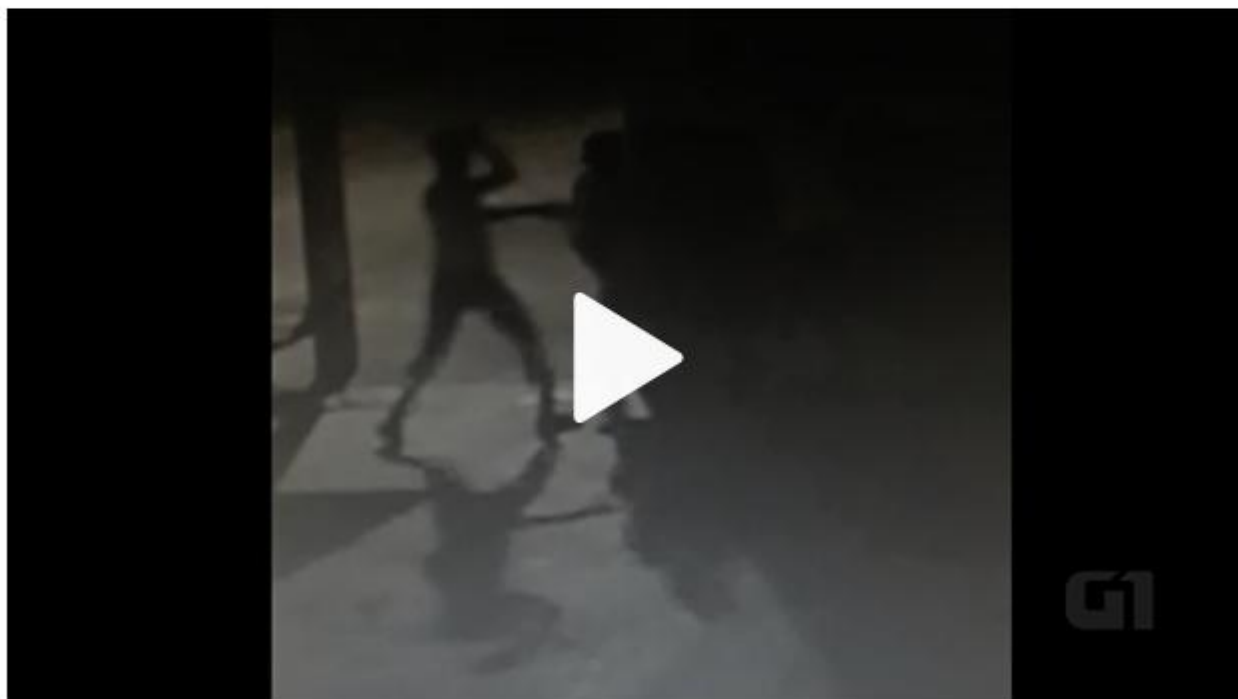
Figura 17 – Reportagem “Vídeo mostra momento em que moradora de rua é morta em Goiânia”, de 18/07/2016

18/07/2016 13h18 - Atualizado em 18/07/2016 13h31

Vídeo mostra momento em que moradora de rua é morta em Goiânia

Gislene Silva foi esfaqueada em um ponto de ônibus, em outubro de 2015. Polícia apresentou três suspeitos de cometer o crime; outro segue foragido.

Murillo Velasco
Do G1 GO



A Polícia Civil divulgou nesta segunda-feira (18) as imagens do assassinato da moradora de rua Gislene Auxiliadora Ribeiro da Silva, de 48 anos, em **Goiânia**. De acordo com a investigação, ela foi morta a facadas quando estava sentada em um ponto de ônibus. Dois jovens e um adolescente foram apresentados suspeitos do crime. Segundo a polícia, eles foram identificados após análise das câmeras de segurança **(veja acima)**.

Segundo o delegado Matheus Melo, a vítima foi morta “inocentemente”. Ele afirma que o crime teve como motivação uma confusão entre os suspeitos e outros moradores de rua. “Eles falam que um grupo correu atrás deles, tiveram uma confusão e os autores resolveram pegar facas e pedradas para matar os moradores de rua. No entanto, como não encontraram quem teria corrido atrás deles, resolveram matar Gislene de forma gratuita em um ponto de ônibus”, afirmou.

saiba mais

Moradora de rua é morta sob marquise de loja em Goiânia

O crime aconteceu em outubro do ano

passado no Jardim Guanabara, região norte da capital. As imagens da câmera de segurança mostram o momento que o grupo se aproxima da mulher, que estava sentada em um ponto de ônibus. Em seguida, a vítima é arrastada por um deles para debaixo da marquise de uma loja e

recebe golpes de faca.

Segundo o delegado, Bruno Tavares de Brito, de 19 anos, esfaqueou a mulher enquanto Wesley Tavares dos Santos e Thiago dos Santos, ambos de 21, jogavam pedras na vítima. Melo afirma que após o grupo cometer o crime, os três jovens e um adolescente de 16 anos, fugiram do estado. Bruno e Wesley foram presos e o menor, apreendido no início de junho.

“Foi um crime bastante violento e injustificável. Enquanto o Bruno desferia os golpes de faca, os outros davam cobertura. Wesley e Thiago davam pedradas e o adolescente ajudou cercando o local do crime junto com os outros. Enfim, foi algo bem complexo que, com a ajuda das câmeras de segurança, conseguimos apurar e identificar os suspeitos”, disse Melo.

De acordo com a Polícia Civil, Bruno tinha passagem por crime análogo a homicídio quando era menor de idade. Nenhum dos outros suspeitos nem a vítima tinham antecedentes criminais.

Segundo o delegado, o trio deve ser indiciado por homicídio qualificado e, se condenado, pode pegar de 12 a 30 anos de prisão.



Suspeitos de matar moradora de rua foram apresentados pela Polícia Civil (Foto: Divulgação/Polícia Civil)

De acordo com o delegado, após o crime, Bruno e Wesley, que são primos, fugiram para Nova Serra Dourada (MT), cidade onde a mãe de Bruno mora. Em seguida, Wesley foi para a casa da mãe, em **Xinguara** (PA). Os dois foram presos pela Polícia Militar dos dois estados no início de junho e trazidos na última semana para Goiás.

“No dia seguinte ao crime, eles fugiram para o Mato Grosso, mas nós, com a ajuda da inteligência das polícias dos outros estados, conseguimos identificá-los, prendê-los, e trazê-los para Goiânia. Agora estamos no encalço de Thiago, que ainda está foragido”, contou.



Imagens ajudaram polícia a identificar suspeitos (Foto: Divulgação/Polícia Civil)

Figura 18 – Reportagem “Moradora de rua é morta a pauladas na cracolândia de Picos, Sul do Piauí”, de 03/08/2016

03/08/2016 12h20 - Atualizado em 03/08/2016 12h24

Moradora de rua é morta a pauladas na cracolândia de Picos, Sul do Piauí

Corpo foi encontrado na madrugada desta quarta (3) no bairro São Vicente. Segundo a polícia, vítima era natural de Campos Sales, no Ceará.

Patrícia Andrade
Do G1 PI



Local onde o crime aconteceu é frequentado por usuários de drogas (Foto: Polícia Militar/Divulgação)

Uma mulher, ainda não identificada, foi morta a pauladas e o seu corpo encontrado na madrugada desta quarta-feira (3), na Rua Santa Luzia, bairro São Vicente, em Picos, Sul do Piauí. Segundo a Polícia Militar, o local é conhecido como cracolândia, por concentrar vários usuários de drogas.

Conforme o tenente Edivan Martins, a vítima era moradora de rua e, segundo testemunhas, natural da cidade de Campos Sales, no Ceará. A polícia acredita que um desentendimento entre as pessoas que frequentam o local, possa ter sido o estopim para o assassinato.

Por volta das 10h, um homem suspeito de ser o autor do crime foi preso e deverá ser interrogado nas próximas horas.

O local onde o assassinato ocorreu fica próximo ao Centro de Picos, perto de uma obra abandonada. De acordo com o tenente, a vítima não portava nenhuma identificação. O corpo permanece no necrotério do Hospital Regional Justino Luz.

Figura 19 – Reportagem “Vizinhos se unem e juntam R\$ 4,1 mil para enterro de moradora de rua”, de 19/08/2016

19/08/2016 07h24 - Atualizado em 19/08/2016 07h24

Vizinhos se unem e juntam R\$ 4,1 mil para enterro de moradora de rua

Grupo de 50 pessoas se organizou com o auxílio de redes sociais. Um dos participantes cedeu o jazigo da família para o funeral.

Amanda Prado*
Da TV Globo



Moradora de rua conhecida como Laura, em um dos lugares que costumava ficar em Botafogo
(Foto: Amanda Prado/TV Globo)

Um grupo de moradores de Botafogo, na Zona Sul do Rio, se mobilizou com o auxílio das redes sociais e conseguiu custear o enterro de uma moradora de rua que vivia há mais de três décadas na região. Lauracy Serafim de Jesus, conhecida como Laura, tinha 58 anos e era muito conhecida e querida na região.

Um dos participantes da iniciativa chegou a exumar os restos mortais do pai do jazigo da família para garantir o enterro. Durante a cerimônia, o grupo se emocionou e agradeceu Laura pelos anos de convivência e por tê-lo unido naquele momento.

O enterro aconteceu na segunda-feira (15). Laura tinha morrido na quinta-feira (11) exatamente no local que chamava de casa - a rua Rodrigo de Brito. A mobilização que impediu que ela fosse enterrada como indigente contou com uma rede de doação de cerca de 50 pessoas e chegou a R\$ 4.177.

A ideia veio do casal Sonia Domingues e Luiz Elson, que há muito tempo mora na rua Rodrigo de Brito e guardava os pertences de Lauracy, ou "Laurinha", como era carinhosamente conhecida pelos moradores do bairro.

Laura foi enterrada no jazigo da família de Elson, que teve que exumar os restos mortais do pai para liberar espaço no túmulo. O enterro custou R\$ 3.230 e o valor arrecadado a mais será destinado ao projeto RUAS, que trabalha com população de rua. Parte do valor, R\$ 700, era da própria Laura, e era guardado por Sônia.

"Isso não é uma ação minha e da Sônia, é de todos nós, todos vocês que colaboraram para que nossa amiga pudesse ter um fim com dignidade", disse Luiz, para o grupo de cerca de 15 pessoas que se reuniu na capela A do Cemitério do Catumbi, no Centro do Rio, para se despedir da Laura.

Pelo menos 30 anos se passaram desde a primeira vez que Sônia viu Lauracy. Como os outros vizinhos, trocava cumprimentos matinais e rotineiros assim que se mudou para a região, até que, em 1993, abriu uma loja de doces e salgados na mesma rua. Não durou muito tempo e Laura começou a aparecer pedindo para que a vendedora guardasse suas coisas e seu dinheiro. "Ela tinha muitas coisas. Eram várias caixas e muita roupa. Tudo ficava na minha casa. Quando precisava de dinheiro, ela ia à loja e me pedia para pegar o que estava guardado", disse Sônia, com quem Laura estabelecia uma relação de carinho e confiança.

As quase três décadas vivendo nas ruas fizeram de Lauracy uma pessoa querida por muitos que a encontravam. Alta e forte, ela era descrita como uma mulher de voz suave e doce, lia os jornais todos os dias, comprados por ela mesma, e adorava Coca-cola. Também não dispensava cigarros, nem o rádio de pilha. Laura era conhecida também por não aceitar doações de qualquer pessoa e por não pedir dinheiro a ninguém. Um carrinho de supermercado lhe servia como armário particular.

"Não fazia mal a ninguém. Não fazia mal a ninguém", repetiu um dos moradores que foram ao enterro. Frequentadores da região sempre a viam desenhando ou escrevendo. Dormir era coisa que ela só fazia sentada, sobre uma lata de tinta. Parou de deitar no chão desde que foi agredida por homens em uma noite.



Moradores velam o corpo da moradora de rua Laura (Foto: Amanda Prado/TV Globo)

Durante o velório, o grupo de amigos lembrou com saudade e carinho da mineira Laura. Ninguém sabia ao certo como ela foi parar nas ruas cariocas. A única certeza era que ela jamais sairia de onde mais gostava de ficar: entre as ruas Arnaldo Quintela e a Álvaro Ramos, mais precisamente na Rua Rodrigo de Brito, transversal às duas. Mesmo quando tentavam recolhê-la para abrigos, ela recusava. A moradora de rua costumava conseguir dinheiro lavando os carros das redondezas.

Quando era mais nova, Lauracy pagava uma diária em uma pensão, onde dormia uma vez por mês e tomava banho com conforto. Nesse dia, ia até a loja da Sônia, na Rodrigo de Brito, e entregava uma lista com os produtos que precisaria naquele dia. Foram anos assim, até que, em 2011, Sônia precisou fechar a loja e Laura, já mais velha, deixou de frequentar a pensão na Glória, para aonde ia andando.

"Ela sempre caminhou muito, por todos os lugares. Deve ser por isso que conheceu tanta gente e se tornou tão querida", comentou uma das vizinhas que esteve no enterro. "Ô loira!" era como Laura chamava Lúcia Doria, aposentada, que esteve no cemitério. Lúcia ficou sabendo da corrente de doação por meio de um grupo no Facebook que alerta sobre assaltos na Zona Sul da cidade.

"Ela sempre me chamava assim. Muitas vezes eu chegava perto dela tão triste e ela me dizia que tudo ia ficar bem, que as coisas iam se resolver", contou. "Você uniu todas essas pessoas, Laura, e eu estou aqui em gratidão. Muita gratidão", discursou.



Sonia e Luiz lembram-se com carinho de Laura (Foto: Amanda Prado/TV Globo)

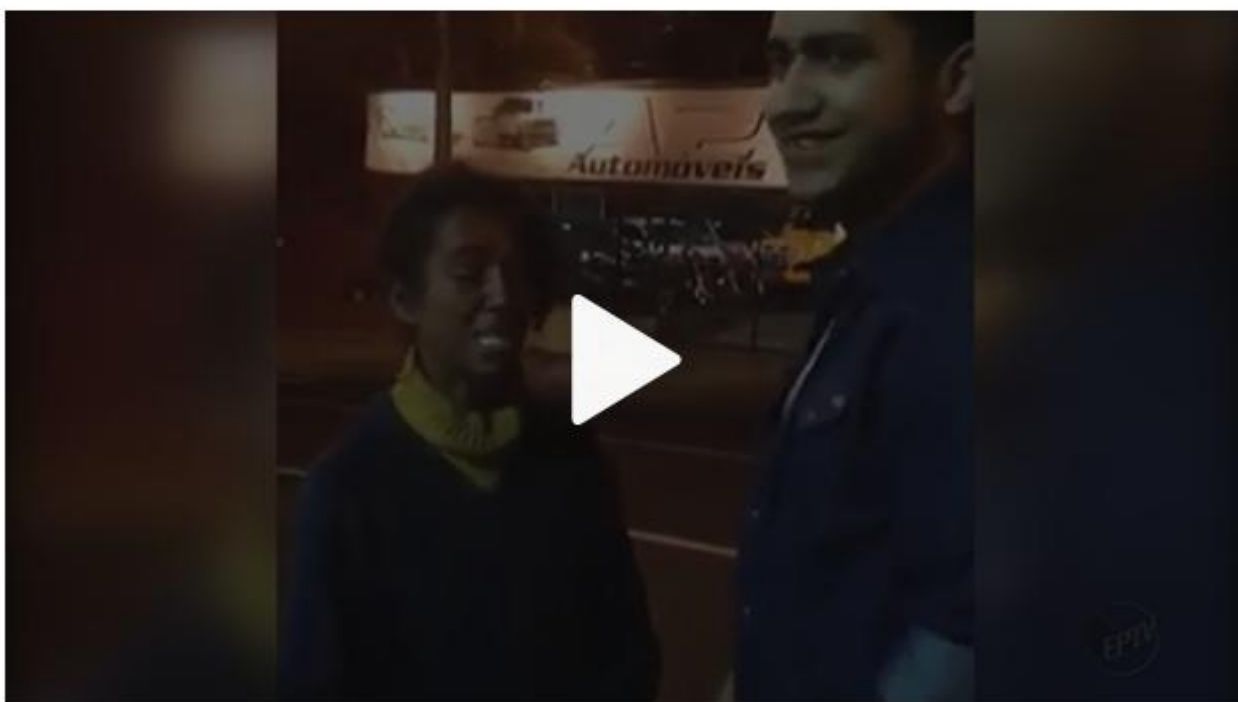
Figura 20 – Reportagem “‘Cuida bem dela’: Moradora de rua de São Carlos faz dupla com Juliano”, de 15/09/2016

15/09/2016 09h33 - Atualizado em 15/09/2016 09h46

'Cuida bem dela': Moradora de rua de São Carlos faz dupla com Juliano

Júlia Cesehi encontrou o cantor em uma lanchonete no Centro da cidade. Artista que faz dupla com Henrique gravou vídeo após encontro; veja.

Do G1 São Carlos e Araraquara



O que era para ser mais uma noite solitária na vida de uma moradora de rua de **São Carlos** (SP) se transformou em um momento para ficar na memória. No fim de semana, o destino deu uma mãozinha e fez Júlia Cesehi, de 28 anos, encontrar Juliano, da dupla Henrique e Juliano, e cantar algumas músicas.



Júlia foi para as ruas após brigar com o marido e sair de casa (Foto: Paulo Chiari/EPTV)

Foram poucos minutos, mas foi suficiente para renovar as esperanças de quem tem uma vida tão sofrida e para marcar o artista, que gravou em vídeo uma homenagem para a fã.

Solidão

Júlia vive no que carinhosamente chama de "meu cantinho", com uma porta improvisada e luz apenas da lua. O pedaço de papelão no chão substitui a cama, e o registro de água de um comércio abandonado é usado para guardar as roupas. O barulho da rua embala o sono que demora a chegar.

A solidão faz companhia para a mulher que deixou quatro filhos em Ibaté depois de uma briga com o marido. "Meu sonho é sair deste cantinho, ter a minha casa, fazer a minha comida que eu sei cozinhar, de levantar, ver minhas filhas", contou Júlia.

Sem reserva financeira, ela passa por uma lanchonete na Avenida São Carlos, no Centro da cidade, quase todos os dias em busca de algum dinheiro ou algo para comer. E, nesse fim de semana, teve uma surpresa.



Júlia cantou algumas músicas com Juliano no Centro de São Carlos (Foto: Reprodução/EPTV)

Encontro

"Tinha terminado de sair daqui triste, era umas quatro e pouco da manhã, eu desci chorando e o cara falou: 'Por que você está chorando?'. Falei: 'Moço, eu terminei de ver o ônibus do Henrique e Juliano, eu gosto deles, eu sou fã deles'", contou Júlia.

"O homem falou assim: 'Pega, desce no Lual Lanches que Henrique e Juliano estão lá'. Aí eu vi o Juliano, abracei, beijei, eu gosto muito deles, adoro, cantei junto com eles".

Um carinho inesperado para quem sofre todos os dias com a indiferença. Naquela noite, tudo de pior ficou para trás. A canção trouxe alegria e o abraço inundou o coração de amor e esperança. "Entrou no carro e ela gritou 'Juliano, eu te amo' e ele [disse] 'eu também te amo', aí pegou e foi embora", disse Flávio dos Santos, atendente da lanchonete.



Juliano gravou um depoimento especial para agradecer Júlia (Foto: Reprodução/EPTV)

Depoimento

"Olá, tudo bem? Aqui é o Juliano, você deixou o meu dia muito feliz naquele dia, no dia em que eu te conheci, foi um dia muito importante para mim, eu tinha voltado do show, resolvemos sair do hotel para ir em uma lanchonete. Eu estava saindo da lanchonete e você chegou até mim, me falando 'você parece com o Juliano' e eu falei que era o Juliano mesmo, você começou a cantar umas músicas e me deixou extremamente impressionado, músicas que não fizeram nem tanto sucesso, nem foi música de trabalho e você sabia, como 'Calafrio', como era a música 'Sua', que relembra um relacionamento antigo, e você me deixou muito feliz, muito contente. Eu queria mandar um beijo para você e agradecer pelo carinho, nunca mais vou esquecer isso na minha vida, você me deu uma lição de vida com certeza, então fica com Deus e até mais", disse o cantor em vídeo gravado em homenagem a Júlia.

Figura 21 – Reportagem “Moradora de rua é encontrada morta dentro de casa abandonada na capital”, de 16/09/2016

16/09/2016 14h03 - Atualizado em 16/09/2016 14h05

Moradora de rua é encontrada morta dentro de casa abandonada na capital

Corpo foi encontrado pela Polícia Militar na noite da quinta (15), no Centro. Viatura do Instituto Médico Legal esteve no local para remover o corpo.

Do G1 PI



Problema com geladeiras causou forte odor no IML de Teresina (Foto: Gustavo Almeida/G1)

Uma moradora de rua, ainda não identificada pela Polícia Militar, foi encontrada morta deitada em dentro de uma casa abandonada na Rua Paissandu, Centro de Teresina, na noite de quinta-feira (15).

Segundo o cabo Domingos Vieira, do 1º Batalhão de Polícia Militar, a informação sobre a morte da mulher chegou ao conhecimento da PM através de uma ligação feita pelo 190.

"Assim que a informação chegou foi encaminhada uma equipe até lá e constatamos no local que ela estava morta, mas não apresentava nenhum ferimento aparente. O local é um imóvel abandonado e ainda não sabemos a causa da morte", disse.

Policiais acionaram uma viatura do Instituto Médico Legal (IML) e a equipe fez a remoção do corpo.

Outros casos

No dia 12 de agosto, um homem de **aproximadamente 40 anos foi morto a tiros** próximo ao bairro Lourival Parente, Zona Sul de **Teresina**. Segundo a Polícia Militar, a vítima era morador de rua.

Em julho, no dia 13, uma **mulher identificada como Marlene Bernadete da Silva**, de 42 anos, foi morta com um golpe de faca próximo à BR-343, no bairro Dirceu Arcoverde, Zona Sudeste. De acordo com a polícia, o crime foi provocado por um desentendimento dela com outra mulher que também é moradora de rua.

Também em julho, uma pessoa que vivia na Praça Pedro II, **faleceu após ser vítima de uma descarga elétrica**.

Figura 22 – Reportagem “Moradora de rua é encontrada morta na Zona Leste de Natal”, de 23/10/2016

23/10/2016 11h17 - Atualizado em 23/10/2016 11h17

Moradora de rua é encontrada morta na Zona Leste de Natal

Corpo foi encontrado no início da manhã deste domingo (23).
Mulher foi golpeada na cabeça, segundo peritos do Itep.



Crime aconteceu na Ribeira no prédio onde moradora de rua costumava dormir (Foto: Ricardo Araújo/Tribuna do Norte)

Uma moradora de rua foi encontrada morta na manhã deste domingo (23) no bairro da Ribeira, Zona Leste de **Natal**. A vítima, ainda não identificada oficialmente, foi golpeada na cabeça.

Segundo trabalhadores da região, a vítima costumava dormir no prédio onde o crime aconteceu, que fica ao lado da Igreja Bom Jesus das Dores. Ela era conhecida por 'Pelanca'. Os peritos do Itep informaram que a mulher foi golpeada na cabeça possivelmente com pedras e paus.

Um rastro de sangue no local onde ela costumava dormir indica que o corpo foi arrastado até o jardim. O corpo foi recolhido pelo Instituto Técnico-Científico de Polícia (Itep).

Figura 23 – Reportagem “Policiais militares fazem parto de moradora de rua em Cariacica, ES”, de 24/11/2016

24/11/2016 18h57 - Atualizado em 24/11/2016 19h20

Policiais militares fazem parto de moradora de rua em Cariacica, ES

Situação ocorreu no bairro Campo Grande, na manhã desta quinta-feira (24). O bebê nasceu saudável, segundo a equipe médica.

Do G1 ES



Soldado Ademir, que auxiliou o parto, segurando o bebê na manta térmica (Foto: Divulgação/PM)

Policiais militares fizeram o parto de uma moradora de rua em Campo Grande, município de **Cariacica**, na manhã desta quinta-feira (24). O bebê nasceu saudável, segundo a equipe médica.

Os soldados Ademir e Zamprognio contaram que, por volta das 6h, foram informados por populares de que havia uma moradora de rua entrando em trabalho de parto, sem qualquer condição de ajuda.

Eles foram até o local e perceberam que a criança já estava nascendo. Os soldados realizaram os primeiros socorros e auxiliaram no nascimento do menino, amarrando o cordão umbilical e protegendo-o do frio com cobertores até que uma equipe do Samu chegasse ao local.

A equipe médica encaminhou o menino e a mãe foram para o Hospital São João Batista, em Cariacica.